

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

***“VOCÊ DEVERIA TER VERGONHA DE VIVER NUM PAÍS COM TANTOS  
ANALFABETOS”*: A CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO MOBRAL NA REVISTA  
VEJA (1970-1975)**

Danielly Cardoso da Silva

Goiânia

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

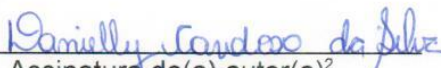
Nome completo do autor: **Danielly Cardoso da Silva**

Título do trabalho: **“Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos”: A Campanha Publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975)**

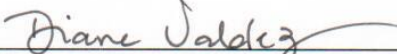
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 28 / 03 / 2019

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

DANIELLY CARDOSO DA SILVA

***“VOCÊ DEVERIA TER VERGONHA DE VIVER NUM PAÍS COM TANTOS  
ANALFABETOS”*: A CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO MOBRAL NA REVISTA  
VEJA (1970-1975)**

Dissertação apresentada à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha:** Estado, Políticas e História da Educação

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Diane Valdez

Goiânia

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Danielly Cardoso da

"Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos": A Campanha Publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975) [manuscrito] / Danielly Cardoso da Silva. - 2019. CXXXIX, 139 f.

Orientador: Profa. Dra. Diane Valdez.


Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2019.

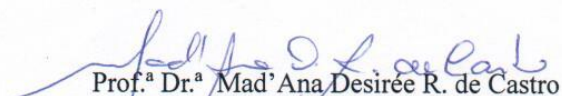
Bibliografia. Anexos.


Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

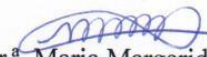
1. História da Educação. 2. Mobral. 3. Campanha Publicitária. 4. Revista Veja. 5. História Cultural. I. Valdez, Diane, orient. II. Título.

**ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE DANIELLY CARDOSO DA SILVA** – Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove (28/03/2019), às 14h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Diane Valdez**, orientadora, doutora em **Educação: História e Filosofia da Educação** pela UNICAMP; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro**, doutora em **Educação** pela UFG; Prof. Dr. **André Barcellos Carlos de Souza**, doutor em **Educação** pela UFG e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Margarida Machado**, doutora em **Educação: História, Política, Sociedade** pela PUC/SP para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da dissertação intitulada: “*Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos: a campanha publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975)*”, em nível de mestrado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Danielly Cardoso da Silva** discente do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diane Valdez que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida a autora da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 18h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Marizeth Ferreira Farias, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diane Valdez  
Presidente – PPGE/FE/UFG

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mad'Ana Desirée R. de Castro  
Membro – IFG

  
Prof. Dr. André Barcellos Carlos de Souza  
Membro – UFG

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado  
Membro – PPGE/FE/ UFG

A Deus, que me guiou com sua mão poderosa e me inspirou até a finalização deste projeto.

Aos meus pais, gratidão por doarem sem medir esforços o seu melhor durante minha educação. À minha irmã, por sua infinita amizade. Ao meu amor, pela paciência e carinho, fundamentais nesta jornada.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Diane Valdez, minha gratidão e carinho, pela confiança na escolha do projeto, pelo trabalho ético, transparente e respeitoso. A ela, minha admiração pela profissional que é, pela mulher de postura íntegra que se posiciona, fala e age como pensa, e que me ensinou não só o caminho da História Cultural, mas também preciosas lições de vida. Sou grata pela sua companhia nesta caminhada.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, André Barcellos Carlos de Souza, Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro, Maria Margarida Machado, por aceitarem o meu convite e compartilharem o seu tempo e seu saber em prol da minha formação. A essa última acrescento um tópico especial, pelo acompanhamento na iniciação científica desde a graduação, por participar da banca avaliadora do meu TCC, por me apresentar ao mundo da Educação de Jovens e Adultos, fato circunstancial na minha trajetória de pesquisa.

À professora Maria Emília de Castro Rodrigues, pela oportunidade de cursar a disciplina Paulo Freire e a Educação como aluna especial, o que me possibilitou desenvolver um projeto fundamentado e de qualidade para a seleção. Agradeço pelas valorosas intervenções no Seminário da Pós-Graduação, que me possibilitaram direcionar a pesquisa com objetividade e rigor. Emília, você é um exemplo de dedicação ao trabalho acadêmico, sempre respeitosa em suas colocações, obrigada pela presença na minha formação desde a graduação.

À Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, minha casa formadora desde a graduação, em especial, à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo trabalho ético e organizado, a Adenilde, Marizeth e toda equipe administrativa da secretaria, pela cordialidade e atenção às necessidades colocadas desde a matrícula até o dia da defesa.

Ao Programa Qualificar, fruto de lutas e mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás, uma porta fundamental que me possibilitou ingresso no PPGE/FE, um objetivo há muito tempo desejado.

Às professoras Miriam Fábria Alves e Valdeniza Lopes da Barra, que lecionaram as disciplinas cursadas durante o mestrado, cujos ensinamentos foram valiosos na composição da escrita e no olhar do objeto pesquisado.

Aos meus companheiros de disciplina, gratidão pela caminhada conjunta, pelos lanches e confraternizações organizados, pelo debate respeitoso, necessário para que houvesse confronto de ideias.

Aos companheiros, em sua maioria companheiras, do Grupo de Pesquisas em História da Educação (GEPHE) – Alessandra Carneiro, Alessandra de Oliveira, Alinne, Ana Raquel, Diogo, Heloany, Keides, Paulo, Tatiana, Verônica –, gratidão por tê-los ao meu lado, compartilhando do saber, da alegria, do companheirismo, das angústias nesta jornada. O carinho de vocês foi fundamental.

À minha amiga Bruna Lorrany da Silva (Brunety), porque companheira é companheira, e não há nada que consiga expressar o que sua amizade significa para mim. Obrigada por estar na minha vida e trazer de brinde minha amiguinha Manuela. Carinho que estendo a sua mãe, dona Divina.

Aos meus companheiros de trabalho do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, por me apoiarem durante o período de licença, o que foi de suma importância para que pudesse desenvolver um trabalho com dedicação e qualidade. Meus sinceros agradecimentos a Claudiane, Roberta Akemi, Karine, Iracy, Irineu, Alisson e Alcir. Em especial aos queridos Thales, Marisa (psicofriends) e Wederson, pela amizade que excede as fronteiras laborais.

Aos meus líderes Mariana e Wiliam, pelo carinho e pelas orações, às quais também agradeço à minha célula, *Blindados*, vocês verdadeiramente são amigos mais chegados que irmãos. Aos meus pastores, Magda e Itamar, pelo incentivo, afinal, jovem deve ter propósito, sonhos, projetos de vida a serem realizados.

Aos meus familiares e amigos, por entenderem minha ausência e me motivar a seguir nesta caminhada, em especial à minha avó Maria, exemplo de força e determinação.

A Edneia Glória, pela escuta atenta, pela sinceridade, pelos abraços que me colocaram de pé, obrigada por estar ao meu lado.

A Mychelle, pela tradução do resumo, você é um presente que minha irmã agregou a nossas vidas.

A Maria de Fátima Toledo, pela disponibilidade, por sua revisão cuidadosa, profissional, clara e objetiva que sem dúvida foi fundamental a este trabalho.

A Juliana Cristina, por me receber sempre sorridente, carinhosa e com um abraço caloroso desde os tempos da graduação, desejo que você possa um dia defender também sua dissertação.

Aos meus pais, Neide e Benedito, pelo dom da vida, por terem me ensinado a lutar por meus sonhos, por fazerem de minha educação sua prioridade e por estarem ao meu lado em todas as decisões. Palavras não podem descrever minha gratidão, vocês são meu orgulho e maior exemplo.

À minha irmã Denize, pelo companheirismo, pela atenção, pelos lanches durante os momentos de estudo, por suportar minhas loucuras.

Ao meu noivo, e em breve esposo, Wesley Luiz, pela sensibilidade neste momento tão confuso, pelo carinho e pela paciência. Estou ansiosa para que comece o nosso tão sonhado juntos para sempre. Te amo!

Ao Eterno, pela força, pelo sustento, pela graça, que este trabalho seja para Sua honra e glória! Amém.

*Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja a responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja a feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.*

*(FREIRE, 1996, p. 53.)*

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	13
LISTA DE QUADROS .....	14
LISTA DE IMAGENS .....	15
RESUMO .....	16
ABSTRATC .....	17
INTRODUÇÃO .....	18
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO: PROJETO EDUCACIONAL PARA TRABALHADORES/AS NA DITADURA MILITAR .....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 Os caminhos percorridos por outros pesquisadores: a revisão bibliográfica .....</b>	<b>27</b>
<i>1.1.1 Objeto de problematização: apontamentos das pesquisas sobre o Mobral .....</i>	<i>28</i>
<i>1.1.2 Impresso como fonte: dos trabalhos com recorte na Revista Veja .....</i>	<i>36</i>
<b>1.2 “O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”: o contexto histórico da educação de adultos em tempos de segurança nacional .....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 “Livrar o país da sujeira do analfabetismo”: alfabetização da população trabalhadora no Estado militarizado .....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>MÍDIA E PROPAGANDA: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS E PRÁTICAS PARA O LEITOR .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1 Interação, mídia e propaganda: produção de sentidos e práticas .....</b>	<b>55</b>
<b>2.2 Veja e Leia: uma revista a serviço da ditadura militar .....</b>	<b>60</b>
<b>2.3 Revista Veja e suas propagandas: a valoração simbólica e mercadológica .....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>“VOCÊ TAMBÉM É RESPONSÁVEL”: A CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO MOBRAL NA REVISTA VEJA.....</b>	<b>69</b>

<b>3.1 “O Mobral precisa da sua ajuda”:</b> convocando para as ações .....	71
<b>3.2 “Alfabetização é o novo lucro para os empresários”:</b> as ‘segundas intenções’ da responsabilidade das empresas .....	82
<b>3.3 “Nós também já estamos fazendo a nossa parte”:</b> os parceiros do Mobral .....	91
<b>3.4 “Analfabetos: isto vai acabar”:</b> o Mobral nas capas da Revista Veja .....	103
<b>3.5 A derrota da ignorância e a festa do ABC:</b> as reportagens publicitárias .....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	128
<b>FONTES</b> .....	133
<b>ANEXOS</b> .....	134

## **LISTA DE SIGLAS**

AI – Ato Institucional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EDA – Educação de Adultos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPB – Estudo de Problemas Brasileiros

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

PAC - Programa de Ação Comunitária

PAF – Programa de Alfabetização Funcional

PEI – Programa de Educação Integrada

PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

PIS – PASEP – Programa de Integração Social – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte – Nordeste

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## LISTA DE QUADROS

Quadro nº 01 – Mapeamento do conteúdo das edições .....	65
Quadro nº 02 – Mapeamento das propagandas .....	70
Quadro nº 03 – Mapeamento das reportagens publicitárias .....	70

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Capa em comemoração ao Dia da Independência .....	61
Imagem 02: Capa plano de governo do presidente Ernesto Geisel.....	62
Imagem 03: Capa em comemoração ao décimo aniversário da “revolução” .....	63
Imagem 04: Logo do Mobral .....	71
Imagem 05: Pelo amor de Deus ensine alguém a ler .....	72
Imagem 06: Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos .....	74
Imagem 07: Prefeito.....	77
Imagem 08: Ensine o caminho a quem não sabe, o Mobral faz o resto .....	79
Imagem 09: Dê um lampião ao Mobral .....	81
Imagem 10: A fórmula para o empresário .....	83
Imagem 11: Comunidade Mobral.....	85
Imagem 12: Ajude o Mobral com segundas intenções.....	87
Imagem 13: O Mobral convida o empresariado a ganhar mais dinheiro .....	90
Imagem 14: Bradesco: Mobral faz o homem de futuro .....	92
Imagem 15: Datamec .....	94
Imagem 16: Ultragaz .....	96
Imagem 17: Educação não se faz com discurso .....	98
Imagem 18: A festa continua .....	100
Imagem 19: Seu Albino deixou o Mobral .....	102
Imagem 20: Analfabetos, isso vai acabar .....	104
Imagem 21: Os primeiros dois milhões .....	107
Imagem 22: Mapa do analfabetismo .....	109
Imagem 23: Primeiras vitórias .....	111
Imagem 24: Os convocados .....	112
Imagem 25: A festa popular do ABC .....	113
Imagem 26: Reunião de secretários na sede da Editora Abril .....	116
Imagem 27: O Mobral, épico e técnico: Arlindo Corrêa .....	117
Imagem 28: Sob fogo cruzado .....	120

SILVA. Danielly Cardoso da. “Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos”: A Campanha Publicitária do Mobral na *Revista Veja* (1970-1975). 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

## RESUMO

Este trabalho se inscreve no campo da História da Educação e está vinculado à linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de uma pesquisa histórica, que faz uso do aporte teórico-metodológico da história cultural, que propõe a ampliação do uso das fontes e de suas características políticas, contextuais, culturais como elementos próprios de seu tempo. Dentre outros, sustenta-se em autores como Burke (1994, 2011), Chartier (1988), Pesavento (2005). No campo da História da Educação, a pesquisa circunscreve-se na temática da Educação de Jovens e Adultos e tem por objetivo compreender o contexto histórico de implantação do Mobral e suas características; localizar os produtos que compuseram a campanha publicitária do Mobral no acervo digital da *Revista Veja*; analisar esta campanha publicitária, buscando compreender os sentidos, conceitos e elementos utilizados na representação do projeto; relacionar a representação do Mobral enquanto projeto educacional da ditadura militar. As fontes utilizadas foram, em sua quase totalidade, em formato digital, o que contribuiu para o acesso em condições ágeis e preservou os originais. Foram explorados exemplares da *Revista Veja*, onde se localizou anúncios e reportagens que fizeram parte da campanha publicitária analisada. Confrontou-se imagens, representações, personagens e elementos próprios do contexto da ditadura que integraram a campanha, tal como a imposição autoritária de aderência da população ao projeto, divulgação de proposta redentora e grandiosa, oposição entre analfabetismo e desenvolvimento, o culto à pátria, valores nacionais e manutenção de relações estratégicas com empresariado da comunicação e outros sujeitos citados. Tal análise possibilitou compreender que o Mobral foi uma proposta educacional destinada à educação de adultos, com características próprias de seu tempo. As representações presentes na campanha publicitária podem ter contribuído para a propagação de uma memória aliada aos chamados feitos da ditadura militar, devido ao intenso movimento de propaganda veiculada em distintos órgãos de imprensa. Mesmo que o Mobral não exista enquanto prática educativa na atualidade, parece manter-se associado aos novos projetos de educação de jovens e adultos por distintas gerações.

**Palavras-chave:** História da Educação. Mobral. Campanha Publicitária. Revista Veja. História Cultural.

SILVA, Danielly Cardoso da. **You should be ashamed to live in a country with so many illiterate**: An Advertising Campaign of Mobral in the *Revista Veja* (1970-1975). 2019. 142f. Dissertation (Masters in Education) – Faculty of Education, Federal University of Goiás, Goiânia, 2019.

### ABSTRACT

This Project is in the field of the History of Education and is linked to a line of research State, Policies and History of Education of the Program of Postgraduate studies in Education of the College of Education of the Federal University of Goiás. It is a historical research, that uses theoretical-methodological contributions of cultural history, that proposes a amplification in the uses of the sources and their political, contextual and cultural characteristics as elements of their own time. Among others, it's supported in authors like Burke (1994, 2011), Chartier (1988), Pesavento (2005). In the line of the History of Education, the research circumscribe itself in the thematic of the Education of Youth and Adults and has as an objective comprehend the historical context of the implantation of Mobral and its characteristics; situate the products that composed the advertising campaign of Mobral in the digital archive of the *Revista Veja*; analyze this advertising campaign, looking to comprehend the directions, concepts and elements used in the representation of the project; connect the representation of Mobral as an educational project of the military dictatorship. The sources used were, almost in its entirety, in digital format, what contributed to the access in agile conditions and preservation of the originals. It explored copies of the *Revista Veja*, where it was located advertisement and reports that were part of the advertising campaign analyzed. There was confrontation of the images, representations, characters and elements particular of the context of the dictatorship of whom the campaign integrates, such as the authority imposition of adhesion from the population to the project, divulgation of the redemptive and grandiose proposition, opposition between illiberalism and development, the cult to the homeland, national value and maintenance of the strategic relations with the business communities of communication and other subjects listed. Such an analyzation enabled the comprehension that Mobral was an educational proposition destined to the education of adults, with particular characteristics of its time. The representations presented in the advertising campaign could have contributed to the propagation of a memory allied to the callings made during the military dictatorship, due to the intense movement of propaganda linked to distant press agencies. Even if Mobral doesn't exist as an education practice in the present, I seems to maintain itself associated to the new educational projects of youth and adults for distant generations.

**Key Words:** History of Education. Mobral. Advertising Campaign. Revista Veja. Cultural History.

## INTRODUÇÃO

Tudo o que acontece, acontece.

Tudo o que, ao acontecer, faz com que outra coisa aconteça, faz com que outra coisa aconteça.

Tudo o que, ao acontecer, faz com que ela mesma aconteça de novo, acontece de novo.

Isso, contudo, não acontece necessariamente em ordem cronológica.

Douglas Adams <sup>1</sup>

O existir humano é uma complexa síntese de elementos que se encontram num determinado tempo e espaço. Tal acontecimento não apresenta uma ordem linear. De acordo com Severino (2006), para além de sua memória biológica, o ser humano carrega consigo uma memória cultural, de modo que o ser humano é, em suas múltiplas dimensões, um ser histórico, social, cultural e material.

O passado é condição indispensável a todo ser humano, segundo Hobsbawm (1998), tendo em vista que a inserção nos estratos sociais acontece a partir da convivência com outros seres humanos mais velhos, na troca de saberes e experiências. Ao longo do tempo, o ser humano sistematizou as formas de se aprender com a própria história, institucionalizando esse processo. Nesse sentido, o passado humano se relaciona com o passado educacional, pois toda sociedade tem um passado, e uma forma de inserir-se no conjunto das normas necessárias ao convívio social.

Conhecer a própria história, como afirma Hobsbawm (1998 p. 17), considerando que “o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”, é o que constitui os homens e os prepara para a vida em coletividade.

Ao longo do tempo instituiu-se espaços específicos para o educar. O aprendizado da vida em sociedade, que antes se dava no âmbito da família, passou a ocupar um espaço específico e sistematizado, dotado de uma lógica de funcionamento própria e universal. Nesse sentido, as transformações das práticas sociais influem sobre as formas de instruir, ensinar, aprender em seus múltiplos tempos e espaços.

As transformações que modificam as relações humanas acontecem em ciclos de ruptura e continuidade, e são objetos de estudo do historiador. No campo educacional, essas mudanças carregam consigo diversas motivações políticas, culturais e econômicas que perpassam diversos aspectos da vida humana. Nesse sentido, faz-se necessário observá-las sob

---

<sup>1</sup>ADAMS, Douglas. Praticamente inofensiva, São Paulo: Editora Arqueiro, 2010.

a luz da história da educação para compreender como esses elementos resultaram nos processos que conduziram a educação ao seu atual formato.

Considerando isso, vale destacar o percurso da proposta desta pesquisa. A história sempre me fascinou, as grandes guerras, fatos e nomes que marcaram o tempo. Chegou até a ser uma opção de curso de graduação, quase tomando o lugar do curso de Pedagogia, no entanto, ao longo da trajetória acadêmica, trilhei esse caminho nos projetos de iniciação científica<sup>2</sup> e na elaboração do trabalho de conclusão de curso<sup>3</sup>.

Nessas atividades, foram encontrados empecilhos relacionados ao contato com a documentação produzida pelo Estado de Goiás no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos<sup>4</sup>. Dentre os problemas enfrentados, destaco a burocratização estatal restritiva aos documentos públicos, a falta de informações sobre a organização dos mesmos, a forma de conservação dos arquivos, de modo que, muitas vezes, era possível acessar conjuntos guardados por particulares, geralmente ex-professores ou ex-servidores da Secretaria de Estado da Educação.

Assim, as experiências de pesquisa vivenciadas ao longo da graduação evidenciaram a necessidade de se instituir políticas de preservação da memória dos documentos públicos, tendo em vista as dificuldades encontradas para acessar a memória do que foi produzido no âmbito oficial.

Após a conclusão da graduação, fui aprovada em concurso público na Universidade Federal de Goiás, como Técnica Administrativa em Educação, seguindo com interesse em dar continuidade às pesquisas no âmbito da pesquisa documental. O recorte desta vez se refere às ações do Estado voltadas à educação da população adulta, assim nasceu o desejo de pesquisar o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, um projeto educacional destinado à alfabetização de adultos, concomitante ao Ensino Supletivo, meu objeto de pesquisa anterior, porém com características específicas, que serão abordadas em outro tópico neste trabalho.

---

<sup>2</sup> Durante a graduação, tive a oportunidade de participar de um estágio não obrigatório junto ao Portal dos Fóruns de EJA, sob a coordenação da professora Maria Emília de Castro Rodrigues, e do desenvolvimento de dois projetos situados no Programa de Iniciação Científica (PIBIC): “Documentação da Educação de Jovens e Adultos na Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período de 1940 aos dias atuais” (2011/2012); e “Análise do Ensino Supletivo no período de 1971 a 1996” (2012/2013), ambos sob a orientação da professora Maria Margarida Machado.

<sup>3</sup> O ensino Supletivo em Goiás na década de 1970.

<sup>4</sup> Ao longo desse trabalho será utilizada a nomenclatura Educação de Adultos para se referir às atividades destinadas a esse público em específico até o ano de 1996, tendo em vista que esta era a nomenclatura utilizada no contexto histórico a que se refere esta pesquisa, sendo substituída pela denominação Educação de Jovens e Adultos – EJA, utilizada pós Constituição Federal, sendo que esta designação só foi oficializada com a LDBEN 9.394/96, quando a EJA passou a ser considerada modalidade da educação básica.

Feito o recorte, esta dissertação teve como objetivos: compreender o contexto histórico da implantação do Mobral e suas características; localizar os produtos que compuseram a campanha publicitária do Mobral no acervo digital da *Revista Veja*; analisar esta campanha publicitária, buscando compreender os sentidos, conceitos e elementos utilizados na representação do projeto; relacionar a representação com o que foi de fato o Mobral enquanto projeto educacional da ditadura militar.

O recorte das propagandas do Mobral veiculadas na *Revista Veja* se inicia em setembro de 1970, data do lançamento nacional da campanha, e vai até 1975, período em que o Mobral foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada para averiguar irregularidades em suas atividades, principalmente acerca do uso de recursos para o atendimento de crianças e adolescentes em suas classes, o que seria uma irregularidade, pois o público-alvo do projeto eram os adultos analfabetos. Após a CPI, o Mobral sobreviveu até 1985, diversificando suas ações, e mais tarde, ao ser dissolvido, se transformou em Fundação Educar, ainda oferecendo assistência em projetos educacionais.

Esta pesquisa não se trata de uma simples contemplação do passado educacional através de um projeto específico, mas busca compreender em suas múltiplas dimensões que elementos constituíram a criação, a consolidação e a continuidade de um projeto educacional destinado ao público adulto na década de 1970, logo:

O que propomos não é um estudo paralelo do social, do cultural, do econômico, do político, mas um estudo que leve em conta todas essas aparentes dimensões, sem qualquer compartimentação ou subordinação. Neste sentido, interessam ao investigador as lutas reais; não só aquelas que se expressam sob formas organizadas como também as “formas surdas” de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle; com isso incorpora grandes áreas da resistência humana, essenciais para a compreensão do social (VIEIRA, PEIXOTO e KOURY, 1995, p. 10).

O passado se apresenta nas fontes como um quebra-cabeça a ser montado pelo pesquisador. No entanto, não basta ter as peças para compô-lo, é preciso problematizar, questionar, para assim escrever e talvez alçar compreensão do passado histórico. Desse modo, o desafio posto a essa pesquisa foi:

Fazer com que o objeto apareça no emaranhado de suas mediações e contradições; é recuperar como este objeto foi constituído, tentando reconstituir sua razão de ser ou aparecer a nós segundo seu movimento de constituição, do qual fazem parte o pesquisador e sua experiência social, em vez de determiná-lo em classificações e compartimentos fragmentados (VIEIRA, PEIXOTO e KOURY, 1995, p. 11).

A análise das fontes selecionadas possibilitou encontrar elementos de aproximação ou diferenciação que compõem o passado. Nesse processo, foram confrontados aspectos

culturais, políticos, sociais e econômicos registrados num suporte<sup>5</sup> para entender o passado. Nesse sentido, as fontes utilizadas nesse trabalho foram constituídas a partir de duas origens:

1) DVD Educação de Jovens e Adultos, o terceiro volume de um conjunto de três DVDs lançados em 2015 pelo professor Osmar Fávero, em parceria com Elisa Mota<sup>6</sup>. Esses DVDs são fruto de mais de uma década de pesquisa do professor Osmar Fávero, na qual ele foi acumulando um conjunto documental relacionado a diferentes atividades de educação popular e educação de jovens e adultos no período de 1960 até o ano 2000. É um conjunto de documentos digitalizados de diversas origens: são legislações, produções de movimentos sociais, de educação popular, teses, dissertações, artigos, livros e resenhas que ajudam a contar parte da história da educação brasileira.

2) A campanha publicitária<sup>7</sup> do Mobral veiculada na *Revista Veja*, localizada em seu acervo digital. O acesso aos exemplares foi feito através de login e senha por meio de assinatura paga pela autora da pesquisa, sendo os três primeiros meses uma oferta de desconto, no qual a assinatura sai a um terço do valor (R\$ 9,90) e a partir do quarto mês o valor integral (R\$ 29,90), que permite acesso desde a primeira edição publicada até as edições atuais<sup>8</sup>. Na seleção do material analisado, buscou-se identificar as edições em que essas propagandas circularam, identificar a frequência de repetição das mesmas e a data de publicação dos anúncios. Esses procedimentos<sup>9</sup> foram constituídos na tentativa de compreender quais as contribuições da campanha publicitária na construção do imaginário do Mobral.

Definidos os documentos citados, buscou-se compreender a história do Mobral a partir desses, tendo em vista que são pistas que nos permitem escrever o passado na tentativa de entendê-lo. Ao reunir as fontes, o pesquisador constrói um panorama que lhe permite olhar o passado e compreender de diferentes ângulos como determinado fato se constituiu, de modo que:

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos,

---

<sup>5</sup>O termo suporte se refere a quaisquer fontes que guardam informações sobre o passado, sejam documentos oficiais, livros, periódicos, documentos particulares, tais como cartas, anotações, fotografias. No caso desta pesquisa, o suporte principal é o material publicado sobre o Mobral na *Revista Veja*, composto por propagandas e reportagens.

<sup>6</sup>Osmar Fávero; Elisa Motta. (Org.) 1. ed. Editora De Petrus et Alii. Petrópolis - RJ: FAPERJ, 2015.

<sup>7</sup> Anúncios e reportagens.

<sup>8</sup> <https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>

<sup>9</sup> O capítulo III explicita o quantitativo de material acessado e os critérios de classificação definidos na pesquisa.

situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2010, p. 276).

Os documentos são produtos da ação humana. Nesse aspecto, a escrita da história não é neutra. A análise das fontes permite compreender que elementos constituem o fato histórico, no conjunto de sua cultura, de suas lutas, dos embates em torno das disputas de poder. Procurou-se, nesse sentido, explorar as fontes de modo atento, problematizando o que encontramos, tendo em vista que o que está posto nos documentos é um extrato do que existiu e não a verdade em si, conforme afirmou Le Goff (1990, p. 535):

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Considerando que nem as fontes nem o papel do historiador são neutros no processo de constituição e análise do passado, faz-se necessário apontar neste trabalho uma opção teórica metodológica, que neste caso é a história cultural. Segundo Burke (2011), em comparação com outros métodos de análise histórica, a história cultural encontra-se num processo de consolidação institucional com o seguinte objetivo:

A história cultural também é uma tradução cultural da linguagem do passado para o presente, dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores. Seu objetivo é tornar a “alteridade do passado ao mesmo tempo visível e inteligível. (BURKE, 2011, p. 245)

A opção pela história cultural se dá primeiramente por completar a concepção ampliada das fontes, feita neste trabalho, compreendendo que a análise histórica é muito mais que a análise das condições de produção, na qual os elementos do passado se inserem, tendo em vista que neste contexto estão presentes elementos de cultura e representações do imaginário social.

Parte-se do pressuposto de que a história é, antes de tudo, um produto humano, ora, tal concepção de fazer histórico pressupõe uma ampliação de elementos constituidores de passado. Crenças, cultura, disputas de poder, religião, e muitos outros elementos que, reunidos, permitem compor uma imagem acerca da história. Todos são artefatos produzidos pelo homem. Segundo Pesavento (2005), esses elementos constituem fontes que representam momentos históricos, que se reconstroem a partir do olhar humano no processo de pesquisa.

Trabalhar na perspectiva da história cultural pressupõe compreender que nas fontes “existem hierarquias de verdade, verdades parciais, transitórias, pessoais ou sociais, como uma espécie de verdades provisórias, aceitas e reconhecidas como tal em uma época dada” (PESAVENTO, 2005 p. 65). Tal postura implica considerar que as fontes para acesso ao passado não são neutras, carecem de interpretação, e que esta pesquisa está a registrar sua percepção sobre os fatos, que pode ser múltipla a partir de outros olhares. Uma percepção que se soma a diversas outras que já existem ou estão por vir.

Há de se considerar quanto ao referencial teórico da história cultural que sustenta e é capaz de explicar os conflitos desse contexto no qual o projeto está situando, tendo em vista o que aponta Monteiro (2014, p. 23): “O desenvolvimento econômico acompanha a evolução cultural e intelectual da população, mas não é unicamente a base de sustentação da explicação histórica que se faz para as causas, efeitos e influências do Mobral.” O desenvolvimento humano, ao qual a memória desse programa educacional está atrelada, não acontece somente do ponto de vista da relação das estruturas de produção e consumo, mas encontra-se inserido num processo cultural de produção de sentidos e imagens.

Observa-se que, ao se falar sobre o Mobral, no âmbito do senso comum existe uma imagem social do que foi esse projeto educacional. Quando o termo é citado, as pessoas imediatamente ligam a imagem às classes escolares destinadas ao público adulto. Observam-se jargões pejorativos em brincadeiras, nos quais uma pessoa leiga é comparada com o projeto, sendo chamada a participar de suas classes: “Você nunca fez Mobral, não?”, “Hey, Mobral!”. Dessa forma, o Mobral se torna sinônimo de burrice ou sonsidão.

Ora, existe uma representação no imaginário social do que foi o Mobral, porém essa figura não é o real em sua exatidão, mas uma impressão, um registro, que situa as pessoas conceitualmente no tempo e no espaço. Para Chartier (1988, p. 20), isso se traduz como “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”.

Há uma memória social do que foi o programa que virou uma forma de identificar a EJA. Essa forma de lembrar é uma construção coletiva, que torna esse objeto um fenômeno histórico, um elemento do passado educacional, que não se faz mais presente no contexto atual, reforçando a importância desta pesquisa, pois:

Os historiadores se interessam pela memória como um fenômeno histórico; pelo que se poderia chamar de história social do lembrar. Considerando-se o fato de que a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para

outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade (BURKE, 2011, p. 73).

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a campanha publicitária do Mobral contribuiu de alguma forma para a construção dessa memória social, tendo em vista que a propaganda cria uma imagem, vende um conceito e produz comportamentos sociais (MACCARI, 2010). Como esses anúncios influenciaram na construção desse imaginário social do Mobral é algo que esta pesquisa se propôs a questionar. Além disso, Burke (2011, p. 73) afirma que “as memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados”, e a revista na qual esse material foi veiculado faz parte dessa construção histórica.

Em relação à história da educação, faz-se necessário questionar o que tornou o Mobral um movimento que parece fazer parte da memória do povo. O que torna algo memorável, segundo Burke (2011), é a *percepção*, consciente ou não, de um elemento. Essa *percepção* se fixa no imaginário popular, cristaliza-se sob a forma de uma ideia, tornando-se um marco. Nesse sentido, o que faz algo se tornar lembrado é ser perceptível, é o destacar-se do comum, é enquadrar-se num modelo que o faça se destacar em relação aos demais.

Ao investigar a história, especificamente a história da educação, é preciso compreender que o pesquisador, enquanto autor e investigador, não constrói suas ideias de forma neutra. Se a fonte não apresenta neutralidade, tão pouco o trabalho sobre ela também apresentará. A memória humana é seletiva, sua intencionalidade advém dos desejos, das disputas pelo poder, da compreensão acerca das práticas culturais, que se manifestam nos mais diversos campos da vida do homem, inclusive na escola, pois:

Embora exista uma regularidade nos fenômenos sociais, a vontade humana intervém nos acontecimentos históricos. São os próprios homens que fazem a sua história, mas não de modo arbitrário, senão sob certas condições determinadas. Assim, deve-se abordar especificamente a história da educação, tentando evitar as formulações tradicionais que a concebem como uma atividade teórica e prática que descreve ‘objetivamente’ como os povos produziram, transmitiram e distribuíram seus saberes (RODRÍGUEZ, 2010, p.35).

De modo que, ao investigar as fontes em torno do Mobral, é preciso compreender que elas não exprimem a totalidade da realidade em si, mas como as pessoas que elaboraram documentos, participaram de suas ações, viam essa proposta educacional. O que implica encarar o passado sem respostas prontas, disposto a seguir as pistas e sendo capaz de percorrer caminhos já visitados por outros pesquisadores com um novo olhar, de modo que:

Pode-se pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1988, p. 19).

Ou seja, pensar as representações do Mobral que aparecem nas propagandas como uma construção composta por formas e motivações presentes na sociedade brasileira do contexto da ditadura militar. Assim, a sociedade representada nas fontes utilizadas neste trabalho descreve um modelo de comunidade, de educação, de mundo, como os atores daquele contexto gostariam que fosse, não propriamente a realidade, mas parte dela, fragmentos do real. Isso explicaria o saudosismo constante desse período histórico que vivenciamos na atualidade, no qual vemos pessoas pedindo o retorno dos militares ao poder e a volta do controle da ditadura.

Esta pesquisa tem o Mobral como objeto central de sua análise enquanto representação presente na campanha publicitária analisada. Conforme constatou-se no levantamento<sup>10</sup> realizado, a maioria dos trabalhos sobre Educação de Jovens e Adultos, ao fazer o retrospecto da modalidade, recorre ao Mobral, enquanto elemento histórico, mas não o torna o objeto de suas pesquisas.

Ainda, considerou-se o que Valdez e Barra (2012) destacaram sobre as pesquisas de história da educação em Goiás, visto que identificaram a pouca produção de trabalhos que investiguem a educação no período da ditadura militar. Na revisão feita, constatamos que esse movimento se intensifica ao considerar também a temática da EJA. Isso demonstra que pesquisar história da educação implica olhar a história humana e discutir suas necessidades, realizar perguntas às fontes que ainda não foram visitadas ou revisitá-las de outras formas, de modo a:

Compreender-se a educação como parte da dinâmica da sociedade, ou seja, como produto histórico dos homens. Pode-se dizer que, de acordo com as necessidades diferenciadas produzidas nos diferentes momentos, ela adquire também diferentes formas e propostas. Enfim, o processo educacional deve ser percebido nas relações que os homens travam entre si, objetivando produzir ou reproduzir a sua própria existência naquele(s) momento(s) determinado(s) (MELLO, 2010, p. 28).

---

<sup>10</sup>A primeira etapa desta pesquisa foi o levantamento do que já foi publicado acerca da temática do Mobral e da *Revista Veja*, com foco nos programas de pós-graduação em educação, diferente do Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, que visa analisar o crescimento e a organização de um objeto de pesquisa num tempo determinado, que por si só caracteriza outra forma de pesquisa. Neste trabalho, optou-se por explorar o universo pesquisado, com fins a levantar informações como fontes utilizadas, metodologia de pesquisa e outros aspectos, conforme Gil (2002), de modo que o termo levantamento é utilizado como sinônimo de revisão bibliográfica.

Na tentativa de compreender o Mobral como um projeto educacional de seu tempo, inserido nas particularidades do seu momento histórico, da sociedade de seu contexto, esse trabalho apresenta três capítulos organizados da seguinte forma. No primeiro capítulo, discute-se o que já foi pesquisado acerca da temática do Mobral no âmbito da educação. Para isso, foi realizado um levantamento de pesquisas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o intuito de verificar o que outros autores já analisaram acerca dessa temática, e que dúvidas ainda não foram respondidas a partir das pesquisas realizadas, considerando ainda minha própria trajetória educacional.

Também buscou-se saber no mesmo banco de dados o que se pesquisa no âmbito da educação na *Revista Veja*, que aspectos sobressaem nessas pesquisas em educação, e qual o recorte temporal mais visitado. Percebeu-se que a revista é um objeto de várias áreas do conhecimento, sobretudo da comunicação, desse modo priorizou-se os trabalhos com foco em educação, tendo em vista o tempo de pesquisa e o acesso aos trabalhos.

Esse levantamento possibilitou a aproximação das temáticas envolvidas na pesquisa, com vistas a entender como estas se relacionam e como o projeto do Mobral fazia uso de mecanismos de promoção na mídia para convencer pessoas a trabalharem como voluntárias ou contribuírem financeiramente em suas classes. Seguido do levantamento das pesquisas sobre o tema, são apresentadas algumas considerações acerca da constituição do Mobral no seu contexto histórico, as formas de agir que sustentaram o regime militar e os objetivos do programa.

O segundo capítulo traz uma discussão acerca das influências da mídia nas interações humanas, ou seja, como as propagandas constroem sentidos, condicionam comportamentos e se firmam no imaginário social. Apresenta-se nesse tópico também um histórico da *Revista Veja*, seu processo de criação e as características de seus anúncios veiculados para além da seleção vinculada ao Mobral.

No terceiro capítulo é discutida a campanha publicitária institucional do Mobral, buscando entender como as propagandas e as reportagens selecionadas do acervo digital da revista escolhida reforçam ou constroem conceitos relacionados ao adulto analfabeto e seu processo de escolarização. Por fim, encerro o trabalho com algumas considerações tecidas ao longo da pesquisa e alguns pontos que podem ser explorados em trabalhos futuros.

# CAPÍTULO I

## MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO: PROJETO EDUCACIONAL PARA TRABALHADORES/AS NA DITADURA MILITAR

Diante da compreensão de que não é preciso inventar a roda todos os dias, essa parte do trabalho está organizada em duas partes. O primeiro momento apresenta um levantamento das pesquisas sobre o Mobral e a *Revista Veja*, localizadas no banco de teses e dissertações da CAPES, assim como os estudos do projeto educacional do Mobral em seu contexto histórico.

A partir do que se observou no levantamento dos trabalhos de outros pesquisadores, destacam-se os principais conceitos fundantes do Mobral, considerando esse projeto educacional inserido nas especificidades de seu tempo. Apresenta-se também uma discussão acerca do contexto histórico da ditadura militar, fundamental para entender como o Mobral se organizava e assim compreender a qual preceito as propagandas obedeciam, assunto discutido no segundo capítulo.

### **1.1 Os caminhos percorridos por outros pesquisadores: a revisão bibliográfica**

Com vistas a constituir familiaridade com o tema desta pesquisa e ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos objetivos propostos com esse trabalho, a primeira etapa deste constituiu-se de um levantamento acerca das pesquisas já realizadas sobre o Mobral nos programas de pós-graduação, através da plataforma de pesquisa da Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES<sup>11</sup>. Segundo Gil (2002), essa etapa constitui um estudo exploratório, objetiva delimitar a área de estudo que a pesquisa pretende abordar e potencializar a problematização clara e precisa do objeto.

A pesquisa na BDTD consistiu num trabalho de verificação acerca do que já foi produzido nos programas de pós-graduação em educação sobre o Mobral, com vistas a localizar e compreender quais os principais recortes das pesquisas sobre o tema. A escolha desta ferramenta se deu em razão da obrigatoriedade de disponibilização de teses e dissertações estabelecida desde o ano de 2006 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela possibilidade de ter acesso a um conjunto de trabalhos reunido em uma ampla base de dados.

---

<sup>11</sup><http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Nesse sentido, foi estabelecido no cronograma da pesquisa um período para busca de teses e dissertações sobre a temática do Mobral. O levantamento dos trabalhos foi realizado no período de 20 de dezembro de 2017 a 10 de janeiro de 2018. Foram utilizados os seguintes descritores: MOBRAL, Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização e MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO.

Descritores especificando o Estado de Goiás, ou objetos como livros didáticos e livros escolares, foram desconsiderados por ampliar demasiadamente o resultado das pesquisas, incluindo resultados que fugiam aos objetivos propostos no levantamento bibliográfico. Foram ainda acrescidos os descritores “*Revista Veja*” e “*VEJA*”, tendo em vista que este projeto buscou nesse periódico as propagandas relacionadas ao Mobral veiculadas no período de 1970 a 1975.

Com base nos descritores citados, foram levantados 6.720 trabalhos. Sendo 4.897 dissertações e 1.533 teses de doutoramento. Como só interessavam os trabalhos na área da educação, foi selecionada essa área de conhecimento nos filtros. Baixando o número para 506 trabalhos. Como se percebeu que havia muitos trabalhos que não correspondiam à temática de educação de adultos e às abordagens da revista escolhida foi realizada uma cisão.

Ao deixar apenas os descritores MOBRAL, Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização e MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO chegou-se a 44 trabalhos, sendo que, destes, nove não foram localizados, mesmo solicitando diretamente ao programa de pós-graduação ou tentando localizar os autores, e dois trabalhos tinham apenas o resumo disponível, de modo que esses 11 foram desconsiderados no processo de análise. Foram lidos e classificados 35 trabalhos, sendo 26 dissertações e sete teses. Estes trabalhos foram analisados enquanto origem do programa de pós-graduação, ano de produção, foco de análise, palavras-chaves delimitadas pelo autor e fontes utilizadas.

Combinando os descritores MOBRAL e VEJA, 64 trabalhos foram levantados, sendo a maioria já contemplada pelo recorte anterior, e 12 trabalhos relacionando pesquisas educacionais com publicações da *Revista Veja*, dos quais, foram acessados oito trabalhos.

### *1.1.1 Objeto de problematização: apontamentos das pesquisas sobre o Mobral*

Compreender o Mobral é uma tarefa que deve ser cumprida considerando essa proposta educacional como fruto de seu tempo, com todas suas implicações políticas e

econômicas. Acerca da origem do programa de pós-graduação, de trabalhos com este recorte, 60,61% dos trabalhos originam-se de programas de pós-graduação em Educação.

Isso indica que as pesquisas sobre o Mobral se concentram, enquanto objeto de problematização de educadores, em questionamentos, provavelmente, oriundos de reflexões da prática docente, do âmbito das políticas educacionais e outros processos vinculados à escola. Cerca de 9,09% dos trabalhos concentram-se em programas de pós-graduação em Direitos Humanos, o que possibilita inferir que o Mobral é incluído em âmbito ao direito à educação ao longo da vida, como preconiza a Organização das Nações Unidas, sendo assim, objeto de problemática desses programas de pós-graduação.

Aproximadamente 9,09% dos trabalhos originam-se de programas de pós-graduação em História, o que indica que o Mobral, enquanto ação educacional, não é objeto de estudo frequente de historiadores, ou que as pesquisas em âmbito da história da educação não encontram espaço nesse tipo de programa. Por fim, 21,21% dos trabalhos encontram-se em programas de diferente natureza: psicologia, políticas públicas, letras, educação, matemática, química e teologia, o que demonstra que a amplitude do Mobral excede o contexto da educação, dos direitos humanos e da história, sendo objeto de estudo de outras áreas.

Diante dessa diversidade de pesquisas, pode-se pressupor que parte significativa dos questionamentos sobre o Mobral já foram respondidos em estudos realizados anteriormente por outros pesquisadores. Contudo, o levantamento acerca dos trabalhos de teses e dissertações produzidas demonstra que esse objeto de pesquisa ainda não se esgotou, principalmente, no que diz respeito às pesquisas em âmbito da história da educação.

Diante dos descritores utilizados, o trabalho mais antigo localizado data do ano de 1991, sendo a tese de Haddad (1991), sobre o Ensino Supletivo no Brasil. No entanto, o Mobral aparece apenas enquanto estratégia educacional do governo militar, não sendo objeto principal de investigação do autor.

Com relação ao ano de produção, 39,39% dos trabalhos se concentram na década de 2000 a 2010, e 54,55%, após o ano de 2011, demonstrando crescimento das pesquisas sobre o Mobral na última década. Há várias hipóteses para essa explicação, uma delas deve-se à dificuldade de se estabelecer no Brasil uma proposta de unificação das pesquisas, e pode haver mais trabalhos acerca do tema nos anos anteriores a 2000 que não foram localizados. A portaria de número 13 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que instituiu a obrigatoriedade na divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado, é recente e data do ano de 2006, o que certamente limita a busca por trabalhos em anos anteriores.

Outra razão é a escassez de trabalhos sobre a temática do Mobral. Conforme Valdez e Barra (2012) afirmam, os programas de pós-graduação carecem de trabalhos acerca do período da ditadura militar, sobretudo na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os trabalhos que abordam esse período não investigam a educação relacionada diretamente à ditadura militar, mas outros aspectos educacionais, como criação de escolas e universidades nesse período.

Outro motivo para explicar o aumento das pesquisas após os anos 2010 é o crescimento das universidades públicas, somado à expansão dos programas de pós-graduação nesse período, o que certamente há de ter contribuído com o avanço das pesquisas sobre o tema, colaborando para a expansão dos grupos de pesquisa sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos, como os Centros de Referência em EJA<sup>12</sup>.

Com relação ao foco de análise dos trabalhos<sup>13</sup>, embora todos sejam sobre o Mobral, cada pesquisa apresenta particularidades de foco, conforme a opção de cada autor. Há trabalhos que focam o tema a partir das políticas educacionais; outros, a partir de programas e projetos; outros, pelo viés histórico. Há os que analisam os aspectos relacionados ao processo de alfabetização e a memória dos professores, ou ainda uma particularidade ligada a um campo específico, como a educação no campo, por exemplo. Por fim, há trabalhos que têm o desenvolvimento do Mobral em localidades específicas como foco, e uma diversidade de trabalhos que o observam de áreas diversas, como saúde, educação infantil, gênero e o ensino em áreas específicas.

Percebe-se que a maioria das pesquisas acessadas, 24,25%, encontra-se no âmbito das políticas educacionais. Isso pode ser explicado por Coelho (2007, p. 14) ao defender que o Mobral “foi um projeto de caráter centralmente ideológico-político, embora pretendesse ser alfabetizador”, logo, a concentração nos impactos políticos pode se sobrepor aos demais fatores de influência. Além disso, segundo Krawczyk (2012), as variações do contexto sociopolítico influenciam as pesquisas realizadas no momento. Outro aspecto que influi sobre o alto índice de pesquisas centralizadas no âmbito das políticas educacionais é a concentração dos trabalhos no tempo presente e não na história da educação, pois:

---

<sup>12</sup> Em 2019, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (DPEJA/SECAD/MEC) propiciou uma série de ações com vistas a construir uma rede de articulação de ações com os núcleos e grupos de estudos de Educação de Jovens e Adultos e assim expandir pesquisas e discussões acerca dessa temática. Para mais informações, acesse: <http://www.forumeja.org.br/cr/>.

<sup>13</sup>Ver Quadro nº 1 e nº 2 nos Anexos.

A história recente — nacional, regional e internacional — tem produzido certo descrédito na política e no sentido do público e, ao mesmo tempo, tem sido bastante fértil para a pesquisa em política educacional. As intensas transformações sociais, políticas e econômicas provocam novos problemas de pesquisa, categorias de análise e diálogos com outras áreas científicas (KRAWCZYK, 2012, p. 7).

Logo, percebe-se o indício da preferência dos pesquisadores em analisar o presente, aquilo que impacta de imediato a escola. Ainda nesse sentido, 15,15% dos trabalhos se concentram em discutir programas e projetos específicos, como o Programa Brasil Alfabetizado; o Projeto Eureka, para implantação do projeto de informática educativa; o Movimento de Alfabetização de Adultos de São Paulo (MOVA) e o Programa Alfabetização Solidária (PAS). De modo que o Mobral aparece ou em comparação ou enquanto composição do contexto histórico de desenvolvimento dessas ações.

Apesar de os programas se relacionarem com a temática das políticas educacionais, eles se diferem destas por apresentar uma especificidade no que diz respeito ao estudo de sua implementação nos Estados e municípios específicos de cada produção, contabilizando quantidade de alunos matriculados ou como as escolas receberam as ações citadas.

Em contrapartida às pesquisas do tempo presente, apenas 3,08% dos trabalhos apresentam foco de análise na perspectiva da história. Esse fator pode ser explicado pela exigência que a história faz do pesquisador, segundo Lopes e Galvão (2001, p. 17): “A história ajuda-nos a olhar a nossa realidade com paciência, afinal, as coisas demoram muito a mudar... Às vezes é preciso esperar duas ou três gerações para que uma inovação educacional se estabeleça.” Um exemplo desse tipo é o trabalho de Souza (2016), que investiga a amplitude dos interesses e a herança histórica deixada pelo Mobral no que diz respeito à educação brasileira.

Há ainda os trabalhos que têm foco na questão do analfabetismo e na alfabetização. São aspectos que se diferem por considerar o processo de domínio do código escrito uma centralidade do Mobral. Esses trabalhos representam 6,06% das pesquisas localizadas.

Outro perfil de trabalhos identificados diz respeito ao foco de análise na memória dos professores, que representa cerca de 12,12% e é caracterizado pela preocupação em recuperar a trajetória do Mobral a partir de relatos de ex-professores, considerando a análise do discurso desses para a interpretação dos dados coletados, geralmente a partir de entrevistas. O foco dessas pesquisas fundamenta-se na experiência de vida dos sujeitos docentes, na sua prática e formação diante da sua atuação no projeto.

Há ainda um conjunto de trabalhos que se destacam por discutir a implementação do Mobral em uma área específica: a educação no campo. Esses trabalhos representam 6,06%

das pesquisas localizadas e se diferem por analisar o Mobral num espaço de atuação que diverge das escolas no contexto urbano.

Representando 12,12% das pesquisas acessadas, há o grupo de trabalhos localizados que se reúne por sua diversidade, que contemplam áreas diversas, como saúde, educação infantil, gênero e o ensino em áreas específicas, como matemática, língua portuguesa, religião e informática. Esse grupo de trabalhos converge com a diversidade de programas de pós-graduação que pesquisam o Mobral quando se desconsidera os programas com foco na educação.

Percebe-se que, dos trabalhos acessados, 75,71%, apesar de abordarem o Mobral, têm seu foco de análise em outros objetos, como políticas públicas, a alfabetização de sujeitos, na prática docente, e outras áreas. Dessa forma, embora o Mobral seja citado nos trabalhos, não é o foco central da pesquisa, uma peça secundária, sendo objeto de contextualização ou apenas citado poucas vezes no texto, como no caso do trabalho de Lemes (2016), que tem foco em educação no campo e o termo Mobral aparece apenas cinco vezes ao longo de 196 páginas.

Desse modo, 21,21% analisam o desenvolvimento do Mobral e sua trajetória, seja em uma localidade específica, seja nacionalmente de modo específico, enquanto objeto central de pesquisa. Nota-se que, sobre o tema Mobral, há muito ainda para se pesquisar, pois se trata de uma temática relevante para identificar as práticas projetadas para a educação durante a ditadura militar, com suas contradições e imposições.

Outro aspecto analisado nos trabalhos acessados foi o uso das fontes nas pesquisas<sup>14</sup>. A escolha das fontes é algo central no trabalho do pesquisador, pois permite acessar e compreender um dado momento histórico a partir do que foi produzido naquele contexto. Lopes e Galvão (2001, p. 79) definem fontes como:

Conjunto dos materiais produzidos por uma determinada época, por determinado grupo social, por determinada pessoa – homem ou mulher, e segundo a etnia – aqueles que poderão dar sentido à pergunta que inicialmente se propôs; aqueles que, trabalhados, isto é, recortados e reagrupados, poderão servir de base à operação propriamente historiográfica, ou seja, à interpretação e a escrita.

É importante analisar as fontes utilizadas nos trabalhos sobre o Mobral, tendo em vista que possibilitam compreender que ferramentas foram utilizadas por outros pesquisadores para acessar os elementos constitutivos do passado. De acordo com Pesavento (2005), as fontes indicam representações do momento histórico, e este se reconstrói a partir do olhar humano, da problematização das pesquisas.

---

<sup>14</sup> Ver Quadro nº 3 e nº 4 nos Anexos.

É possível ao pesquisador combinar duas ou mais fontes na análise do objeto de pesquisa. Nesse sentido, observa-se que 87,88% das pesquisas acessadas sobre o Mobral fazem uso de documentos oficiais, tais como leis, decretos, pareceres, dados estatísticos elaborados por órgãos governamentais, publicações e relatórios, sendo que os documentos escritos são os mais acessados pelos pesquisadores.

O segundo tipo de fonte mais utilizada são as orais, decorrentes de depoimentos, entrevistas e relatos, que totalizam 51,52%, da escolha dos pesquisadores. Outro tipo de fonte utilizada com frequência, que representa 48,48% da escolha dos pesquisadores, foram os impressos escolares, como livros, folhetos e outros materiais didáticos. Objetos frequentes de uso escolar que muito têm a dizer sobre a história da educação e por isso uma escolha amplamente utilizada por pesquisadores.

Dentre as fontes de uso menos recorrente nas pesquisas sobre o Mobral encontramos os impressos informativos, tais como jornais, periódicos, folhetos de propaganda, com 18,18%; o uso de questionários, 12,12%; dados de fluxo educacional como número de matrícula, dados de evasão, com 6,06%; uso de fotografias, 9,09%; uso de gravações de programas de rádio, 6,06%; e, por fim, cartas, com 3,03%.

Chegou-se ao percentual descrito acima, considerando que os pesquisadores podem utilizar mais de uma fonte no decorrer de suas pesquisas. No entanto, se retornarmos aos trabalhos elegendo uma fonte predominante, temos apenas uma redução do percentual, mas permanece semelhante o uso de um tipo de fontes em detrimento de outras, de modo que os documentos oficiais representam 36,25%; as fontes orais, 21,25%; os materiais didáticos, 20,00%; jornais e periódicos, 7,50%; questionários, 5,00%; fotografias, 3,75%; dados de fluxo educacional, 2,50%; gravações de programas de rádio, 2,50%; e cartas, 1,25%.

Foram analisadas também as palavras-chaves mais utilizadas pelos autores. A escolha dessas palavras tem um fator preponderante na indexação dos trabalhos, sendo uma ferramenta fundamental para localizá-los.

A maioria dos trabalhos, 12,87%, apresenta a palavra-chave<sup>15</sup> Mobral ou MOBREAL como descritor escolhido pelos autores; 8,91%, Educação de Jovens e Adultos; 6,93%, Alfabetização, Alfabetização Funcional, Alfabetizadores; 4,95%, Analfabetismo, Analfabeto, mesmo índice para Memória; 2,97%, Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Direitos Humanos, Ditadura Militar e Educação de Adultos; 1,98%, Programas de Alfabetização, Educação do Campo, Livros Didáticos, História da Educação, História, Professora,

---

<sup>15</sup> Ver quadro nº 05 nos anexos.

Professores, Práticas Pedagógicas, Educação, Mulheres, Gênero, Educação Popular; 0,99%, Fundação Mobral, Fundação Educar, Ensino Religioso, Educação Cidadã, Sociedade Contemporânea, Roteiro de Alfabetização, Pedagogia Freireana, Hegemonia e Contra hegemonia, Rupturas e Permanências, Atendimento Individual, Biopolítica, Discurso, Foucault, Igreja, Saber Médico, Rádio, Dengue, Prevenção, Ensino de Matemática, Cultura, Representação, Representações Sociais, Formação, Exclusão, Mova, Criança, Educação Infantil. A escolha dessas palavras pode indicar a diversidade de assuntos abordados nas pesquisas, demonstrando que o Mobral evade o campo da escola, se desdobrando em amplas discussões.

Dos trabalhos analisados, 5,94% não apresentam palavras-chaves, uma escolha que pode estar relacionada ao contexto de produção dos trabalhos, indicando um processo não muito usual no contexto atual, tendo em vista que a maioria dos trabalhos é apresentada com palavras-chaves ao final da pesquisa.

Para encerrar a análise das pesquisas localizadas acerca do Mobral, foram analisadas as perspectivas metodológicas escolhidas pelos autores<sup>16</sup>. Observou-se que a maior parte dos trabalhos acessados, 87,88%, não apresenta uma discussão de método evidenciada, trabalhando com o conceito de abordagem metodológica ou critérios de análise. Apenas 12,12% apresentam um método definido de forma clara e explícita.

O que se compreende por método neste trabalho é o conceito, que, segundo o dicionário gramsciano (LIGUORI; VOZA, 2017), aponta para a lógica, constituída pela abstração e a técnica do pensar. Ora, nas palavras do próprio Gramsci:

Deve-se deixar estabelecido que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e a elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único (GRAMSCI, 2015a, p. 122).

Nesse sentido, cada ciência apresenta um método adequado ao seu desenvolvimento, especificamente considerando seus problemas, suas fontes, seu objeto. Quanto a isso, Gramsci é extremamente criterioso, afirmando que o trabalho científico exige ser “conduzido com escrúpulos máximos de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito e apriorismo ou posição preconcebida” (GRAMSCI, 2015b, p. 18). Desse modo, o método científico pressupõe:

É preciso, antes de mais nada, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador, dado para identificar os elementos que se tornaram estáveis e

---

<sup>16</sup> Ver Quadro nº 06 nos anexos.

“permanentes”, ou seja, que foram assumidos como pensamento próprio, diferente e superior ao “material” anteriormente estudado e que serviu de estímulo (GRAMSCI, 2015b, p. 18).

Há de se considerar que o método implica assumir um discurso científico que apresente uma lógica, ou seja:

No conjunto de procedimentos que todo cientista utiliza para generalizar os casos particulares, passando do individual à lei e vice-versa. [...] o mesmo procedimento que constrói historicamente a noção de objetividade, como a que é partilhada pela generalidade dos cientistas e, portanto, pela humanidade (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 31).

Segundo o dicionário gramsciano, o conceito de lógica aponta para abstração e para a técnica do pensar. Ora, a abstração apresenta no discurso científico uma aplicação única, na medida em que considera o valor do fato somente enquanto compreende o indivíduo em suas relações. Em cada fato, o que há nele de geral ou particular tem em si o conceito de indivíduo e o conceito de coletividade. A abstração é uma ação científica na qual ideologias e metodologias se relacionam.

O que encontramos nos trabalhos lidos, segundo Demo (1985), são “hipóteses metodológicas. São posicionamentos básicos que admitimos de modo geral válidos e que orientam a conduta na pesquisa e na construção científica em geral”. Nesse sentido, observou-se que 27,27% dos pesquisadores sobre o Mobral afirmam assumir em suas pesquisas a abordagem da Pesquisa Qualitativa sob diferentes enfoques: exploratória, bibliográfica, história oral, interpretativista, etnográfica<sup>17</sup>.

Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa se caracteriza por supor um contato direto entre o pesquisador e o objeto, incluindo coleta de dados em campo. São pesquisas de natureza descritiva, numa tentativa de captar o que os sujeitos pesquisados compreendem acerca da temática abordada. Além disso, a análise dos dados é determinada a partir de problemáticas ou focos de interesse que vão se afinando ao longo do processo.

Observou-se que 30,30% dos trabalhos apresentam uma análise pelo viés histórico, sob diferentes categorias, sendo 12,12% do ponto de vista da pesquisa documental ou da história oral; 9,09% na perspectiva da história cultural explícita, na qual os autores deixam claro essa denominação no texto; e 6,06% da história cultural de forma implícita, quando remetem à história cultural, porém sem se fazer uso do termo. Por fim, 3,03% dos trabalhos fazem uma análise na perspectiva da micro história .

---

<sup>17</sup> Ver quadro nº 07 nos Anexos.

Outro critério de análise recorrente nas pesquisas localizadas é a compreensão do Mobral a partir dos fatores econômicos e políticos do seu contexto de atuação, que representam 9,09% dos trabalhos acessados. Os autores desses trabalhos concentram sua análise na organização política e econômica do Estado brasileiro, e em como as relações sociais impactadas sob a ordem capitalista influenciaram o sistema educacional.

Há um conjunto de abordagens com um percentual menor que ficou explícito pelos autores das pesquisas, são elas: análise do discurso, 6,06%; método indiciário, 3,03%; pesquisa bibliográfica, 3,03%; materialismo dialético, 3,03%; representação social na perspectiva psicossociológica, 3,03%; método de estudos comparados, 3,03%; e por fim, análise de conteúdo, 3,03%.

Foi localizado também 6,06% de trabalhos em que os autores não apontam claramente o critério de análise utilizado e cuja leitura do texto não possibilitou relacionar o referencial teórico a nenhuma abordagem conhecida.

A análise do método ou das abordagens metodológicas indica que essa ainda representa uma discussão complexa nas pesquisas sobre o Mobral, apesar de não estar claro que fatores constituem empecilhos a essa questão. O conceito de método, exceto pelos trabalhos indicados no percentual de 12,12%, não aparece e em sua grande maioria a discussão do aporte metodológico escolhido para análise dos dados é fraca ou pouco evidenciada no texto.

Há de se destacar que no universo dos trabalhos acessados não foi localizado nenhum especificamente sobre o Estado de Goiás. Com base nos descritores indicados no início desse texto, não há pesquisas de natureza acadêmica sobre o Mobral no Estado. Esse é um dos aspectos não contemplados pela pesquisa que pode ser abordado em trabalhos futuros, de modo a contribuir com a escrita da história da educação goiana.

### *1.1.2 Impresso como fonte: dos trabalhos com recorte na Revista VEJA*

Ao optar por um impresso em formato de magazine semanal criado na ditadura militar, faz-se necessário situar a publicação da *Veja* em seu contexto de produção. Esta *Revista* de circulação nacional pertence ao Grupo Abril<sup>18</sup>, cujas atividades se iniciaram em 1950, com a publicação de quadrinhos, e foram crescendo aos poucos e diversificando suas publicações.

---

<sup>18</sup> Informações levantadas a partir do histórico apresentado pelo grupo em <http://abril.assineabril.com.br/grupoabril/historia.html>.

Larangeira (2014) destaca que o fundador da *Revista Veja*, o ítalo-americano Victor Civita, foi empregado da revista Americana *Time Life*, sendo representante oficial das publicações da *Walt Disney*, no ramo dos quadrinhos, e da *Playboy*, e em pouco tempo o Grupo Abril tornou-se um dos maiores parques editoriais da América Latina, com 22 revistas e vendendo mais de quatro milhões de exemplares. Para Larangeira (2014), a criação do Grupo Abril se enquadra na abertura empresarial em que vários segmentos americanos expandiram sua atuação pelo Brasil, nesse caso no ramo das comunicações e da publicidade.

Segundo Maccari (2010), a *Revista Veja* entrou em circulação em setembro de 1968, para concorrer com semanários como *O Cruzeiro*, *Fatos & Fotos* e *Manchete*, inspirada nos moldes de revistas americanas como a *Time*. Organizada de forma temática, a revista apresentava, neste período, discussões diversas sobre economia, política, literatura, música, dentre outros, além de contar com uma seção de entrevistas, espaço para participação dos leitores e ter espaço para muitos anúncios.

Quando criado, o semanário se dispunha a ser:

A manifestação dos editores procurava evidenciar a condição da VEJA como revista de informação nacional, destinada a todos os brasileiros (não apenas aos moradores de uma determinada região) e voltada à abordagem de diferentes assuntos considerados relevantes para subsidiar e orientar os leitores na tomada de decisões (SILVA, 2015 p. 127).

Segundo Andrade (2010), a revista de publicação semanal cresceu ao longo de sua trajetória, passando a ter um lugar de prestígio no que diz respeito ao reconhecimento nacional. Ou seja, a *Veja* foi criada para propagar ideias e ser formadora de opinião. Segundo Cruz (2009), esse tipo de mídia se constituiu como um espaço educativo na medida em que passou a ensinar múltiplas formas de viver a partir das discussões apresentadas de modo atual, impactando a formação de conceitos e as relações humanas.

Esta pesquisa visa compreender como a mídia se relaciona com a história da educação na medida em que, para Gerzon (2007, p. 39), “a sintonia das revistas com seu tempo, com a história e a cultura faz com que elas retratem hábitos e assuntos que caracterizam cada sociedade, propagando visões de mundo e modos de vida”.

Dessa forma, a escolha da *Veja* se dá para além de seu diferencial enquanto reconhecimento na imprensa nacional, sobretudo, por ser o instrumento no qual a campanha publicitária do Mobral foi veiculada. Há de se considerar ainda que anunciar nas páginas da revista, segundo Marion (2012), custava mais caro do que em outros impressos do Grupo

Abril. Segundo Maccari (2010, p. 50), a propaganda se caracteriza pela intencionalidade em difundir uma ideia, “gerar conceitos e produzir um determinado comportamento social”.

A partir do levantamento realizado, percebe-se que, no âmbito da educação, os trabalhos se dedicam a pesquisar como a revista trata o debate acerca de temas de impacto educacional como a profissionalização docente (BITES, 2012), o Plano Nacional de Educação PNE (MARION, 2012) e a reserva de vagas para negros através das cotas (CRUZ, 2009). Outros se dedicam a debater discursos veiculados sobre educação na revista, como os trabalhos de Gerzon (2007) e Rosa (2008). E por fim, os trabalhos de Maccari (2010) e Andrade (2010) apresentam foco na análise de propagandas, considerando ainda que não foi possível acessar 33,33% dos trabalhos levantados.

A quantidade de trabalhos com foco na revista não é um dado que tenha tamanho impacto nesta pesquisa, tendo em vista que esse tópico pretende apenas situar o *locus* da fonte principal deste trabalho: as propagandas do Mobral, partindo do pressuposto apresentado por Maccari (2010, p. 54): “A propaganda teria como objetivo a difusão de uma ideia ou de uma ideologia”, de modo que se torna central discutir qual a proposta de educação está posta nessa campanha publicitária? A quem se destina esse material? Quais estratégias de convencimento são utilizadas nesse processo? Considerando que este é um trabalho que parte de um ponto de vista da história da educação, deve-se pensar essas questões do ponto de vista da educação e não da área de comunicação.

## **1.2 “O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”: o contexto histórico da educação de adultos em tempos de segurança nacional**

Para compreender o projeto educacional do Mobral se faz necessário olhar o contexto histórico do momento em que este foi proposto. O Brasil que antecede o golpe de Estado de 1964 vivia uma crise que, segundo Góes e Cunha (1991), abrangia aspectos econômicos, sociais e políticos. Nas palavras de Freire (1979, p. 46-47), esse contexto é da seguinte forma:

Vivia o Brasil, exatamente, a passagem de uma para outra época. Daí que não fosse possível ao educador, então, mais do que antes, discutir o seu tema específico, desligado do tecido geral do novo clima cultural que se instalava, como se pudesse ele operar isoladamente. [...]. Na “Sociedade fechada”, temas como democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade, educação e muitos outros, de que decorriam tarefas específicas, tinham uma tônica e uma significação que já não satisfazem à Sociedade em trânsito.

Os movimentos sociais, de base popular, operária, camponesa, somados a outros segmentos como o estudantil, estavam em expansão neste contexto, visando à promoção de mudanças no cenário político que antecedeu o golpe. A população estava se organizando na tentativa de ver seus anseios sociais atendidos. De modo que aos grupos contrários a essa ideia não houve outra saída que não cessar esse movimento e colocar em prática outra lógica de organização da sociedade.

Na visão de Gaspari (2014a, p. 131), os 21 anos de ditadura constituem um complexo e obscuro período da história brasileira, tendo em vista a supressão e a dificuldade de se acessar documentos e memórias desse período. Durante esse período, houve anos de maior e menor repressão, sendo mais de duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “abertura” e “endurecimentos”.

Para Germano (2011), o golpe de Estado de 1964 pôs fim aos governos denominados populistas. Tal projeto foi uma organização sob o comando de vários segmentos sociais: empresariado, burguesia, latifundiários, intelectuais e militares, que cooperaram para promoção de um novo grupo ao poder. Esse novo grupo carregava consigo a responsabilidade de manter uma ordem social e cessar a popularização que se alastrava pelo País.

A ascensão dos militares ao poder inaugurou um novo modelo de golpe e de regime político, de acordo com Napolitano (2016). Pautado no discurso da modernização, esse projeto de gestão nacional não contemplaria os anseios sociais, tal como a redistribuição de renda, a reforma agrária ou a ampliação dos direitos democráticos. Ao final do período de mais de 20 anos no poder, havia uma memória construída por seus gestores de como tudo aconteceu. Nas palavras desse autor, o golpe pode ser definido da seguinte forma:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais (NAPOLITANO, 2016, p. 11).

O que motivou a ditadura foi o compromisso da direita em barrar a agenda reformista, reafirmando outro modelo político e ideológico de sociedade e de Estado, sendo este discurso alicerçado na modernidade, no progresso, no milagre econômico sob a tutela dos militares. Para isso, o golpe foi justificado na ideia de preceder a tomada de poder pela esquerda comunista. Diversos setores, principalmente a imprensa, contribuíram com a disseminação da ideia de que estes tomariam o País, colocando em risco a democracia e a defesa dos valores

cristãos<sup>19</sup>. Tal discurso serviu apenas para ocultar os anseios daqueles que se sentiam ameaçados pelos projetos de reforma agrária e redistribuição de renda.

Segundo Napolitano (2016), o golpe tinha dois objetivos. O primeiro deles era destruir a elite política e intelectual reformista; o segundo, desarticular essa elite dos movimentos sociais de base popular, tal como o movimento camponês, com vistas a proteger o Estado das pressões da sociedade civil, e zelar pela acumulação do capital.

Os militares assumiram o controle sobre diversas áreas da sociedade civil, segundo Brigagão (1985), ocuparam ministérios, universidades, escolas e outros espaços, demonstrando o comportamento militar em sua logística estratégica, nas suas formas de gestão, nos seus métodos e nas decisões aplicadas. Desse modo, todo cargo de centralidade política era firmado a partir da nomeação de pessoas comprometidas com a lógica do novo regime.

Para assegurar o controle e normatizar a sociedade, foram criados os Atos Institucionais (AI) – o primeiro não tinha número, pois, segundo Napolitano (2016), acreditava-se que seria o único. O AI-2, de acordo com o mesmo autor, demonstra a passagem de um governo militar que seria de caráter temporário para um de regime autoritário estruturado, completado pelo AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para o governo dos Estados e a nomeação dos prefeitos. O papel dos AIs era garantir a normatização autoritária, estabelecendo rotinas executivas, na tentativa de despersonalizar o poder.

Desses, o mais radical foi o AI-5, que se dirigiu explicitamente aos movimentos de mobilização popular e estudantil, atingindo setores da classe média que até então se viam poupados da repressão. Uma vez que o Estado militar estava consolidado, a perseguição política deixou a esfera dos líderes sindicais, dos políticos de esquerda e passou a avançar contra artistas, estudantes e intelectuais. Com relação à repressão, Napolitano (2016, p. 127) afirma:

Quando examinamos a lista de mortos e desaparecidos pela ditadura, notamos um dado inovador na história brasileira. Via de regra, as repressões a revoltas armadas no Brasil eram ferozes com os de baixo e moderadas com os de cima. A prisão e o exílio eram reservados às lideranças rebeldes vindas da elite ou das classes médias superiores.

---

<sup>19</sup> Segundo Rodrigues (2008), a igreja católica desenvolveu atividades de militância, por meio da Ação Católica Brasileira (ACB) e dos grupos de Juventude Católica, tais como: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Esses grupos participaram de diversos movimentos, sempre em aproximação com as classes populares, principalmente junto aos trabalhadores urbanos e rurais. No que diz respeito aos apoiadores do golpe militar de base cristã católica, percebe-se que a ala que coalizou junto a outros setores da sociedade era de base conservadora, em contraposição a esta de base militante popular.

Ou seja, desde a ditadura, a violência e o extermínio dos que se opunham ao regime eram destinados aos mais pobres, e aos da elite social era destinado o exílio. Nesse contexto, lutar contra a ditadura tornou-se sinônimo de prisão e martírio, de modo que “a repressão à base de tortura superou qualquer limite jurídico ou humanitário, ferindo mesmo a ética militar, que prega o tratamento digno dos prisioneiros” (NAPOLITANO, 2016, p. 135). Ao englobar o universo de perseguição da ditadura, a tortura sai dos padrões de sadismo e psicopatia para assumir um caráter sistemático.

Como sistema, não é o torturador que faz a tortura, mas exatamente o contrário. Sem o sistema de tortura, organizado, burocratizado e abrigado no aparelho civil e militar do Estado, o indivíduo torturador é apenas um sádico errante à procura de vítimas. Dentro do sistema, ele é um funcionário público padrão. (NAPOLITANO, 2016, p. 137)

Tal como o extermínio judeu na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, o torturador é apenas um subordinado, que cumpre ordens de seus superiores a serviço do Estado. Segundo Gaspari (2014b, p. 26), “quando a tortura é levada para dentro de instituições hierarquizadas e fortemente disciplinadas, produz-se uma burocracia da violência”, ou seja, o Estado assume uma ilegalidade para se manter no poder, usando a pseudoideia de que o torturador seria um defensor da ordem.

Embora nunca tenha sido assumida pelo alto escalão ditatorial, essa forma de tratamento aos perseguidos pelo regime gerou um círculo do medo, no qual, vigilância, censura e repressão eram o tripé do aparelho do Estado responsável pela segurança nacional, combinando sistemas legais e ilegais de ação. De acordo com Gaspari (2014b, p.45), o próprio presidente Geisel apresentava um discurso ambíguo sobre o tema, demonstrando-se um não defensor das práticas de tortura, mas reconhecendo seu papel de “evitar um mal maior”.

Para além disso, o mesmo autor destaca que a ditadura inaugurou uma nova solução aos seus opositores, o desaparecimento, de modo que, o governo se desobrigava a prestar qualquer esclarecimento sobre o militante nesta categoria. Os familiares eram alimentados com pistas falsas e a supressão física se dava por incineração, por sepultamento anônimo ou com nomes trocados. Segundo Napolitano (2016), essa foi uma das mais perversas invenções da ditadura, impossibilitando aos familiares de vivenciar seu luto, gerando traumas insuperáveis.

Essa forma de gestão, além de assegurar comprometimento da gestão dos espaços, promovia o controle sobre as instituições que estavam sob a responsabilidade do Estado. Segundo Napolitano (2016), o regime autoritário do Estado militar não poderia se ancorar apenas na força policial enquanto estratégia de repressão aos opositores da ditadura. Isso porque essa estratégia saía cara do ponto de vista político, principalmente quanto a sua normalização e institucionalização enquanto modelo de gestão.

A partir de 1976, com a supressão das guerrilhas, essa estratégia começou a ser desmontada, não sem antes abrir precedentes para uma cultura policial pautada na autonomia e impunidade dos agentes policiais que cometiam excessos em suas atribuições, encerrada pela Lei de Anistia de 1979, que culminou formalizando a impunidade a todos aqueles que cometeram atrocidades em nome da ditadura.

De acordo com Motta (2014, p. 09), o Estado autoritário da ditadura sustentava-se em cima de elementos ambíguos. Por um lado, apresentava discurso de progresso e modernização, por outro, demonstrava um caráter conservador, assinalado, sobretudo, por “processos de mudança contraditórios, em que o novo negocia com o velho, que mantém vigor, e atualizam certos traços do passado”.

Essa ambiguidade se manifestava no intuito de manter o equilíbrio entre os diferentes grupos sociais. Além disso, era uma forma de o Estado militar justificar suas falhas. Para Napolitano (2016), o caráter dualista da ditadura traduzia as contradições econômicas do Brasil: enquanto propagandas exclamavam em seus slogans “Nunca fomos tão felizes”, as conquistas econômicas apresentadas pelos saudosos do regime eram sustentadas no congelamento salarial, na dependência do capital estrangeiro e na concentração de renda.

O mesmo autor ainda destaca que as estratégias de crescimento econômico da ditadura se baseavam na industrialização a qualquer preço, na divulgação de obras grandiosas como a construção da Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a Transamazônica. Tais elementos contribuíram para uma imagem do Brasil como grande potência, seduzindo a população e a mídia. Segundo Napolitano (2016), ao refrear a agenda reformista, os militares criaram uma atmosfera segura para o capitalismo financeiro, de modo que até 1973 o regime conseguiu combinar crescimento e controle inflacionário, ampliando o poder de compra da classe média.

Voltando à questão da ambiguidade, todo esse crescimento pautado nos empréstimos e investimentos internacionais se via em contradição com o crescente déficit comercial. O país tornou-se especialista em exportar itens de baixo valor, como insumos, e importar tecnologia. Tal logística teve impacto nos mais pobres, com o achatamento do salário mínimo, o

crescimento do êxodo rural, associado à precarização da moradia popular nos centros urbanos, situação explicitada na fala do presidente Médici: “O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”<sup>20</sup>.”

Para amenizar essa situação, o governo esboçou uma política assistencialista, com ações como a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), em 1971; o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste (Proterra), no mesmo ano; a instituição do PIS-Pasep, em 1970, uma espécie de recolhimento voltado ao trabalhador urbano; e o Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap), criado em 1973. Tais medidas, no entanto, se mostraram insuficientes na tentativa de modificar o quadro de miséria e concentração de renda.

No campo educacional, pôde-se perceber a ênfase na educação redentora, um discurso forte de retomada do entusiasmo pela educação, característica marcante do início da república. Na lógica militar, cada cidadão seria responsável pelo seu próprio sucesso e, conseqüentemente, pelo sucesso da nação.

Na tentativa de barrar o comunismo internacional, havia ainda a forte influência dos norte-americanos, que se manifestava através de acordos que não abriam a menor possibilidade de escape: “Cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos” (CUNHA e GÓES, 1991, p. 33).

O medo do comunismo era uma constante no aparelho militar. Havia um discurso de protecionismo da pátria, promovido pelo civismo. Na educação, isso ficava por conta das disciplinas de Educação Moral e Cívica em nível de primeiro e segundo graus e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), em nível de segundo grau, e a Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) no Ensino Superior.

Sob o discurso de promover a segurança nacional e a conscientização no “sentido correto”, percebe-se que “a atuação do Estado na área da educação – coerente com a ideologia da segurança nacional – reveste-se assim de um anticomunismo exacerbado, de um anti-intelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, à negação da razão” (GERMANO, 2005, p. 105). Logo, o discurso da educação, sob a perspectiva do Estado militarizado, deveria corroborar para a manutenção do poder e para a disseminação de toda e qualquer ideia contrária à ditadura. Neste sentido:

A repressão foi a primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe de 1964. Repressão a tudo e a todos considerados suspeitos de práticas ou mesmo ideias

---

<sup>20</sup> Napolitano (2016), p. 166.

subversivas. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração "comunista" era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão (CUNHA e GÓES, 1991, p. 36).

Percebe-se aí outra ambiguidade no Estado Militar, dessa vez alicerçada sobre o medo em oposição à credibilidade. Ora, aos regentes desta ditadura havia a consolidação do poder por meio da imposição do medo, a perseguição política, que de uma hora para outra separava famílias, provocava demissões e colocava sujeitos sob vigilância. Por outro lado, havia um constante movimento de buscar credibilidade junto aos setores populares, o que seria, ao que tudo indica, para refrear aqueles que não se intimidavam pelo medo.

Por fim, se no início da ditadura a crise econômica era um dos pilares do discurso do golpe, os golpistas se viram atingidos pelo próprio veneno, pois, ao final da década de 1970, a inflação chegou ao índice de 94,7% ao ano (NAPOLITANO, 2016), fazendo com que o pilar do milagre econômico ruísse, sendo uma das bases sociais a se perder.

### **1.3 “Livrar o País da sujeira do analfabetismo”: alfabetização da população trabalhadora no Estado militarizado**

Embora tenha sido lançado em 8 de setembro de 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) começou a ser planejado muito antes disso. Era necessário que o Estado militarizado demonstrasse algum comprometimento com a educação da população trabalhadora, tendo em vista as experiências de educação popular oferecidas a este segmento, no período que antecedeu o golpe de Estado.

Sob o ponto de vista legislativo, o Mobral foi criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967), em um modelo de gestão de fundação com vistas a conceder à instituição a autonomia necessária para planejar e executar seus projetos. Segundo Corrêa (1979), que atuou como secretário-executivo e foi diretor da Fundação Mobral, a ideia de pensar um projeto educacional destinado aos adultos trabalhadores começou em 1966.

A lei que instituiu as atividades do Mobral era de texto sucinto e objetivo, acompanhado de um Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de igual teor, tendo apenas duas páginas. Ao contrário da legislação do Ensino Supletivo, a de nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), que se estruturava em vários capítulos contendo objetivos e orientações de funcionamento, a lei destacava apenas normativas de funcionamento da Fundação Mobral. Estabelecia que as ações dos programas de alfabetização

funcional e educação continuada deveriam ser organizadas em cooperação com as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas:

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, **em caráter voluntário**, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação (BRASIL, 1967, p. 1, grifo nosso).

Percebe-se que o texto da lei coloca as atividades do projeto como um encargo da sociedade civil, prevendo o trabalho voluntário de estudantes, o que mais tarde foi estendido a outros grupos sociais. Além disso, o artigo 7º, que dispõe acerca dos recursos financeiros da Fundação Mobral, prevê a doação de interesse privado, demonstrando mais um espaço para ação pública num projeto que deveria ser de responsabilidade do Estado. De acordo com o documento *Mobral: sua origem e evolução* (BRASIL, 1973), as atividades deveriam ser desenvolvidas de forma descentralizada, sob a orientação nacional e responsabilidade dos municípios:

A orientação do Mobral é da ampla descentralização administrativa. A direção central pretende apenas agir dentro de princípios normativos, de fiscalização e de avaliação, delegando a execução ao nível municipal. O Município e o **esforço comunitário** são considerados como a célula principal a partir da qual se deverá erguer o Movimento de Alfabetização (BRASIL, 1973, p. 29, grifo nosso).

A descentralização proposta pela organização do projeto coloca a responsabilidade das ações aos municípios, sobretudo na ação da comunidade, retirando do Estado sua obrigação para com os serviços educacionais. O mesmo documento afirmava ainda que “o analfabeto não é apenas do governo, é de toda a comunidade” (BRASIL, 1973, p. 32), destacando a responsabilidade civil para com os problemas nacionais, tendo em vista que:

- a) Ao Governo **não cabe a responsabilidade total** dos problemas nacionais.
- b) A **Comunidade** deve assumir a sua parcela de responsabilidade na solução dos problemas nacionais.
- c) À **iniciativa privada**, em qualquer dos seus ramos operacionais, como parte da Comunidade, cabe também uma parcela nas soluções dos mesmos problemas (BRASIL, 1972, p. 10, grifo nosso).

Desse modo, o Mobral era um projeto do Estado, porém a ser desenvolvido pela sociedade civil, com parcerias da iniciativa privada e atuação de voluntários, sob as mais diversas formas de organização, fossem essas estudantis, sindicais ou religiosas. Com destaque para as ações da iniciativa privada, que, além de ceder salas e pessoal para organização de classes, contribuía financeiramente com a execução do projeto das mais variadas formas.

De acordo com a lei de criação do projeto, as ações seriam destinadas a dois públicos, o primeiro composto por adultos e adolescentes até 30 anos de idade, e o segundo, por adultos acima dos 30 anos. Porém, a lei não estabelecia critérios de idade para os adolescentes. Os critérios de idade estavam previstos somente no Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada (BRASIL, 1971, p.1, grifo nosso), em anexo a essa lei.

1. **Assistência financeira** e técnica, para promover e estimular, em todo o País, a obrigatoriedade do ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos.
2. **Extensão da escolaridade** até a 6ª série, inclusive.
3. **Assistência educativa** imediata aos analfabetos que se situem na faixa etária de 10 a 14 anos, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração por meio de classes especiais, em horários adequados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada educando matriculado e frequente, na contribuição da metade do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos.
4. Promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem aferição válida dos resultados. A **assistência financeira** consistirá, em relação a cada alfabetizando matriculado e frequente, na contribuição de um terço do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos.

O Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada, em seus objetivos, contempla educação de crianças e adolescentes ao especificar as idades de 7 e 10 anos, demonstrando uma ambiguidade na composição do projeto, que se destina ao público adulto, manifestada mais tarde nas classes de Mobral infantil<sup>21</sup>. Outra proposta indefinida apresentada no Plano é a inclusão de alunos em programas que assegurassem resultado e possibilidade de alfabetização e a verificação deste processo. Não é detalhado que tipo de programa e nem como seria feita essa verificação.

Com relação aos recursos humanos, a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967), dava ao Mobral autonomia para dispor do quadro de pessoal do Serviço Público Federal. Além disso, havia a possibilidade de trabalho voluntário de estudantes universitários. O mesmo texto instituiu também a fundação Mobral com duração indeterminada, dando-lhe autonomia administrativa e financeira, com estatuto próprio. Com destaque para a organização financeira da fundação, que seria composta por doações, orçamento da União, sendo que a fundação poderia celebrar convênios com quaisquer entidades, fossem essas de origem pública ou privada.

Sobre o tempo de duração dos cursos, para adolescentes acima de 15 anos, a previsão era de nove meses. Além das aulas presenciais, havia a possibilidade de turmas radiofônicas e

---

<sup>21</sup> Para mais informações, ver a publicação de Arce (2008): Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário, em Cadernos Cedes v. 28 n. 76, p. 379-403, set./dez. 2008.

telescolas. No âmbito da educação social e cívica, o plano de alfabetização propunha a criação de centros para a sociabilidade dos alunos, com o uso de livros, músicas, rádio, cinema, televisão, teatro e outras publicações.

Percebe-se assim que havia um projeto educacional voltado a uma organização social em torno do Mobral. Esse, por sua vez, para além do material didático, apresentava também uma grande produção de relatórios e documentos orientadores. Em *Alfabetização: um projeto brasileiro* (Brasil, 1972, p. 08), os objetivos do Mobral eram assim resumidos:

- Erradicar o analfabetismo;
- Integrar o alfabetizado na força de trabalho;
- Possibilitar ao alfabetizado educação continuada;
- Oferecer oportunidades para a promoção humana;
- Possibilitar treinamento para a preparação de mão de obra necessária, nos setores de trabalho;
- Incentivar o desenvolvimento comunitário.

A escolha do verbo *erradicar* presumia o analfabetismo como doença, geralmente utilizado no sentido de extirpar pragas ou parasitas. A perspectiva de integração do analfabeto à força de trabalho o coloca como um ser desarticulado da sociedade, improdutivo, tendo em vista que o Mobral o integraria à força de trabalho e o promoveria enquanto ser humano.

A preparação para os setores de trabalho presumia o analfabeto como um ser improdutivo economicamente, no entanto, ao considerar dados do próprio documento (BRASIL, 1972), em 1970, ocasião do lançamento da campanha, havia 18 milhões de analfabetos no Brasil<sup>22</sup>, o que representava 33,6% da população, portanto, seria impossível que essas pessoas não participassem do mercado de trabalho.

O desenvolvimento comunitário estava associado à promoção do civismo, da pátria e do Estado militar, de modo a manter as estruturas de organização do regime. O documento ainda destacava que os problemas do analfabetismo, assim como outros problemas nacionais, não eram de responsabilidade total do governo, cabendo à população brasileira assumir suas responsabilidades, inclusive no âmbito da iniciativa privada.

No intuito de demonstrar uma preocupação em atender às demandas populares por educação, segundo Cunha e Góes (1991, p. 58), o Mobral foi criado “para livrar o país da “sujeira” do analfabetismo, como se a *falta* de conhecimento da leitura e da escrita fosse a *causa* dos males do nosso povo: a pobreza, a doença e até mesmo a opressão política”. De acordo com o documento *Mobral: sua origem e evolução* (BRASIL, 1973), o Decreto nº 61.314, de 8 de setembro de 1967, colocava a alfabetização como uma exigência cívica e

---

<sup>22</sup> IBGE Censo Demográfico 1970 (<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo- pessoas-15-anos-mais>).

objeto de esforço nacional ao qual os trabalhadores não poderiam ser alheios, de modo que tal decreto previa a criação de cursos de alfabetização funcional nas organizações sindicais, nas instituições de administração escolar em nível municipal, estadual e federal.

Segundo Corrêa (1979, p. 17), um dos idealizadores do projeto, o Mobral era “um organismo vivo”, se assemelhando a um ser vivo, com aspectos biológicos e evolutivos. Assim, o mesmo autor se defende das críticas feitas à sua organização, apontando as contradições do Mobral como próprias de um ser que não apresenta um processo linear de crescimento. Sob sua defesa (1979, p. 31), o Mobral seria capaz de tudo desde que a sociedade colaborasse, pois “aquele trabalho dependia da mobilização da comunidade. Onde havia esse espírito solidário, a tarefa era facilitada. Onde não havia, a solução era criá-lo”. Essa era a tarefa do Mobral, criar; criar pessoas educadas e alfabetizadas, como se no passado recente nenhum trabalho educativo e cultural tivesse existido.

Na área cultural do MOBREAL, tudo é novo neste País, que ignorava as manifestações culturais de uma parcela ponderável da população, não as preservando nem valorizando e, muito menos, incentivando-as. E já surgem os poetas, compositores, cantadores etc. que se alfabetizaram e depois cresceram culturalmente no MOBREAL (CORRÊA, 1979 p. 43).

Nessa perspectiva, o Mobral tinha um potencial de salvador da nação, promovendo empregos, melhoria na qualidade de vida, além de promover a cultura e a integração social através das ações comunitárias. Paiva (2003) destacou que o Mobral, ideologicamente, se dispunha a conscientizar a população no sentido de promover o culto à pátria e consolidar hábitos e atitudes, de encontro com a ideia de protecionismo presente na lógica militar. Segundo a autora, o objetivo do Mobral era:

Organizado a partir de uma logística militar, de maneira a chegar a quase todos os municípios do País, ele deveria atestar às classes populares o interesse do governo pela educação do povo, devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista, mas também para neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação do regime, armados ou não (PAIVA, 2003 p. 337).

O objetivo do Mobral era estender-se por todo o País, alcançar o maior número possível de pessoas. Embora Arlindo Corrêa deixasse claro que as ações objetivavam prioritariamente atividades nos centros urbanos, percebe-se que o projeto cresceu de tal maneira até chegar a locais onde os próprios Correios tinham dificuldades de atender, tal como apontam as pesquisas de Lemes (2016) e Oliveira (2011), que destacam a ação do Mobral no que diz respeito à educação no campo.

Segundo Klein (2000), o Mobral foi construído numa perspectiva tecnicista que se traduziu metodologicamente numa escolarização acelerada e funcional. A representação do sujeito analfabeto se dava sob a forma de um recipiente pronto a receber informações e apto a ser treinado num curto espaço de tempo. Pederiva (2015, p. 154) registrou que a formação do trabalhador posta pelo Mobral se destinava a controlar corpos e mentes. Assim, essas criaturas “devidamente moralizadas não representariam ameaça nem questionariam a ordem ditatorial”.

Nesse sentido, a ideia de formação propagada pelo Mobral visava uma educação da moral, pautada no amor ao civismo e à pátria, na qual a educação seria “um grande respaldo para se firmar enquanto discurso de verdade. A doutrina católica e o moralismo difundido pelas instituições de poder inculcavam princípios de obediência e de aceitação” (PEDERIVA, 2015, p.155). Os valores cristãos, sobretudo de base católica, eram outro elemento de sustentação do projeto educacional *mobralense*. Esse é um termo que aparece também sob as palavras de Corrêa (1979), como se o Mobral fosse tão grande a ponto de criar uma nova nação e os mobralenses, fruto desse projeto, fossem seus cidadãos.

Pode-se dizer que o projeto do Mobral era ousado, pois num País com 18 milhões de analfabetos<sup>23</sup>, o Mobral pretendia alfabetizar 5 milhões de pessoas em três anos, atendendo tanto a população dos meios urbanos quanto rurais (VEJA, 1970). Embora Gomes (2012) apresente o Mobral como um projeto educacional de impacto, que do ponto de vista da iniciativa do Estado brasileira se destacou por promover a inclusão através da escolarização, o autor considera essa proposta ousada por oferecer o que equivalia a quatro anos das séries iniciais em um programa de seis meses de duração com pouco mais de duas horas por dia.

Há de se destacar que o Mobral recebeu uma grande soma de recursos para o desenvolvimento de suas ações. Tal preocupação com o financiamento do projeto é demonstrada por Corrêa (1979) ao afirmar que, antes do lançamento da campanha, ou antes mesmo da aprovação de sua lei de criação, o grupo idealizador do projeto já havia definido como as ações seriam financiadas, de modo que:

Dinheiro para o Mobral não faltou, pois a Loteria Esportiva e os incentivos fiscais foram boas fontes de receita. Recursos humanos também, pois milhares e milhares de pessoas ofereceram-se como voluntários para alfabetizar os adultos, mesmo sem remuneração. Apoio institucional, o Mobral também teve abundante em todo o País, em todos os horários (CUNHA e GÓES, 1991, p. 59).

No entanto, Corrêa (1979) aponta que o Mobral era demasiadamente grande, e que sua manutenção demandava muito. Além disso, o autor destaca que, após os primeiros anos, o

---

<sup>23</sup> IBGE Censo Demográfico 1970 (<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>).

projeto começou a sofrer grandes cortes que impactaram sobre seus resultados. Quanto a esses resultados, Paiva (2003) tece críticas consideráveis. A autora destaca que os alunos do Mobral eram alfabetizados de modo precário e que, após cursos rápidos, as técnicas aprendidas caíam em desuso e estes regrediam rapidamente à condição de analfabetismo, seja por esquecerem o que aprenderam, seja pela pouca oportunidade de fazer uso dos conhecimentos obtidos após o término do curso. Tal problema é apresentado por Coelho (2007, p. 127) da seguinte forma:

Diante da análise dos documentos, percebeu-se que há uma divergência entre o discurso oficial do MOBREAL e suas ações em termos práticos, já que não foi possível identificar ações em que o MOBREAL tivesse de fato levado seus alunos à qualificação de mão de obra, bem como à melhoria da qualidade de vida. Verificou-se também que os alunos do MOBREAL eram sujeitos simples e humildes e que não tinham perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida, o que vem comprovar a sua ineficiência no que tange aos objetivos preestabelecidos.

Segundo a pesquisa de Coelho (2007), o discurso de melhoria das condições de vida era unilateral, provinha da base governista ditatorial. O Mobral seria um remédio, que elevaria culturalmente e educacionalmente os brasileiros trabalhadores. Esses, no entanto, pareciam querer apenas se inserir na cultura letrada, de modo que esse anseio de mudança e crescimento lhes era imposto.

Por fim, Monteiro (2014, p. 117) destaca que a forma de execução do Mobral pode possibilitar discutir suas adequações. Porém, ao vislumbrar esse projeto educacional como fruto de seu contexto histórico, inserido num ambiente político tão contraditório e conturbado, pode-se perceber que seu maior objetivo era “o controle de uma sociedade em polvorosa com ações orquestradas para um levante revolucionário, com preceitos de ‘esquerda’”.

Percebe-se, nas palavras de Corrêa, esse ímpeto em promover o controle social; para ele, o Mobral era um programa livre de dogmas, suas cartilhas não continham lições pautadas no ódio, que incitavam a luta armada, pois:

O Mobral adotou um programa “evolucionário”, aberto, participativo, livre de dogmas e mitos. Quando ouvimos falar dos chavões do comunismo internacional, da sua chamada “educação libertadora”, da sua “pedagogia dos oprimidos”, ocorre-nos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente determinado, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum (CORRÊA, 1979 p. 50).

Evidencia-se, nesse discurso, uma crítica contundente à proposta educacional freireana. Segundo ele, o Mobral propunha uma educação não dirigida, não estigmatizada sobre a insígnia da opressão, e ao optar pelo termo ‘evolucionário’, reforça a ideia biológica posta sobre o projeto educacional, muitas vezes comparado a organismos unicelulares em desenvolvimento.

Corrêa (1979) rebatia as críticas postas ao Mobral, argumentando que o trabalho dos monitores se opunha à educação popular de iniciativa dos movimentos estudantis universitários que incitavam à subversão. Com relação à afirmação de que a alfabetização de crianças não poderia fazer parte do projeto, para ele era incoerente um programa ser culpabilizado por transpor seus limites e fazer mais do que se propunha.

Quanto ao uso de poucos modelos de cartilhas em todo o País, isso permitiria unificar o Brasil sob palavras de amor como família e comida, sendo dever do monitor entrelaçar esse conteúdo com as características locais. Quanto a essa possibilidade de autonomia docente, Almeida (2014) destaca no relato de suas entrevistadas que havia a possibilidade de mesclar uso de outros materiais, porém a orientação central era o uso da cartilha. A pesquisa ainda aponta que nem todas as professoras sentiam o peso da repressão, o que pode ser um fator decorrente do local ou da posição social que ocupavam.

Durante seu período de atuação, o Mobral desenvolveu-se a partir de diferentes programas, tais como o Programa de Alfabetização Funcional (PAF); Programa de Educação Integrada (PEI); Programa de Ação Comunitária (PAC); Programa de Profissionalização; Programa Pré-Escolar; Programa de Educação Comunitária para a Saúde e os Programas de Gestão, Supervisão e Avaliação.

O PAF foi um dos programas centrais de ação do Mobral. Com duração de cinco meses, visava o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e matemática básica. O material didático utilizado no programa, segundo Fávero e Mota (2015), tais como cartilhas, manual dos professores e cartazes, era produzido pelas editoras Abril e Bloch. A relação mercadológica da ditadura militar com as editoras, em especial com a Abril, justifica o lugar de divulgação entusiasmada dos feitos militares, sobretudo em relação ao objeto de estudo proposto, o Mobral nas campanhas publicitárias da *Revista Veja*.

O PEI era destinado à complementação dos estudos iniciados no PAF, tendo duração de cerca de 720 horas, abordando conhecimentos de leitura, Matemática, Ciências Naturais, Estudos Sociais, além de incluir comunicação e expressão. Além das cartilhas e livros-texto, fazia uso de glossários e cartazes para uso dos textos geradores. O PEI também teve uma versão voltada ao autodidatismo, que objetivava promover a autonomia dos alunos.

O Programa de Profissionalização, que era complementar ao PAF e ao PEI e destinado à formação profissional, se desdobrou em diversas atividades, incluindo o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), criado em parceria com o Ministério do Trabalho e executado por meio de convênios com entidades como SENAI e SENAC, além de outras agências.

O Programa de Atividades Culturais visava à promoção do universo cultural dos alunos e da comunidade mobralense. Além da criação de Mobraltecas, bibliotecas fixas e móveis voltadas ao empréstimo de livros, desenvolvia também atividades de interação com o cinema, teatro, manifestações folclóricas, música, rádio, televisão e artes plásticas. Segundo Corrêa (1979), através desse programa o Mobral cumpria seu papel enquanto propagador da verdadeira cultura, até então ignorada pelos alunos.

Havia também o Programa Infante-Juvenil, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes com idade entre 9 e 14 anos que se encontravam fora do atendimento escolar, que, combinado ao Programa Pré-Escolar, consolidava o atendimento às crianças a partir de seis anos. Essas atividades também eram denominadas como Programa de Recuperação de Excedentes, pois atendia um público que excedia o objetivo principal do Mobral.

O Programa de Ação Comunitária (PAC) passou a integrar as atividades centrais do Mobral nos anos 1980, com ações de promoção e integração social iniciadas em articulação com outros programas. Por fim, havia também o Programa de Educação Comunitária para a Saúde, voltado aos cuidados de higiene, prevenção de doenças, uso correto de medicamentos e vacinas e organização comunitária de hortas.

Segundo Paiva (2003), o que motivou a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito do Mobral foi o amplo recrutamento de crianças e adolescentes para os projetos ligados ao Programa de Recuperação de Excedentes, ou Mobral Infante-Juvenil, de acordo com o próprio relatório de abertura da CPI (BRASIL, 1975, p. 2): “O fato determinado que deu origem à criação da CPI foi a celebração de convênios com os municípios para alfabetização dos excedentes das escolas primárias.” Em defesa do programa, seus defensores argumentavam que as crianças em situação de pobreza atendidas se igualavam aos adultos, tendo em vista que:

Se as crianças brasileiras “carenciadas” eram adultos, o Mobral não ultrapassava os limites de suas funções ao alfabetizá-las e escolarizá-las. Ao contrário: ele podia fazer isso melhor porque lidava direta e exclusivamente com uma população adulta “carenciada” (PAIVA, 2003, p. 382).

Dessa forma, o Mobral pretendia ser muito mais que um projeto destinado à alfabetização, mas propagar-se até a universidade, tornando-se um projeto de educação permanente a serviço da segurança do regime ditatorial. Assim, mesmo com as críticas postas ao projeto, esse sobreviveu à CPI, sob o argumento de que era necessário e complementar ao atendimento de crianças e adultos, conforme se observa no texto do relatório:

A alfabetização de adultos e a educação de crianças são setores do sistema educacional que se complementam e interdependem sem excluir-se, uma vez que a alfabetização e o bom rendimento do sistema escolar são fenômenos concomitantes, sendo difícil separar um ou outro. A necessidade de atendimento a crianças de 9 a 14 anos sem escola e, por consequência, sem possibilidade de se alfabetizarem é um imperativo que deve ser atacado com urgência, uma vez que essa clientela futuramente deverá ingressar nos postos do MOBREAL (BRASIL, 1975, p. 36).

Quanto à crítica relacionada aos gastos com publicidade, percebem-se algumas contradições. Paiva (2003) destaca que, diante de tantas críticas e de oposição de profissionais da educação, o Mobral empenhava-se em se estabelecer, em suas palavras:

Um grande sistema de educação permanente a serviço da segurança interna do regime e do sistema de dominação era a grande tarefa do Mobral. Só desse modo é possível entender que um movimento tão combatido pela tecnocracia e por profissionais da educação tenha podido contar com a presença do presidente da República em seu lançamento, tenha podido dispor de tão vultosos recursos e despende parte deles em propaganda e, finalmente, tenha podido acionar um mecanismo de independização em relação ao Ministério da Educação e Cultura, recusando-se não apenas a se subordinar a decisões ligadas à política global do ministério, mas também a submeter suas decisões ao julgamento do ministro em exercício (PAIVA, 2003 p. 382).

Rebatendo a autora, percebe-se no discurso de Corrêa (1979, p. 53) a afirmação de que “a organização jamais despendeu um centavo sequer nesse item, e caso o fizesse, não estaria infringindo nenhum dispositivo legal”. Ora, o próprio autor destaca que o sucesso do Mobral estava em ser procurado por mais pessoas, fossem esses empresários interessados em contribuir com o espaço físico ou deduções de impostos, fossem cidadãos interessados em trabalho voluntário.

Em contrapartida, o mesmo Corrêa (1979) ainda destaca que o lançamento do programa em 1970 não se esquivou de fazer uso de intensa campanha publicitária, incluindo o fato de o slogan “Você também é responsável” ser um dos apelos muito utilizados para promover o envolvimento social. Nesse sentido, Paiva (2003) destaca:

Os responsáveis pelo Mobral não buscaram legitimar o programa junto aos educadores nem aos intelectuais. Isso não parecia nem viável, nem necessário. O programa era politicamente relevante para o regime e a decisão de criá-lo foi uma decisão autoritária: tratava-se de implantá-lo e torná-lo aceito pela opinião pública e para isso realizou-se intensa propaganda através dos meios de comunicação de massa. **E como os canais de discussão pública estavam sob controle, a justificativa poderia ser primária e grosseira** (PAIVA, 2003 p. 348).

Porém, abre-se aqui o seguinte questionamento: em que sentido as justificativas para o projeto presentes nas propagandas seriam “primárias e grosseiras” em seu conteúdo, conforme

aponta Paiva (2003)? Um projeto tão ambicioso como o Mobral permitiria colocar seus esforços sobre um chamariz tão frágil?

Corrêa (1979, p. 88) destaca que “uma vasta campanha publicitária – basicamente improvisada e artesanal – foi lançada simultaneamente com uma ação política de contato direto”, no entanto, há de se questionar sob que perspectiva seriam improvisadas essas campanhas publicitárias. O mesmo autor destaca que a promoção através da equipe de marketing do Mobral visava induzir o consumo de um bem, e que a logística do funcionamento do projeto objetivava dispor esse bem em condições adequadas ao consumo.

Nesse sentido conclui-se que as propagandas do Mobral deveriam sim ser primárias e grosseiras, não porque os canais de comunicação estavam sob controle, conforme aponta Paiva (2003), mas tendo em vista que o objetivo da campanha publicitária é tornar acessível o bem de consumo ela deve ter essas características, tendo em vista mostrar ao seu público alvo que é fácil adquirir aquele bem.

A propaganda institucional do Estado é por definição primária e grosseira, no sentido de distanciar o público alvo do mundo das necessidades e direcioná-lo a realização de seus desejos, que seriam solucionados pela via do consumo de um produto, neste caso a educação. Desse modo a publicidade não cria os desejos, mas se alimenta destes e se coloca como possibilidade de resolvê-los de forma simples e primária.

As propagandas do Mobral a serem apresentadas e analisadas serão problematizadas nesse sentido, de entender que recursos de convencimento foram utilizados em sua criação, elementos que foram cuidadosamente elaborados com vistas a atingir seu público alvo, e como esse conteúdo poderia ter contribuído com a construção do Mobral no âmbito do imaginário e da memória social.

## CAPÍTULO II

### MÍDIA E PROPAGANDA: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS E PRÁTICAS PARA O LEITOR

Não basta produzir, é preciso vender, é preciso tornar desejável aquilo que se produz. As pesquisas levantadas no capítulo anterior demonstram que, a despeito das críticas, o projeto educacional do Mobral cresceu de forma rápida no Brasil. Associada ao discurso da responsabilidade para com a nação, a proposta chegou a lugares onde instituições como os Correios tinham dificuldade de alcançar. A ditadura militar tinha pressa de se mostrar eficaz em seu papel, no que acreditava redentor, e promover o crescimento do País, e uma das formas de fazer isso era a promessa de tirar o País do analfabetismo.

Este capítulo discute o papel das mídias e das propagandas enquanto ferramentas utilizadas para a construção do imaginário do Mobral. De que forma esses elementos veiculados na *Revista Veja* contribuíram para a construção de sentidos em torno desse projeto, tornando-o vendável, em meio a outros assuntos, ainda que pareça distante a ideia de vender um projeto educacional.

#### **2.1 Interação, mídia e propaganda: produção de sentidos e práticas**

Para discutir a proposta da *Revista Veja*, bem como a análise das propagandas do Mobral selecionadas, primeiro há de se destacar o papel da mídia enquanto elemento formador e influenciador de comportamento. De acordo com Briggs e Burke (2006), o termo mídia começou a ser usado na década de 1920, sendo este um sistema complexo, em transformação contínua, nos quais seus elementos desempenham diversos papéis, que se alternam, ora com maior ou menor destaque.

Os meios de comunicação transmitem informação e conteúdo simbólico a indivíduos que se relacionam com o ambiente que habitam e com outros indivíduos. Segundo Thompson (2009), o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de interação social, modificando as relações entre os indivíduos. A mídia produz um conteúdo simbólico que não se mantém neutro, ou imutável, mas que se modifica nas relações humanas, modificando-as, assim como modificando o contexto em que se localiza.

Ao longo da história da humanidade, a disseminação de conhecimentos através dos impressos possibilitou acesso a um conjunto de direitos, uma sensação de liberdade e autonomia. Segundo Briggs e Burke (2006), os leitores que não ocupavam uma posição

elevada nos estratos sociais passaram a ter acesso direto ao conhecimento, principalmente no que diz respeito aos textos religiosos, não estando mais sob a dependência do discurso de suas autoridades.

De acordo com Thompson (2009), os usos dos meios de comunicação modificaram a organização espacial e temporal da vida social, estabelecendo outras formas de interação e novas maneiras de exercício do poder. Esse, por sua vez, não estaria mais submisso ao compartilhamento de fronteiras, mas determinado pelo alcance do seu discurso, que, segundo Chartier (1988), nem sempre era um fator acompanhado do aumento do número de escritores.

De acordo com o mesmo autor, nem sempre quem sabia ler sabia escrever. As várias formas de ler entre os séculos XVI e XVII, a leitura individual, silenciosa, as leituras em voz alta, em espaços diferenciados como as tabernas ou ao ar livre, nas carruagens, nos salões, em reuniões sociais e domésticas, têm impacto sobre as formas de dizer, e de compreender a mensagem, tendo em vista que:

Todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor: esse não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos uma coisa diferente daquilo que era a intenção deles. Separa-os da sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações (CHARTIER, 1988, p. 61).

Considerando o conteúdo da revista enquanto conteúdo de leitura, compreende-se que o leitor não é um ser passivo, ele transforma o enunciado, se apropria do texto do autor para propósitos específicos, multiplica as possibilidades de sentido da escrita, transportando-a para outros lugares, outros tempos. O conteúdo do texto escrito, antes propriedade do autor, é apropriado pelo leitor, que o transforma, atribui a este um novo sentido e multiplica as significações da mensagem.

A essa apropriação, Thompson (2009) atribui o nome de *quase-interação mediada*. Para esse autor, o uso dos meios de comunicação apresenta três formas de interação: a interação face a face, a interação mediada e a quase-interação mediada. No primeiro tipo, os participantes apresentam uma interação face a face, o que exige um contexto de “co-presença”. As pessoas interagem usando a oralidade, os gestos, obedecendo a regras de comportamento social, elementos portadores de simbologias como a forma de apertar as mãos, gestos socialmente aceitos. Além disso, a interação face a face tem como principal característica ser um processo dialógico, que permite a troca de informações numa via de mão dupla, ida e volta de conteúdo simultaneamente.

As interações mediadas, por sua vez, se caracterizam pelo uso de um instrumento técnico, sejam eles papéis, fios, ondas eletrônicas, que possibilitem a troca de conteúdo entre pessoas. Segundo Thompson (2009), essa interação se desenvolve num espaço e tempo específico, há um distanciamento entre o período de troca de informações. Por exemplo, na troca de cartas, pressupõe-se o distanciamento entre os sujeitos, há um período de tempo entre o envio de um conteúdo e sua resposta, delimitado pelo tempo que leva para se percorrer o espaço de distância entre os comunicantes.

Nesse contexto, não há uso de gestos, ou a possibilidade de compreender a mensagem por aparências físicas, como, por exemplo, as expressões faciais. É preciso que os comunicantes reduzam as possibilidades de ambiguidade em seu conteúdo, além de exigir que estes usem suas habilidades para interpretar as mensagens trocadas.

Por fim, na quase-interação mediada, Thompson (2009) destaca que as relações sociais estabelecidas nesse contexto vêm dos meios de comunicação de massa: rádio, televisão, jornais, revistas, livros. Diferente dos dois modos de interação anteriores, que se destinam e cuja mensagem sai de um sujeito para outro especificamente, nessa forma de interação um único autor se dirige a vários receptores. A troca de conteúdo é monológica, ou seja, o fluxo de comunicação é único, sai do autor direto para muitos receptores que não precisam retornar ao remetente o seu entendimento, e quando o fazem não têm o poder de modificar aquela informação. Pode-se entrecruzar essa concepção com conceito de apropriação de Chartier, de modo que:

Os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole. Considerar a leitura como um ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais — chamemos-lhes tipográficos no caso dos textos impressos — que são os seus (CHARTIER, 1988, p. 25-26).

O processo de apropriação do conteúdo simbólico das mensagens considera a leitura como um sistema de produção de sentidos. O leitor, a partir de suas habilidades, constrói formas de compreensão do enunciado, que podem ou não se parecer com o sentido de construção do autor. A leitura seria criadora de sentidos e possibilidades, capaz de manter as estruturas de poder vigentes ou servir de base transformadora das condições pertinentes ao contexto histórico, de modo que:

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1988, p. 24).

O leitor nesse caso recebe todo o conteúdo simbólico, que é construído por aqueles que produzem seu objeto de leitura, no caso a *Revista Veja*. Esse não tem consciência das técnicas e estratégias de dominação postas no conteúdo, quem detém esse domínio são aqueles que escrevem, que fazem a composição do texto. Contudo, o leitor tem o poder de potencializar os sentidos e significados contidos nas publicações, de modo que o conteúdo simbólico não fica restrito somente a quem faz uso do objeto de leitura, mas é reproduzido no seu discurso, em suas atitudes, ampliando o alcance de sua mensagem.

Segundo Gramsci (2001), as publicações jornalísticas são uma atividade política e cultural, capaz de estabelecer, modificar e transformar conceitos e premissas, num processo de construção e desconstrução. O autor privilegia as revistas enquanto produto jornalístico, por serem uma publicação que atende desde os mais populares até o público considerado politicamente sofisticado.

Dessa forma, esse tipo de material teria um papel importante no crescimento político, intelectual e cultural de seus leitores, pois, segundo Gramsci, seriam um órgão de imprensa destinado à ampla difusão de saberes, um organismo unitário de cultura, oferecendo ao seu público um conteúdo capaz de satisfazê-lo intelectualmente, fazendo-o pensar e transformar, contribuindo, assim, para o processo de desenvolvimento orgânico, no qual o pensamento simples eleva-se às formas sistematizadas.

Cada revista deveria ser caracterizada por uma orientação intelectual unitária, ou seja, uma redação homogênea e disciplinada, alinhada e comprometida com os propósitos do seu discurso, pois uma:

Orientação redacional deve ser fortemente organizada, de modo a produzir um trabalho intelectualmente homogêneo, apesar da necessária variedade do estilo e das personalidades literárias; a redação deve ter um estatuto escrito, o qual, quando coubesse, impediria as improvisações, os conflitos, as contradições (por exemplo, o conteúdo de cada número deve ser aprovado pela maioria da redação antes de ser publicado) (GRAMSCI, 2001, p. 201).

Ou seja, uma revista não é neutra, sua publicação demonstra seu compromisso político, as relações sociais, econômicas de seu tempo e de seu contexto político. Seu conteúdo, desde as reportagens até os anúncios publicitários, reflete seu propósito. Ao analisar a campanha publicitária do Mobral veiculada na *Revista Veja*, considera-se nessa pesquisa a relação entre mídia e propaganda, tendo em vista que há uma interdependência entre as duas,

pois, segundo Sampaio (1996), a propaganda necessita de um veículo de propagação adequado aos seus propósitos. Mas o que seria uma propaganda?

Na definição de Sampaio (1996, p. 26), “a propaganda é, pois, a mistura de diversos ramos das artes, das ciências e das atividades técnicas, combinados de forma a planejar, criar, desenvolver, produzir e emitir mensagens de caráter comercial”. Nesse sentido, tem como função divulgar o máximo possível de informações acerca de seu produto ou serviço, disseminado pelo anúncio, visando conquistar consumidores.

O mesmo autor destaca que existem dois tipos de propaganda, a de objetivos promocionais e a de caráter institucional. A primeira visa ser instrumento de promoção de vendas, voltada à divulgação de marcas, criação, expansão e consolidação do mercado, reafirmando características da marca e dos seus produtos, conquistando consumidores e combatendo a concorrência. Enquanto que a segunda visa a explicação dos objetivos de entidades públicas e privadas, para garantir a simpatia e construir uma boa imagem das empresas anunciantes. Esse tipo de propaganda apresenta um viés cultural, comunitário, beneficente e cívico.

Toda propaganda, segundo Sampaio (1999), necessita de um veículo, qualquer meio que propague a mensagem publicitária do anunciante. Cada meio de comunicação tem uma audiência e uma finalidade específica. No caso de uma revista, por exemplo, seu uso em âmbito nacional, regional e local é considerado bom, pois pode circular em diferentes localidades. É um instrumento que se destina a um segmento, ou seja, próprio de um grupo específico, tendo alto envolvimento com seu público de audiência, haja vista que o leitor só compra um exemplar cujo conteúdo lhe interessa, o que possibilita atribuir fidelidade, afinidade e credibilidade. Apresenta um custo médio de investimento, nem alto nem baixo, de fácil uso e sem limitações legais, porém, só é possível explorar elementos de imagem, sem som e movimento.

Este trabalho considera publicidade e propaganda como sinônimos, haja vista que ambas visam criar ideias, sentimentos, razões que aprisionem o consumidor a suas marcas. Segundo Randazzo (1996, p.29), a marca é o elemento que fixa o produto no imaginário do consumidor, “é geralmente uma mistura de imagens, símbolos, sentimentos e valores que resultam do inventário perceptual específico da marca, e que coletivamente definem a marca na mente do consumidor”.

A marca tem por objetivo personificar o produto, antropomorfizar, dar personalidade, e assim promover a identificação do consumidor com o objeto, tornando-o desejável. De acordo com Randazzo (1996), isso permite ao anunciante penetrar na mente do consumidor,

num nível não consciente, criando posicionamentos, manipulando sentimentos e, conseqüentemente, influenciando suas ações.

Com relação às propagandas do Mobral, há de se destacar que estas são de cunho político, voltadas à promoção do Estado Militarizado e de seu projeto de educação e sociedade. Nesse sentido, Chomsky (2013. p.10) destaca que “a propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário”. Ou seja, criação publicitária voltada à promoção do Estado não dá espaço à contestação das estruturas vigentes, ela promove a condução do público ao qual se destina, limitando seu poder de decisão. Nas palavras de Freire (1979. P. 43):

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno está em quem é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir.

Há de se considerar que a dominação da humanidade pelo mundo da propaganda é real e coercitiva. De acordo com Sampaio (1999), não é fácil para o homem escapar da influência das campanhas publicitárias, afinal, elas moldam os desejos, propõem novas atitudes e direcionam o comportamento humano. Nesse sentido, vale questionar: qual concepção a *Revista Veja* promove, em seu conteúdo, principalmente de seus anúncios? Como essa revista, criada no auge da repressão do regime militar, se comporta diante dos conflitos e contradições de seu tempo?

## **2.2 Veja e Leia: uma revista a serviço da ditadura militar**

A *Revista Veja*, lançada em setembro de 1968, em plena ditadura militar, no ano da publicação do Ato Institucional nº 05 – AI5, foi criada pela Editora Abril como um semanário informativo, abordando assuntos variados, como política, educação, cenário internacional, cultura, religião, arte, televisão, saúde, entre outros. Prometia trazer uma diversidade de conteúdos, assim como ter espaço para a publicação de anúncios de muitas categorias.

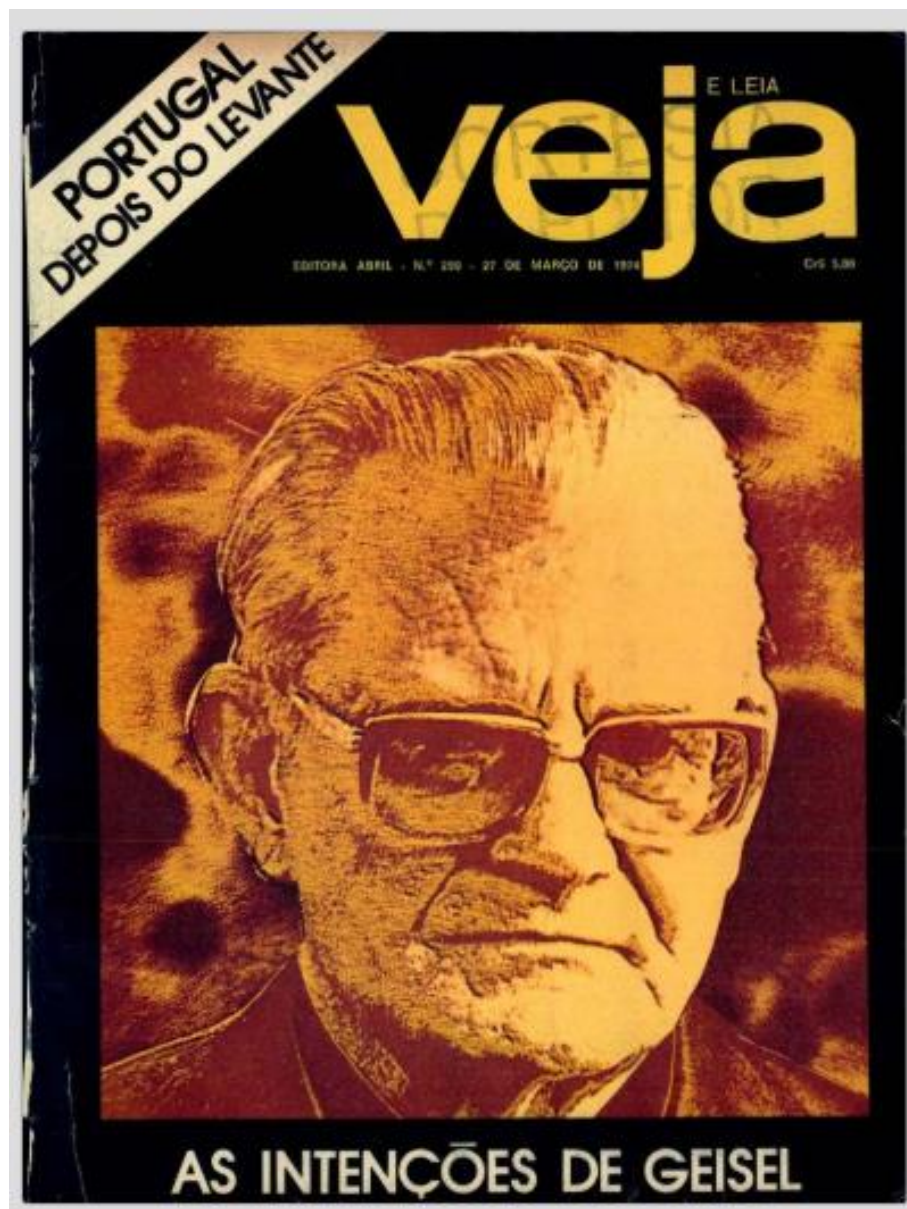
Observou-se nas edições manuseadas que a revista cumpre o que promete quanto à diversidade de assuntos. Suas reportagens apresentam fotos, quadros explicativos, e, suas edições, uma grande quantidade de anúncios. De acordo com Maccari (2010, p. 111), o conteúdo da revista sofreu censura desde sua criação até 1976.

Na noite de 2 de junho de 1976, no terceiro dos cinco anos do mandato de Ernesto Geisel, foi suspensa a censura prévia de VEJA. Praticamente desde o primeiro número da revista, em setembro de 1968, a censura se fez presente. Houve diversos



Esta capa está estruturada sob as cores da bandeira brasileira, sem chamadas secundárias, concedendo total destaque às atividades comemorativas cívicas, sendo estes elementos criadores da nação, conforme o texto de chamada no canto inferior esquerdo. Não apresenta informações secundárias, de modo a não desviar-se do tema principal: a comemoração do dia da pátria. Esse é um exemplo de exaltação aos valores nacionais muito utilizado no contexto da ditadura militar, no qual as datas e elementos cívicos são utilizados como estratégia para promover a unidade do País, desviando-se dos conflitos com os opositores e dos demais problemas nacionais.

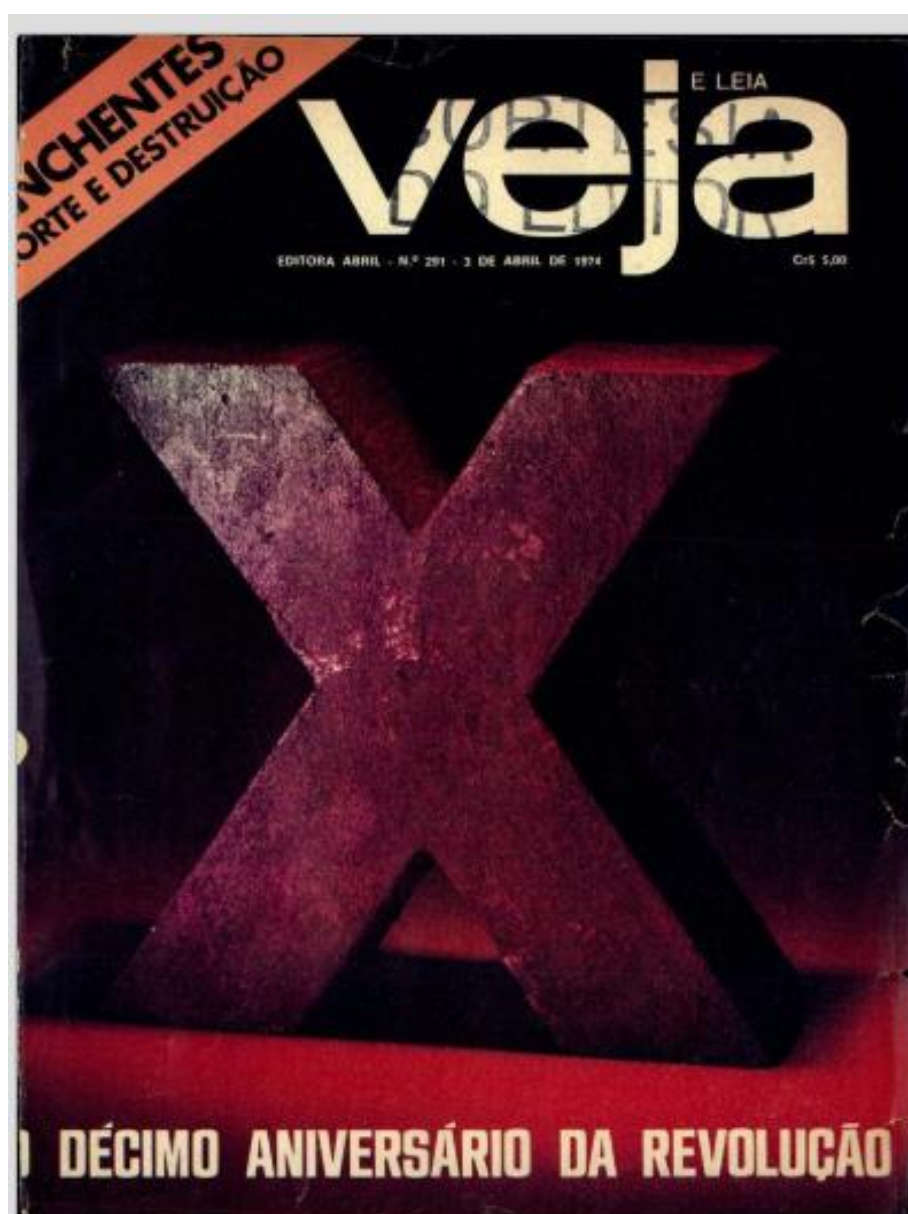
Imagem 2: Capa plano de governo do presidente Ernesto Geisel



Fonte: Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 289, 20/03/1974.

Na ocasião da posse do quarto presidente do período ditatorial, foi publicada uma edição praticamente destinada às suas propostas de governo, além de incluir a agenda semanal do presidente e uma análise dos primeiros dias de governo dos ministérios. A chamada à esquerda, no canto superior da capa, dá destaque à situação política de Portugal, que à época também vivia um governo ditatorial, que havia acabado de reprimir uma ação de contestação do regime.

Imagem 3: Capa em comemoração ao décimo aniversário da “revolução”



Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 291, 03/04/1974.

Outro exemplo de exaltação da ditadura é a edição nº 291, que celebra os dez anos do golpe militar no País, denominado revolução. O tema central é a “derrubada do governo de João Goulart”, fato comemorado com uma festa quase semelhante ao carnaval. A “revolução” fora um ato de modernização, conduzindo o País ao futuro seguro e ao desenvolvimento econômico. Censura, tortura, repressão, oposição e exílio são temas que nem passam perto do texto, pelo contrário, são destacadas as vitórias da ditadura, como a morte de Carlos Marighella, considerado terrorista, e seus aliados subversivos.

As capas acima revelam a relação da revista com a ditadura, a maneira como suas publicações exaltavam o poder militar e destacavam elementos como o civismo e o patriotismo como formas de amor e compromisso com o País. O contexto de criação da *Veja*, segundo Brigagão (1985, p. 12), revelou o ápice do poder do golpe instituído em 1964, sendo “o período em que a ditadura militar assume em toda sua extensão o caráter mais ostensivo e abusivo do seu poder”. Logo, a ênfase em divulgar os feitos do governo corrobora com o projeto de Estado em curso, um Estado autoritário, que não admitia crítica às suas ações.

Nesta pesquisa, foi analisado o conteúdo de 280 edições, que datam desde o lançamento do Mobraal, em 8 de setembro de 1970, até dezembro de 1975. Esse recorte se justifica por não terem sido localizadas antes de setembro de 1970 notícias ou propagandas sobre o Mobraal. Somente a partir do lançamento nacional do projeto, com a publicação de uma matéria de capa (nº 105, de 09/09/1970), que a revista começa a apresentar conteúdo referente a essa temática. O recorte, até dezembro de 1975, se refere ao tempo que foi possível alcançar durante a trajetória da pesquisa, tendo em vista o andamento do trabalho e que as revistas são folheadas digitalmente, uma a uma, em busca de propagandas, não sendo possível buscá-las por reconhecimento de palavras no texto.

Desse modo, o trabalho de localizar as propagandas é moroso, feito revista por revista, página a página, através de acesso pago custeado pela autora. Esse exercício nos permitiu compreender a organização da revista e como se apresenta o contexto da pesquisa. Além disso, no ano de 1975 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Mobraal –, que investigou o uso dos recursos da Fundação Mobraal, um marco que colocou em questionamento as ações do projeto<sup>24</sup>.

Nesta etapa da pesquisa, serão analisadas 29 propagandas, sendo originalmente 14 anúncios, duas capas da revista, e 13 reportagens publicitárias (conforme quadro nº 01).

---

<sup>24</sup> Foram localizadas reportagens sobre o tema nas edições nº 368, de 24/09/1975, e nº 377, de 26/11/1975, que destacam o início dos trabalhos da CPI do Mobraal.

Quadro nº 01 – Mapeamento do conteúdo das edições

Ano	Edições	Propaganda	Reportagem
1970	17	6	4 reportagens, sendo 1 capa
1971	51	1	3 reportagens, sendo uma capa
1972	53	1	3
1973	54	3	2
1974	52	3	0
1975	53	2	3

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do conteúdo da revista.

Divididas em cinco categorias, criadas a partir da análise do conteúdo das propagandas: convocatória, empresariado, parcerias, capas e reportagens. Essa última compõe a campanha publicitária em torno do tema de uma forma diferente, já que o conteúdo principal desta são as imagens e nas reportagens, o texto escrito.

A opção pelas propagandas se deu, em primeiro lugar, pela originalidade do tema, pois não foram identificados trabalhos que façam análise especificamente destas no âmbito das pesquisas em educação. Além disso, há de se considerar a riqueza de conteúdo, pela combinação entre os elementos de imagem, texto e sentido.

Compreende-se que a propaganda representa ideias, valores simbólicos, um panorama de seu contexto histórico. Dessa forma, seu conteúdo tem muito a dizer daquilo que veicula, principalmente por se situar num meio de comunicação de massa que potencializa o poder de circulação das formas simbólicas. Há de se destacar também a ausência de trabalhos, na perspectiva da história cultural, que fazem análise de propagandas, sendo essa uma justificativa para essa opção neste trabalho.

### **2.3 Revista *Veja* e suas propagandas: a valoração simbólica e mercadológica**

Na medida em que foram se aperfeiçoando, os sistemas de impressão, o uso dos materiais impressos se difundiu na sociedade. De acordo com Briggs e Burke (2006), fossem esses de conteúdo confiável ou não, acabaram por se tornar importantes na vida cotidiana. A difusão do texto impresso acabou por promover a circulação e a acumulação de conhecimentos, na medida em que possibilitou às pessoas o acesso a descobertas científicas, o contato com textos antes restritos à oralidade, fazendo com que fosse mais difícil a perda de informações.

Aos poucos as técnicas de impressão tornaram possível, além da divulgação textual, a inclusão de imagens para acompanhar o texto escrito. Primeiramente através da xilogravura,

que consistia em gravar uma imagem numa placa que seria impressa e posteriormente melhorada através do desenvolvimento técnico. De modo que Briggs e Burke (2006) destacam ainda que “o crescimento da figura impressa foi a mudança mais profunda da comunicação visual de todo aquele período, pois permitia, como nunca, que as imagens ficassem disponíveis para difusão” (p. 45). Dessa forma, o uso de figuras passou a servir para ilustrar e completar o sentido do texto escrito, potencializando o conteúdo simbólico dessas produções.

Cabe aqui destacar duas características da *Revista Veja*, segundo Sampaio (1999): o Grupo Abril é um dos maiores em publicação de revistas, com quase 150 títulos em circulação, sendo a *Revista Veja* líder absoluta em circulação e volume de receita publicitária. Essa amplitude de circulação da revista permite enquadrá-la enquanto instrumento de comunicação de massa. Thompson (2009) aponta cinco características que definem a comunicação de massa: os meios técnicos e institucionais de produção e difusão; a mercantilização das formas simbólicas; a dissociação estruturada entre produção e a recepção; o prolongamento da disponibilidade dos produtos da mídia no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas mediadas.

A comunicação de massa exige meios técnicos e institucionais de produção. Foi necessário o desenvolvimento de aparatos tecnológicos que, combinados com a institucionalização de setores da comunicação, contribuíram para o desenvolvimento dos meios de comunicação. Não bastava Gutemberg inventar a prensa de tipos móveis, essa tecnologia tinha que ser aperfeiçoada constantemente. A partir dessa melhoria foi possível explorar a comercialização dos textos impressos, dos livros aos folhetins, criando os primeiros jornais e as revistas. No caso da *Revista Veja*, sua produção exige a combinação da tecnologia de produção com a sua potencialidade de circulação a partir da venda de exemplares.

O interesse pela exploração comercial das inovações técnicas possibilitou a produção e propagação de formas simbólicas generalizadas, ou seja, a mercantilização das formas simbólicas. Essas, por sua vez, foram submetidas a duas formas de valoração: a simbólica e a econômica. Na valoração simbólica, são atribuídos juízos de valor aos elementos com base na estima ou repulsa de suas características. A valoração econômica diz respeito ao valor de troca no mercado que as formas simbólicas adquirem, transformando-as em mercadoria.

Pode-se dizer que a *Revista Veja* promove, em seus anúncios, a valoração simbólica e mercadológica de variados produtos, atribuindo àqueles que os compram o conceito de inteligência, preparo para o mundo dos negócios. No caso das roupas e outros instrumentos de uso pessoal, como relógios, bebidas, cigarros, os anúncios vendem a imagem de sujeito bem-

sucedido, com bom gosto e de destaque social. Assim, a revista é julgada pela sua capacidade de circulação, sua capacidade de vender múltiplas cópias, ou a capacidade de vender o espaço de propagandas.

Com relação à dissociação estruturada entre produção e a recepção de conteúdo, há de se considerar que existe uma separação entre os que produzem e o público receptor. Embora os receptores tenham um canal de comunicação aberto, não podem, ou têm pouco poder de influir na produção das mensagens veiculadas. Além disso, essa é uma característica que se relaciona com o conceito de quase-interação mediada, na qual a comunicação monológica se sustenta. Ou seja, o conteúdo produzido pela revista pode ser acessado por uma grande quantidade de receptores, aos quais não é possível exercer quaisquer modificações neste conteúdo a partir de sua resposta, ou influir sobre a construção desse.

O prolongamento da disponibilidade dos produtos da mídia no tempo e no espaço diz respeito à propagação do conteúdo simbólico, de modo que o conteúdo alcance contextos cada vez mais distantes de seu local de origem, tornando-se “um fenômeno social cada vez mais significativo e penetrante” (THOMPSON, 2009, p. 35). Dessa forma, o conteúdo simbólico das informações é disponibilizado a um conjunto social cada vez mais amplo, numa rapidez cada vez maior.

Por fim, a circulação pública das formas mediadas diz respeito às múltiplas cópias que são produzidas e transmitidas aos seus muitos receptores. A princípio essas cópias só seriam acessíveis a quem tem poder de recursos para sustentar essas mídias. Porém, enquanto característica da comunicação de massa, essa mídia se publiciza e alcança indivíduos de contextos amplos e diversos. No caso da revista, essa característica se evidencia na forma como ela sai dos lares dos assinantes ou do seu comprador original, tornando-se objeto de leitura em bibliotecas ou como material de empréstimo a terceiros.

Essas características permitem, portanto, afirmar que a *Revista Veja* é um material de comunicação de massa, pela forma como ela se estabeleceu no cenário nacional enquanto instrumento de comunicação, não só no contexto da década de 1970, foco temporal desta pesquisa, mas considerando o espaço de tempo até os dias atuais, pois, seja para ser criticada ou apreciada, ela se tornou um instrumento conhecido nacionalmente.

Fora o conteúdo das propagandas do Mobral, pode-se dizer que os anúncios publicados na *Revista Veja* são um informativo destinado a um público que consome bens de alto valor, como carros, viagens para o exterior e outros, afinal, não é qualquer pessoa que pode se dedicar a comprar um periódico de circulação semanal. Seus anúncios podem ser separados em três categorias: produtos, serviços e estilo e modo de vida.

Os anúncios da categoria produtos apresentam a venda de computadores, máquinas de escrever, televisores, eletrodomésticos, eletrônicos como rádio gravador, calculadora e outros aparatos tecnológicos. O de serviços geralmente é voltado para a promoção de empresas, sendo elas dos mais variados tipos: de turismo, construtoras, empresas de publicidade, bancos e consultoras financeiras. Por fim, temos as propagandas voltadas ao estilo e modo de vida: bebidas, vestuário, moda íntima, joias, relógios, carros, cigarros, entre outros.

De modo geral, são produtos caros, que não se destinam ao trabalhador, mas ao empresariado, às pessoas que andavam de avião e iam à Europa na década de 1970, produtos de elevado valor, como computadores e máquinas agrícolas. E mesmo quando esses produtos se destinam ao público feminino, como joias e diamantes, eles são anunciados ao homem para que presenteie a mulher. Uma revista destinada aos homens ricos venderia que tipo de projeto educacional em suas páginas? É o que esta pesquisa busca compreender.

### CAPÍTULO III

#### **“VOCÊ TAMBÉM É RESPONSÁVEL”: A CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO MOBRAL NA *REVISTA VEJA***

O Mobral tornou-se um projeto educacional conhecido por todo o País, apesar de haver enfrentado uma CPI que investigou o uso de seus recursos. Paiva (2003) destaca que o projeto buscou meios de se manter ativo enquanto instrumento ideológico da ditadura, mesmo com seus baixos resultados. Foi uma forma de identificação das ações educacionais destinadas ao público adulto, de modo que nos dias atuais, quando se fala de EJA, no âmbito do senso comum, as pessoas associam à ideia de Mobral. Que elementos possibilitaram que esse projeto se tornasse algo memorável na vida das pessoas?

Segundo Burke (2011), o que torna algo memorável é seu poder de subsistir perante o desgaste do tempo, fixando-se na memória coletiva. Nesse sentido, segundo o autor, as imagens têm o poder de promover a retenção e a transmissão das memórias. De modo que se pretende analisar como as imagens construídas pelas propagandas do Mobral contribuíram com esse processo de cristalização das memórias.

A propaganda e a publicidade, nesse caso, constituem duas faces de uma mesma moeda, na medida em que promovem a propagação de ideias e a de produtos. Ambas se integram à produção de uma campanha publicitária, a propaganda, segundo Maccari (2010, p. 50): “Deve gerar conceitos e produzir um determinado comportamento social”, e a publicidade, tendo como objetivo tornar as coisas públicas, visa o condicionamento desse comportamento, com o objetivo de aplicá-lo às técnicas de venda e consumo. A mesma autora ainda destaca que a propaganda tem como ponto de partida os contextos políticos, ao fazer referência aos destaques do trabalho de governantes e seus programas. A publicidade por sua vez diz respeito à venda de produtos e serviços, oferecendo destaque para o nome das empresas, buscando persuadir o consumidor de variadas formas.

Com relação às propagandas do Mobral, observa-se, a partir do quadro nº 02, que o maior esforço dessas publicidades está no período de lançamento e consolidação do projeto, divulgando uma proposta educacional eficiente e capaz de acabar com o analfabetismo no Brasil.

Quadro nº 02 – Mapeamento das propagandas

Ano	Edições	Propaganda
1970	17	6
1971	51	1
1972	53	1
1973	54	3
1974	52	3
1975	53	2

Fonte: elaborado pela autora, a partir do levantamento das propagandas na revista.

O período que mais concentra propagandas é o que sucede o lançamento da campanha: os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1970. Foram considerados apenas esses quatro meses, pois o recorte da pesquisa é delimitado pelo lançamento da campanha em setembro daquele ano. O quadro nº 3 demonstra que a concentração das reportagens acompanha as propagandas, indicando que houve um esforço da ditadura de consolidar o Mobral como projeto de sucesso.

Quadro nº 03 – Mapeamento das reportagens publicitárias

<b>Data da publicação</b>	<b>Edição</b>	<b>Título da Reportagem</b>	<b>Página</b>
09/09/1970	105	A Derrota da Ignorância: O Brasil começa a vencer o inimigo	40 a 46
28/10/1970	112	Primeiras vitórias	46
02/12/1970	117	Os Convocados	61
23/12/1970	120	Formando 9.000	64
23/06/1971	146	A festa popular do ABC	42 a 44
21/07/1971	150	O fim do Mobral	45
19/07/1972	202	Os práticos	56
02/08/1972	204	O Mobral, épico e técnico	37 e 38
13/09/1972	210	Quase 4 milhões	59
13/06/1973	249	Mobral Cultural	64
07/11/1973	270	O Prêmio Mobral	70
09/04/1975	344	Mobral vitorioso	49
24/09/1975	368	Mobral no Senado	66
26/11/1975	377	Sob fogo cruzado	91

Fonte: elaborado pela autora, a partir do levantamento das propagandas na revista.

É nesse período também que se percebe que há um esforço presente nas propagandas em angariar recursos financeiros e humanos para trabalho no Mobral, pois dos 16 anúncios apenas dois se repetem e são exatamente nesse momento de consolidação do programa.

Imagem nº 04 – Logo do Mobral



Fonte: Anúncios do Mobral 1970-1975.

Ao longo da análise das propagandas observou-se uma alteração na composição do logotipo do projeto. À esquerda, em amarelo, temos a logo original presente nos anúncios no período entre 1970 e 1973, na qual temos a imagem do polegar cortado em sinal de proibição. Nos anos de 1974 e 1975 se faz presente o segundo modelo, à direita, em tom de cinza, no qual se tem ideia da letra “M” representada a partir do contorno da digital.

Essa evolução demonstra um cuidado na elaboração da marca, uma evolução que indica a transformação do projeto, já que o Mobral foi criado como proposta de alfabetização e em seu crescimento tinha o propósito de se tornar um projeto de educação permanente, atendendo desde o ensino fundamental até a universidade. Porém, não se encontrou elementos que justificassem essa mudança.

Neste capítulo, as propagandas do Mobral foram divididas em cinco categorias: convocatória, empresariado, parcerias, capas e reportagens publicitárias. Não foi identificado um padrão de localização do conteúdo desse material, se no meio da revista, mais ao final, próximo a uma coluna de importância, de modo que esse elemento não será considerado na análise. A seguir exemplificamos o formato de cada uma delas.

### 3.1 “O Mobral precisa da sua ajuda”: convocando para as ações

As categorias foram divididas a partir da análise do conteúdo das propagandas, sendo as convocatórias aquelas que convidam as pessoas a contribuírem com as ações do Mobral das mais variadas formas, com doação do seu tempo, recursos financeiros, objetos para as aulas, empenhando-se em mobilizar a população para auxiliar nas atividades do projeto. Compõe essa categoria cinco propagandas.

Imagem 05: Pelo amor de Deus, ensine alguém a ler.

# Pelo amor de Deus, ensine alguém a ler.

Se você é prefeito, empresário, estudante, você pode ajudar.  
Se você dirige um sindicato, uma organização religiosa, uma associação, você pode ajudar.  
Então ajude.  
O Mobral vai alfabetizar 7 milhões de brasileiros até 1973.  
E deixará este país sem um analfabeto, em dez anos.  
Isso tudo já começou.  
O Movimento Brasileiro



de Alfabetização já está funcionando em 457 cidades.  
E está precisando de sua ajuda.  
Vá procurar o Mobral de sua cidade e veja o que você pode fazer.  
Ou então escreva ao Mobral, no Rio.  
Rua da Imprensa, 16.  
Edifício do Ministério da Educação.  
Mas, pelo amor de Deus, dê uma chance a quem nunca teve nenhuma.

**MOBRAL**  
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

20 ANOS  
1960-1970  
EDITORA ABRIL

Iniciativa das revistas Abril de apoio ao Mobral.

Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/06/propaganda-antiga-mobral.html> Acesso em 20/11/2018

Texto: Se você é prefeito, empresário, estudante, você pode ajudar.  
Se você dirige um sindicato, uma organização religiosa, uma associação, você pode ajudar.  
Então ajude.  
O Mobral vai alfabetizar 7 milhões de brasileiros até 1973.  
E deixará este país sem um analfabeto em dez anos.  
Isso tudo já começou.  
O Movimento Brasileiro de Alfabetização já está funcionando em 457 cidades.  
E está precisando da sua ajuda. Vá procurar o Mobral de sua cidade e veja o que você pode fazer.  
Ou então escreva ao Mobral, no Rio.  
Rua da Imprensa, 16, Edifício do Ministério da Educação.  
Mas, pelo amor de Deus, dê uma chance a quem nunca teve nenhuma.

A primeira imagem selecionada não foi identificada numa edição específica da *Revista Veja*, mas encontrada numa pesquisa em sites de busca e no CD Educação de Jovens e Adultos<sup>25</sup>. Diante disso, atribui-se sua periodização entre os anos de 1970 e 1972, tendo em vista que seu texto anuncia como meta do Mobral a alfabetização de sete milhões de pessoas até o ano de 1973.

Sua escolha se justifica pelo apelo feito em letras garrafais, que busca convencer o leitor usando de estratégia religiosa. Essa era uma estratégia própria da ditadura militar, segundo Germano (2011, p. 183):

O tripé ideológico de sustentação da política educacional era constituído, pois, pela Doutrina da Segurança Nacional, pela Teoria do Capital Humano, e por correntes do pensamento cristão conservador. A este último coube legitimar, num país de maioria católica, as iniciativas do Estado Militar de associar diretamente educação e produção capitalista, bem como de fornecer sustentação a toda ideologia estatal, uma vez que o nome de Deus e os princípios cristãos eram sempre invocados pelos poderosos.

O apelo cristão, num país de maioria católica, como aponta o autor, é um recurso de identificação, que “obriga” o leitor a cumprir para com seu dever diante de Deus. Associado ao medo do comunismo evidenciado pela questão da segurança nacional, ao combater o analfabetismo em nome de Deus contribuiria com a prosperidade do País. Além disso, ao encerrar o anúncio invocando a intervenção divina, a propaganda dá a entender que antes do Mobral nada havia sido feito - “Pelo amor de Deus, dê uma chance a quem nunca teve nenhuma” -, descaracterizando todas as campanhas e projetos anteriores ao seu lançamento em 1970.

A convocação nesse anúncio se dirige a toda sociedade: prefeitos, empresários, estudantes, dirigentes de sindicatos, religiosos e associações religiosas. Dessa forma, o Estado militar demonstra uma postura omissa em suas obrigações, e, segundo Germano (2011), mantém uma aparência “democrático-representativa”, assim todos podem participar e dar sua contribuição para o futuro do País.

O símbolo da digital cortada evidencia a proibição de se assinar com o carimbo da digital, uma marca característica do adulto analfabeto. O “X” por cima da imagem é um símbolo que indica exclusão, proibição, um elemento que se repete em outros anúncios, como na Imagem nº 06, que indica sentido de vergonha em viver no mesmo país que tantos analfabetos.

---

<sup>25</sup> Fávero e Mota (2015).

Observa-se ainda à direita, ao lado da logo do projeto, o selo do Grupo Abril com os dizeres: “Iniciativa das Revistas Abril de Apoio ao Mobral”. Como se sabe, o grupo era uma das editoras a produzir material do projeto, e sem alunos para consumir esse produto, não seria possível vendê-lo ao governo. Ao declarar seu apoio ao projeto, percebe-se que a marca visa identificar-se com o leitor, demonstrando cumprir com sua responsabilidade, como se não estivesse recebendo para esse dever, e ainda propagando sua logo.

A imagem 06 é uma das primeiras propagandas do Mobral após o lançamento da campanha, no ano de 1970. A mesma está inserida na edição 109, a única que apresenta duas propagandas no modelo de anúncios, junto com a imagem nº 14 da categoria parceiros.

Imagem 06: Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos

**Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos.**

O Mobral é uma fundação criada com um objetivo fantástico: alfabetizar pelo menos 7 milhões de brasileiros até 1973. É deixar o País sem um analfabeto em 9 anos. Mas o Mobral não fará coisa alguma, se você não fizer a sua parte. Vamos, se você gosta deste País, preencha este cupom, e envie-o à Comissão Mobral de sua cidade, ou à sede do Mobral Central, à Rua da Imprensa, 16, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, GB.

Sou prefeito e quero organizar uma Comissão Mobral em minha cidade.

Sou dirigente de empresa e quero criar um grupo de alfabetização para meus empregados.

Sou dirigente de empresa e posso ceder salas para um curso de alfabetização.

Sou dirigente de uma organização (sindicato, clube, associação) e quero organizar um grupo de alfabetização.

Sou um líder religioso e quero criar um grupo de alfabetização para meus fiéis.

Sou estudante e quero organizar um grupo de alfabetização em minha escola.

Sou estudante e quero trabalhar para o Mobral.


Sou dona de casa e quero alfabetizar minha empregada.


Sou uma pessoa que quer ajudar outras pessoas, mas não sei como.

Nome: \_\_\_\_\_

Enderço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

 **MOBRAL**  
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

 **GRUPO ABRIL**  
Iniciativa das revistas Abril de apoio ao Mobral

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril Edições nº109, 07/10/1970; e nº 110 – 14/11/1970

Texto: O Mobral é uma fundação criada com um objetivo fantástico: alfabetizar pelo menos 7 milhões de brasileiros até 1973. E deixar o País sem nenhum analfabeto em 9 anos. Mas o Mobral não fará coisa alguma se você não fizer a sua parte. Vamos, se você gosta deste País, preencha este cupom, e envie-o à Comissão Mobral de sua cidade, ou à sede do Mobral Central, à Rua da Imprensa, 15, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, GB.

- ( ) Sou prefeito e quero organizar uma Comissão Mobral na Minha cidade.
- ( ) Sou dirigente de empresa e quero criar um grupo de alfabetização para meus empregados.
- ( ) Sou dirigente de empresa e posso ceder salas para um curso de alfabetização.
- ( ) Sou dirigente de uma organização (sindicato, clube, associação) e quero organizar um grupo de organização.
- ( ) Sou um líder religioso e quero criar um grupo de alfabetização para meus fiéis.
- ( ) Sou estudante e quero organizar um grupo de alfabetização em minha escola.
- ( ) Sou estudante e quero trabalhar para o Mobral.
- ( ) Sou dona de casa e quero alfabetizar minha empregada.
- ( ) Sou uma pessoa que quer ajudar outras pessoas, mas não sei como.

Projetando em destaque a frase: “Você deveria ter vergonha de viver num País com tantos analfabetos”, o texto principal da propaganda destaca o analfabetismo como motivo de vergonha para todas as pessoas. Conforme Paiva (2003, p. 38) demonstra:

Se a educação do povo era o único problema nacional, seu corolário era a atribuição de todos os problemas da ignorância de nossa população. Associa-se à posição o preconceito contra o analfabeto, como elemento incapaz, responsável pelo escasso progresso do País e pela impossibilidade do Brasil participar do conjunto das “nações de cultura”.

Tal concepção de analfabeto apresentada por Paiva (2003) advém da década de 1910 a 1920, que antecede as primeiras campanhas de alfabetização. Essa concepção de adulto analfabeto como justificativa para o atraso educacional e econômico foi superada pelas experiências educacionais dos anos 1950 e 1960, sobretudo pelas experiências de educação popular que passaram a identificar o adulto analfabeto como um ser economicamente ativo, trabalhador, participante de um grupo social e cultural que carregava consigo uma visão de mundo e acima de tudo um ser que devia ser respeitado.

O texto secundário do anúncio apresenta as ambições do Mobral enquanto projeto educacional, enfatizando a meta de alfabetizar sete milhões de pessoas em três anos, até 1973 e eliminar o analfabetismo do País em nove anos. Porém, percebe-se que a responsabilidade por esses índices não pertencia ao governo, às instituições escolares nem aos professores, pertencia à sociedade civil: “Mas o Mobral não fará coisa alguma se você não fizer a sua parte.”

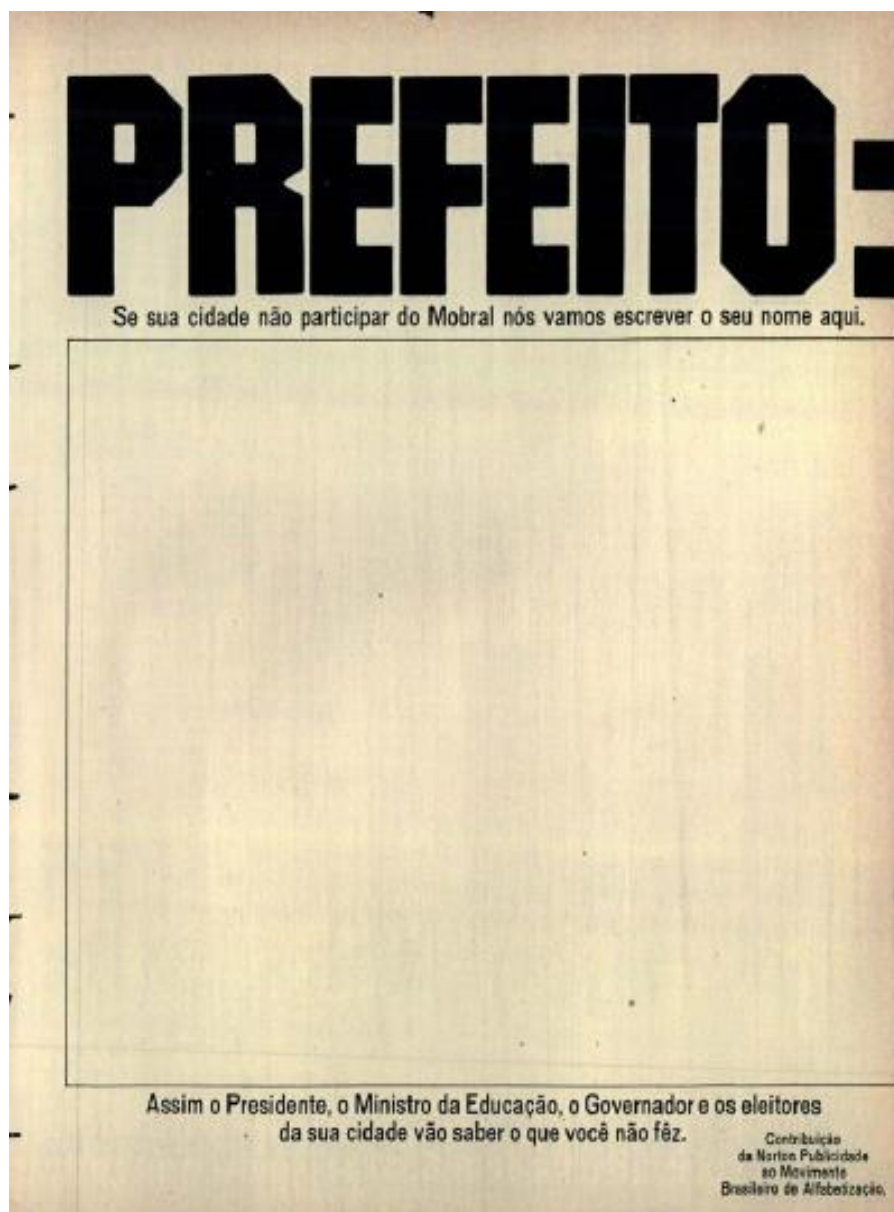
Havia ainda uma ênfase ao civismo, chamando para a responsabilidade com a pátria, provocando: “Se você gosta desse País”, lembrando ao leitor seu compromisso de contribuição com o projeto. Percebe-se que o anúncio foca na contribuição de políticos,

dirigentes de empresas e organizações (sindicatos, clubes ou associações), líderes religiosos, estudantes que poderiam organizar classes do Mobral em seu espaço ou serem voluntários como professores. Incluía ainda as donas de casa na tarefa de alfabetizar seus empregados ou quaisquer outros interessados em fazer parte dessa tarefa a que o povo brasileiro foi convocado.

Finalizando o anúncio, percebe-se a repetição das duas marcas, a primeira da editora Abril, que além de veicular propagandas na *Veja* atuou na produção de material didático do Mobral. A segunda, uma digital cortada ao lado da sigla do projeto, uma marca que passou a se repetir em outros anúncios. Esse anúncio é um dos poucos que se repete, aparecendo pela segunda vez na edição nº 110 em 14/10/1970. Tem o formato de folheto, não apresenta imagens, nem produção em cores, sendo monocromática. Se não fosse pelas letras garrafais em negrito, passaria despercebida. Seu foco é a convocação pelo constrangimento feito no apelo: “Você deveria ter vergonha de viver num País com tantos analfabetos”, como se o analfabetismo não fosse consequência de ações governamentais, ou da ausência delas, mas, sim, da população, que deveria se sentir envergonhada.

A próxima propaganda, imagem nº 07, está localizada na edição nº 121, publicada em 30/12/1970:

Imagem 07: Prefeito



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 121, 30/12/1970.

Texto: PREFEITO: Se sua cidade não participar do Mobral, nós vamos escrever o seu nome aqui. Assim o Presidente, o Ministro da Educação, o Governador e os eleitores de sua cidade vão saber o que você não fez.

A propaganda acima se inicia com a palavra PREFEITO em letras garrafais e negrito, para em seguida trazer a ameaça: “Se sua cidade não participar do Mobral, nós vamos escrever seu nome aqui”. Utilizando o recurso de constrangimento, convoca os prefeitos, em um quadro autoritário próprio dos militares, à adesão ao projeto. Mais uma vez coloca a responsabilidade de sucesso do Mobral para além do governo nacional, autor do projeto. Os prefeitos, caso não assumissem o papel imposto, seriam expostos à sociedade, numa espécie de “mural da vergonha”, demonstrando seu descaso para com a educação e para com o

compromisso de elevar as condições culturais e econômicas de sua cidade. Nas palavras de Germano (2011, p. 166):

Ao tentar garantir a direção política e ideológica da sociedade, ao buscar a legitimação, o Regime Militar fazia uma interpelação direta dos governantes aos indivíduos isolados e não aos grupos organizados. No caso da educação, isso é evidente, na medida em que “o esforço de aprendizagem individual é colocado no lugar da discussão política coletiva e organizada como meio adequado de transformação social”.

O discurso da ditadura militar posto neste anúncio mescla responsabilidades do Estado com a responsabilidade individual, misturando vida pública com vida privada, ao tratar como motivo de vexame a não adesão ao projeto. Segundo Monteiro (2014), essa era uma das estratégias utilizadas para atribuir aos prefeitos a responsabilidade de constituir uma Comissão Municipal do Mobral e assim ser o agente principal na mobilização da comunidade local.

Observa-se ainda, no canto inferior direito da página, que esta propaganda é uma contribuição da empresa Norton Publicidade, indicando que essa era uma atividade subsidiada pela iniciativa privada. Esta não era uma empresa qualquer no ramo publicitário, segundo Larangeira (2014), a Norton, em conjunto com outras sete agências, concentrava quase 50% das verbas publicitárias no Brasil nos anos 1960 e 1970, sendo parte do grupo que fundou a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA).

A próxima propaganda, imagem nº 08, localiza-se na edição nº 261, 05/09/1973.

Imagem 08: Ensine o caminho a quem não sabe, o Mobral faz o resto

**Ensine o caminho  
a quem  
não sabe**

*Ainda existem milhões de analfabetos no Brasil. O Mobral está trabalhando dia e noite para alfabetizá-los totalmente até 1980.*

*Você pode ajudar. Sem precisar dar seu tempo, sem precisar dar dinheiro, sem precisar se envolver.*

*Leve quantas pessoas puder para aprender com o Mobral. A empregada de sua casa, o operário de sua indústria, o faxineiro de seu escritório, o entregador de sua loja.*

*É muito simples. Basta levar a pessoa que você quer ajudar a um posto do Mobral.*

*Sua responsabilidade de bom brasileiro termina aí.*

**o Mobral  
faz o resto**

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 261, 05/09/1973.

Texto: Ainda existem milhões de analfabetos no Brasil. O Mobral está trabalhando dia e noite para alfabetizá-los totalmente até 1980. Você pode ajudar. Sem precisar dar seu tempo, sem precisar dar dinheiro, sem precisar se envolver. Leve quantas pessoas puder para aprender com o Mobral. A empregada de sua casa, o operário de sua indústria, o faxineiro de seu escritório, o entregador de sua loja. É muito simples. Basta levar a pessoa que você quer ajudar a um posto do Mobral. Sua responsabilidade de bom brasileiro termina aí. O Mobral faz o resto

O anúncio apresenta como foco a imagem do analfabeto, um homem de aparência velha, enrugado, com a pele marcada com linhas de expressão, que aparenta tristeza, ou vergonha, em uma imagem em preto e branco que parece reforçar o aspecto de amargura. O homem segura o lápis como quem segura um instrumento de trabalho pesado, uma enxada ou um cabo de rodo.

O texto de chamada convida as pessoas a orientar os analfabetos em direção às classes do Mobral, reforça a grandiosidade do projeto, os milhões de analfabetos, que exigem um trabalho fabril, em turnos noturnos e diurnos para cumprir sua “missão” a tempo. Simultaneamente responsabiliza o leitor do anúncio por realizar essa tarefa, demonstrando que contribuir com o Mobral não toma tempo, nem custa nada: “Você pode ajudar. Sem precisar dar seu tempo, sem precisar dar dinheiro, sem precisar se envolver.”

Não seria necessário se misturar com o analfabeto, nem despende tempo ou dinheiro, o analfabeto, figura projetada como triste e incapaz, precisaria apenas ser conduzido em direção ao caminho certo, o caminho do sucesso. Essa composição reforça o estigma atribuído ao sujeito analfabeto, nas palavras de Paiva (2003, p. 355):

Reeditando de maneira sofisticada o preconceito contra o analfabeto (que não seria capaz de encontrar sua função), esta definição jogava para um período post-alfabetização a descoberta da sua funcionalidade, tornada tarefa e responsabilidade individual daquele que se alfabetiza.

Dessa forma, aprender a ler e escrever se apresentava como fator de humanização, sem o qual não seria possível tornar-se homem, atribuindo ao analfabeto a condição de selvageria. Os analfabetos, na propaganda, seriam pessoas a serviço dos leitores do anúncio, indicando que este material da *Veja* estava reservado às pessoas ricas, administradoras de algum tipo de empreendimento, que tinham um prestador de serviço à sua disposição. Assim, bastaria conduzir empregados, operários, entregadores e faxineiros, profissões que não exigiam instrução, para as classes do Mobral. O texto se encerra retomando a responsabilidade civil para com a pátria, que para ser um “bom brasileiro” era necessário contribuir com o crescimento da nação através do Mobral.

A parte colorida do anúncio aponta para o papel redentor do projeto, no sentido de que se enviassem o problema da nação, em um toque de eficiência, o Mobral faria o resto. Cabe destacar que esse anúncio é de uma edição de setembro, mês em que se comemora o Dia da Independência do Brasil, uma data cívica reforçada pelo anúncio, e próxima do aniversário de lançamento do Mobral, associando o compromisso cívico com um suposto desenvolvimento da nação pela educação.

Por fim, a última propaganda da categoria convocatória (Imagem 9), na edição nº 299, de 29/05/1974, solicita aos leitores que contribuam com o projeto doando lâmpadas, um objeto de iluminação a gás ou líquidos inflamáveis capazes de iluminar as classes noturnas do Mobral.

Imagem 9: Dê um lampião ao Mobral

**Dê um lampião ao MOBRAL.**  
 Você está ajudando um ser humano  
 a enxergar mais longe.

Em menos de 4 anos, o MOBRAL alfabetizou mais de 5 milhões de brasileiros. Isso é muito bom para o Brasil. Mas ainda não é o bastante. Cerca de 18 milhões de pessoas, com idade superior a 15 anos, ainda não sabem ler nem escrever. Para realizar essa missão, o MOBRAL precisa da sua ajuda. Porque, em última análise, ajudando o MOBRAL você estará contribuindo para melhorar a comunidade em que vive. Ou seja: estará ajudando a você mesmo, porque o grupo humano do qual você faz parte ficará mais qualificado para realizar tarefas para o bem comum. Dê um lampião para o MOBRAL. Com ele, algumas dezenas de alunos de localidades desprovidas de energia elétrica terão mais facilidades em seus passos no caminho da alfabetização. Encaminhe sua contribuição à Comissão Municipal de sua cidade.

**MOBRAL**

Procure a Comissão Municipal do Mobral de sua cidade

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 299 – 29/05/1974

Texto: Em menos de 4 anos o MOBRAL alfabetizou mais de 5 milhões de brasileiros. Isso é muito bom para o Brasil. Mas ainda não é o bastante. Cerca de 18 milhões de pessoas, com idade superior a 15 anos, ainda não sabem ler nem escrever. Para realizar essa missão, o Mobral precisa da sua ajuda. Porque, em última análise, ajudando o MOBRAL você estará contribuindo para melhorar a comunidade em que vive. Ou seja: estará ajudando a você mesmo, porque o grupo humano do qual você faz parte ficará mais qualificado para realizar tarefas para o bem comum. Dê um lampião para o MOBRAL. Com ele, algumas dezenas de alunos de localidades desprovidas de energia elétrica terão mais facilidades em seus passos no caminho da alfabetização. Encaminhe sua contribuição à Comissão Municipal de sua cidade.

Vale ressaltar que a distribuição da energia, neste período, estava limitada aos grandes centros e raramente se estendia para as periferias ou áreas rurais. A propaganda evidencia que

parte significativa do projeto se desenvolvia no período noturno, o que justificava a necessidade de lâmpadas. Aqui não se trata de doar esforços físicos como encaminhar, ensinar ou se movimentar de forma voluntária, o objeto de doação tinha um custo diante do mostruário do tipo de lâmpada exposto. Pode-se pressupor que a doação dos objetos representaria economia aos custos do projeto, possibilitando a existência deste nas localidades que não possuíam energia elétrica.

Como estratégia de convencimento, a propaganda apresenta resultados do projeto, alcançados em menos de quatro anos, como a alfabetização de cinco milhões de pessoas. Destaca ainda, com aparente humildade, que 18 milhões de pessoas ainda não sabem ler<sup>26</sup>, convocando a população a aderir a essa “missão”, destacando a tarefa religiosa e missionária do projeto como incumbência divina, que propiciaria a melhoria da comunidade. O anúncio não lida com a ideia de nação, mas apela para a comunidade, uma forma de aproximação com o leitor que ajudaria a si mesmo, “porque o grupo humano do qual você faz parte ficará mais qualificado para realizar tarefas para o bem comum”. Essa estratégia de convencimento demonstra uma tentativa de identificação com seu contexto de origem.

A figura do lâmpada ainda aponta para a ideia de luz através do conhecimento, reforçada pela imagem em preto e branco – onde não há cor, não há conhecimento –, assim o leitor é impelido a ajudar o Mobral e promover a luz. A criação da luz remete à ideia religiosa do criacionismo, no qual Deus cria a luz e assim cria o mundo, uma tática usada de forma expressiva na história da educação brasileira, sobretudo no século XIX, para justificar a relevância da instrução. Nesse sentido, o Mobral seria criador de mundos, ajudando as pessoas a “enxergar mais longe”.

### **3.2 “Alfabetização é o novo lucro para os empresários”: as “segundas intenções” da responsabilidade das empresas**

As propagandas da categoria empresariado, apesar de apresentar também um conteúdo de convocação, se distinguem por se dirigirem especificamente a esse grupo. É voltada a dirigentes de empresas, apresentando benefícios específicos para os empresários que contribuíssem financeiramente com as classes do Mobral. Essa categoria tem como foco a arrecadação de recursos financeiros e, praticamente, não solicita do empresariado outro tipo de recurso.

---

<sup>26</sup> Dados apontados pelo IBGE Censo Demográfico 1970 (<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>).

O próximo anúncio (Imagem 10) é o que mais se repete. Foi publicado após o lançamento da campanha, no ano de 1970, em três edições seguidas, nº 113, 04/11/1970; nº 114, 11/11/1970; nº 115, 18/11/1970, o único nessa condição. O anúncio contém um texto que explica detalhadamente como a doação de empresários, pessoa jurídica, pode ser revertida em benefícios na declaração do imposto de renda. Uma fórmula para se cumprir a responsabilidade social.

Imagem 10: A fórmula para o empresário



**EMPRESÁRIO:  
ESTA É A FÓRMULA  
PARA V. CUMPRIR  
COM SUA  
RESPONSABILIDADE  
JUNTO AO MOBRAL**

E, se você participar junto ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, seu país vai ficar mais cedo sem analfabetos. O MOBRAL, apoiado pelo Ministério da Fazenda, simplificou a fórmula para V. cumprir com essa fantástica responsabilidade.

**AQUI ESTÁ A FÓRMULA PARA VOCÊ TER A CONSCIÊNCIA TRANQUILA.**

O Decreto-Lei 1 124 criou uma forma pela qual as pessoas jurídicas podem antecipar o incentivo fiscal ao MOBRAL.

O ônus da pessoa jurídica é mínimo. O que for doado hoje será recuperado do imposto de renda no ano que vem. Note-se bem: a dedução é do próprio imposto de renda, e não apenas do lucro operacional. A empresa doa ao MOBRAL 100 em 1970, e deixa de pagar 100 de imposto de renda em 1971. Mais ainda: essa dedução, que tem como limite 2% do imposto recolhido em 1970, pode ser feita sem prejuízo dos demais incentivos fiscais. Isso significa que a doação ao MOBRAL não diminuirá a possibilidade de a empresa utilizar-se dos outros incentivos relativos à SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, SUDEPE, REFLORESTAMENTO, EMBRAER, DECRETO-LEI 157, etc. De fato, a empresa só tem um encargo: o de não receber juros sobre as doações antecipadas ao MOBRAL. Esse pequeno ônus, o de deixar de receber juros sobre uma doação que será integralmente recuperada através do imposto de renda, é o mínimo que se espera das empresas em matéria de colaboração com o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

O cálculo do incentivo a ser doado por antecipação ao MOBRAL, nos termos do Decreto-Lei 1 124, é extremamente simples, compondo-se das seguintes etapas:

- 1) Examine sua declaração de imposto de renda (pessoa jurídica) entregue no ano de 1970 (ano base: 1969).
- 2) Some as seguintes linhas do formulário da declaração da pessoa jurídica:  
Quadro 26  
Item 18: Duodécimos antecipados: Ex.: 540 320,00  
Item 23: Total a recolher: Ex.: 1 932 480,00

**S O M A Cr\$ 2 472 800,00**

- 3) Calcule 2% da soma acima (no exemplo, Cr\$ 49 456,00)
- 4) Deposite esses 2% (no exemplo, Cr\$ 49 456,00) em qualquer agência do Banco do Brasil à ordem do MOBRAL.

Essa doação será inteiramente recuperada do imposto de renda de 1971. Faça sua empresa antecipar o incentivo fiscal ao MOBRAL.

**VOCÊ TAMBÉM É RESPONSÁVEL**

Secretaria do Interior - SP  
Av. Duque de Caxias, 41  
São Paulo.

**MOBRAL**

20 ANOS  
Iniciativa  
das revistas  
Abril  
de apoio ao  
Mobaral.

Fonte: Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 113, 04/11/1970; nº 114, 11/11/1970; nº 115, 18/11/1970.

Texto: EMPRESÁRIO: ESTA É A FÓRMULA PARA V. CUMPRIR COM SUA RESPONSABILIDADE JUNTO AO MOBRAL. E se você participar junto ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, seu País vai ficar mais cedo sem analfabetos. O Mobaral, apoiado pelo Ministério da Fazenda, simplificou a fórmula para V. cumprir com essa fantástica responsabilidade.  
AQUI ESTÁ A FÓRMULA PARA VOCÊ TER A CONSCIÊNCIA TRANQUILA.

O Decreto-Lei 1.124 criou uma forma pela qual as pessoas jurídicas podem antecipar o incentivo fiscal ao Mobral. O ônus da pessoa jurídica é mínimo. O que for doado hoje será recuperado do imposto de renda no ano que vem. Note-se bem: a dedução é do próprio imposto de renda, e não apenas do lucro operacional. A empresa doa ao MOBREAL 100 em 1970, e deixa de pagar 100 de imposto de renda em 1971. Mais ainda: essa dedução, que tem como limite 2% do imposto recolhido em 1970, pode ser feita sem prejuízo dos demais incentivos fiscais. Isso significa que a doação ao MOBREAL não diminuirá a possibilidade de a empresa utilizar-se dos outros incentivos relativos à SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, SUDEPE, REFLORESTAMENTO, EMBRAER, DECRETO-LEI 15, etc. De fato, a empresa só tem um encargo: o de não receber juros sobre as doações antecipadas ao MOBREAL. Esse pequeno ônus, o de deixar de receber juros sobre uma doação que será integralmente recuperada através do imposto de renda, é o mínimo que se espera das empresas em matéria de colaboração com o Movimento Brasileiro de Alfabetização. O cálculo do incentivo a ser doado por antecipação ao Mobral, nos termos do Decreto-Lei 1.124, é extremamente simples, impondo-se das seguintes etapas:

- 1) Examine sua declaração de imposto de renda (pessoa jurídica) entregue no ano de 1970 (ano base: 1959).
- 2) Some as seguintes linhas do formulário da declaração da pessoa jurídica: Quadro 26  
Item 18: décimos antecipados: Ex: 540 320,00  
Item 23: total a recolher Ex: 1 932 489,00  
SOMA Cr\$ 2472 800, 00
- 3) Calcule 2% da soma acima (no exemplo, Cr\$ 49 456,00)
- 4) Deposite esses 2% (no exemplo, Cr\$ 49 456,00) em qualquer agência do Banco do Brasil à ordem do MOBREAL.

Apesar de o foco ser o empresariado, o benefício não se destina para a empresa enquanto organização, mas para a pessoa que a dirige, de modo que se mantém o elemento da responsabilidade individual para com o sucesso do projeto e o conseqüente livramento do País da figura do analfabeto. A contribuição do empresariado, apesar de chamar para responsabilidade para com o projeto, se coloca como forma de expressão da caridade, pois, segundo Paiva (2003, p. 358), “o Mobral é o meio pelo qual aqueles empresários e suas famílias comungam com seus empregados de um interesse comum, participam das mesmas festas, comunicam-se”. Dessa forma, o empresário efetivaria a preocupação com a melhoria da nação.

Repete-se o símbolo da digital riscada, que mais tarde se caracteriza como logomarca do Mobral, presente em muitos outros anúncios reforçando a proibição da condição de analfabeto e a negatividade que impera sobre esse. A ideia de fórmula enquanto solução para o analfabetismo e para o lucro do empresariado demonstra a baixa possibilidade de erro, incentivando a participação do empresário num processo certo, tal como a execução de fórmulas científicas ou matemáticas.

O segundo anúncio desta categoria (Imagem 11) localiza-se na edição nº 238, de 28/03/1973.

Imagem 11: Comunidade Mobral



Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 238, 28/03/1973.

Texto: Comunidade Mobral.

Onde cada um tem a sua função. Cumpra com sua parte: aplique no Mobral 1% do imposto de renda que sua empresa tem a pagar (Decreto-Lei nº 1124).

O anúncio faz uso do elemento da comunidade, no sentido de aproximação do empresário com seu contexto local, o que demonstra como foco não as grandes empresas, como na imagem anterior, mas o pequeno empresário dos bairros. Mantêm-se elementos já apresentados em outras propagandas, porém a figura da cidade que compõe o anúncio permanece em preto e branco. Outro aspecto do uso do termo comunidade é:

Seu propósito é forjar a "comunidade integrada" em contraposição às comunidades "imaturas" ou "desintegradas", através de uma educação comunitária que promova o controle e a paz social, combatendo "ideologias indesejáveis". A "comunidade" é

vista como uma entidade acima das classes sociais que se unificam em torno de objetivos comuns que as transcendem e se aliam entre si e ao governo para resolver os problemas da coletividade. Deste modo apresenta-se o Mobral como um "programa integrador": busca sedimentar as relações sociais existentes ao promover o trabalho conjunto das diferentes classes sociais ao mesmo tempo em que promove a integração da população no projeto político, social e econômico dos governos pós-64 (PAIVA, 2003 p. 385).

Além disso, a ideia de comunidade, um grupo pequeno onde todos se integram e cada um tem sua função, fundamenta a ideia de organicidade do Mobral evidenciada por Corrêa (1979). O Mobral seria um organismo vivo que teria como tarefa contribuir com o desenvolvimento de outros organismos, dessa vez o organismo social, no qual cada um tem uma função, e a do empresário seria contribuir para com a eliminação do analfabetismo e, conseqüentemente, garantir o bom funcionamento do organismo comunitário.

A escolha da cor pode indicar economia na impressão, um anúncio colorido poderia ser mais caro. O uso dos prédios indica a assimilação desenvolvimentista, uma das ideias da ditadura, na qual o progresso urbano, com edificações bem elaboradas, é associado ao desenvolvimento econômico e social em conjunto com a eliminação do analfabetismo, possivelmente mais acentuado na periferia e na área rural.

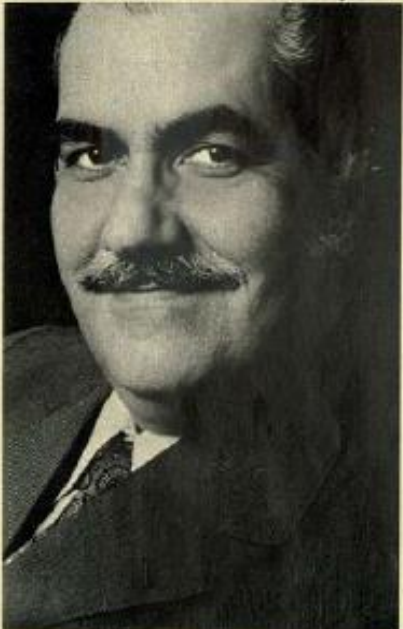
A terceira propaganda da categoria empresariado (Imagem 12) está localizada na edição nº 313, 04/09/1974.


Imagem 12: Ajude o Mobral com segundas intenções

# Ajude o Mobral com segundas intenções.

Todo analfabeto é pobre. Consume pouco. Compra pouco. Jamais um analfabeto será um bom cliente da sua empresa. Você, como empresário, já deve ter percebido onde vamos chegar: ajude o Mobral para ajudar a sua empresa. Pelos seus lucros futuros. Ajudar o Mobral traz outras compensações.

Pessoalmente, você tem a oportunidade de conviver com os líderes da sua cidade. A começar pelo Prefeito, profissionais liberais, comerciantes, industriais. E isso é importante para você e para o seu negócio. Ajudando o Mobral você reforça a boa imagem da sua empresa de maneira mais prática, direta e simpática do que mil coquetéis ou notinhas de viagem à Europa. No fim das contas, como você depende do progresso do País para crescer, quem sai ganhando é você mesmo.





mobral  
indústria de base

Ajude o Mobral da sua cidade com	
<b>TRABALHO:</b>	sendo recrutador, professor, monitor ou colaborando nos serviços de secretaria.
<b>MATERIAL:</b>	cadernos, livros, materiais de ensino, etc.
<b>RECURSOS:</b>	atuação de voluntários e funcionários.

**PROCURE A COMISSÃO MUNICIPAL DA SUA CIDADE**

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 313, 04/09/1974.

Texto: Todo analfabeto é pobre. Consume pouco. Compra pouco. Jamais um analfabeto será um bom cliente da sua empresa. Você, como empresário, já deve ter percebido onde vamos chegar: ajude o Mobral para ajudar a sua empresa. Pelos seus lucros futuros. Ajudar o Mobral traz outras compensações. Pessoalmente, você tem a oportunidade de conviver com os líderes da sua cidade. A começar pelo Prefeito, profissionais liberais, comerciantes, industriais. E isso é importante para você e para o seu negócio. Ajudando o Mobral você reforça a boa imagem da sua empresa de maneira mais prática, direta e simpática do que mil coquetéis ou notinhas de viagem à Europa. No fim das contas, como você depende do progresso do País para crescer, quem sai ganhando é você mesmo.

Quadro: Ajude o Mobral da sua cidade com

**TRABALHO:** sendo recrutador, professor, monitor ou colaborando nos serviços de secretaria.

MATERIAL: doando cadernos, livros, bancos, lampiões, lousas, tudo que for útil para as aulas.

RECURSOS: através de qualquer importância.

Traz como elemento de chamada a ambiguidade: “Ajude o Mobral com segundas intenções.” Destaca-se, de forma ampla, a imagem de uma figura masculina branca, de terno, bem alinhado, com um sorriso que indica esperteza no olhar, aos moldes de levar vantagem em suas ações. O homem, provavelmente, representa a imagem do empresário bem-sucedido, de boa aparência, que está lucrando nos negócios, pois não evidencia cansaço nem preocupação.

A expressão popular, identificada como *segundas intenções*, refere-se a uma ação, algo que não é propagado de forma direta, mas que se procura obter de forma dissimulada por meio de uma outra ação. Aqui é usada de forma dúbia, de como se obter vantagem fosse algo valoroso, obtido pela esperteza. O empresário esperto visa sempre à obtenção do lucro.

O texto do anúncio reforça, mais uma vez, a ideia do analfabeto improdutivo, pobre, incapaz de participar dos sistemas de trocas comerciais, portanto, “jamais o analfabeto será um bom cliente da sua empresa”. Nas palavras de Paiva (2003, p. 295):

O analfabeto é visto como um elemento incapaz, pois “os marginalizados mal produzem e consomem abaixo do mínimo. Não imaginam, não se dedicam, não estimulam, não competem, não se aperfeiçoam. Constituem, sob todos os aspectos, a mais perigosa parcela contra o desenvolvimento<sup>27</sup>”. A eles escapariam, de todo, “o que de elementar se exige na vida das relações humanas”: “Eis o marginal que pesa na comunidade – para alguns, o peso morto que lhe detém o progresso; para outros, o cego moral que renunciou aos atributos maravilhosos da espécie.”<sup>28</sup>

Dessa forma, o anúncio reforça os aspectos negativos atribuídos ao analfabeto, de modo que a única forma de combater esse mal, que põe em risco todo seu investimento, seria através da contribuição com o Mobral, pois o projeto teria esse papel transformador, redentor social. Essa forma de identificação visa o convencimento do leitor para que esse se perceba como financiador de si mesmo, daí o encontro com a ambiguidade “segundas intenções”. O empresário não faria isso somente para o bem da comunidade ou da nação, mas em benefício próprio.

Além disso, a contribuição para com o Mobral promoveria a boa imagem da empresa “de maneira mais prática, direta e simpática”. Mais uma vez se percebe a contribuição com o Mobral como algo fácil de ser feito, além de associá-la com algo bom através do adjetivo

<sup>27</sup>KELLY, Celso. Política de Educação, Rio de Janeiro: ed. Reper, 1969. Conforme citado por Paiva (2003).

<sup>28</sup>Idem.

“simpático”. O empresário promoveria o desenvolvimento da nação ao remover seu maior empecilho: o analfabeto, e conseqüentemente o bom desenvolvimento da sua empresa, que venderia para pessoas mais qualificadas e de maior poder aquisitivo, disseminando a ideia de que quanto mais qualificado o trabalhador, melhor sua remuneração.

Por fim, o anúncio tem um quadro sugestivo ao final que informa como o empresário pode contribuir, sendo de três formas: trabalho: sendo recrutador, professor, monitor ou colaborando nos serviços de secretaria; material, doando cadernos, livros, bancos, lampiões, lousas, tudo que for útil para as aulas; e recursos de qualquer importância. Ou seja, oferece várias formas de manifestar a sua boa vontade.

A última propaganda da categoria empresariado (Imagem 13) foca no lucro dos empresários que investem o imposto de renda devido no Mobral, presente na edição nº 346, 23/04/1975.

Imagem 13: O Mobral convida o empresariado a ganhar mais dinheiro

# O Mobral convida o empresariado brasileiro a ganhar mais dinheiro.

Alfabetização é novo lucro para os empresários do País. O Governo oferece um incentivo extra de até 1% do imposto devido às pessoas jurídicas que optarem pela aplicação no MOBRAL.

O benefício é cumulativo com os descontos por investimentos feitos no Finor, Finam, Fiset. Ajude o MOBRAL a aumentar os lucros de sua empresa. Ganhar dinheiro é a nova matéria do MOBRAL, num currículo especial para empresários inteligentes.

É aqui que você recebe o dote do seu imposto de Renda destinado ao MOBRAL e que retorna à sua empresa.

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 346, 23/04/1975.

Texto: Alfabetização é o novo lucro para os empresários do País. O Governo oferece um incentivo extra de até 1% do imposto devido às pessoas jurídicas que optarem pela aplicação no Mobral. O benefício é cumulativo com os descontos por investimentos feitos no Finor, Finam, Fiset. Ajude o Mobral a aumentar os lucros de sua empresa. Ganhar dinheiro é a nova matéria do MOBRAL, num currículo especial para empresários inteligentes.

Além da possibilidade de lucro, esta propaganda demonstra a possibilidade de combinar os benefícios da contribuição para com o Mobral com outros descontos oferecidos nesse contexto. A estratégia de convencimento se faz presente na descrição do tipo de empresário que toma essa iniciativa como alguém de intelecto elevado.

A alfabetização aqui é tida como sinônimo de lucro, em oposição à ideia de prejuízo associada à imagem do analfabeto. Embora todos os anúncios dessa categoria abordem o lucro como principal instrumento de convencimento, esse é o único que usa a palavra “dinheiro” no seu texto.

Essa concepção de alfabetização enquanto ferramenta de lucro é acusada por Freire (2013) de pseudocaridade, pois a contribuição do empresariado se dá não pelo interesse de melhorar a vida do outro, mas em razão de proteger seu próprio patrimônio e nesse caso aumentá-lo, pois:

Daí o desespero desta “generosidade” diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender esta “generosidade”, que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso, inseguro, esmagado e vencido (FREIRE, 2013, p. 42).

Enquanto pseudocaridade, a oferta do Mobral não propicia ao adulto alfabetizado uma mudança na sua condição de vida, pelo contrário, o projeto, enquanto reprodutor de preconceitos, de ideias de apoio à ditadura, contribui para com a manutenção da estrutura social vigente, reforçando as características que coloca o analfabeto como um sujeito “demitido da vida”, vencido, e, portanto, destinado à condição que tem.

### **3.3 “Nós também já estamos fazendo a nossa parte”: os parceiros do Mobral**

A categoria de parcerias se refere aos anúncios que demonstram o estabelecimento de sociedade com empresas específicas e explicitamente. Percebe-se, no conjunto das imagens selecionadas, que são propagandas que evidenciam a celebração de convênios ou o apoio de empresas para o projeto. O primeiro anúncio (imagem 14) localizado na edição nº 109, 07/10/1970, apresenta:

Imagem 14: Bradesco: o Mobral faz o homem de futuro

**O QUE VIRÁ AMANHÃ?  
APRENDENDO  
A LER E ESCREVER  
TODO HOMEM  
TEM FUTURO.**

O brasileiro vai deixar de assinar seu nome com um "X" ou mesmo com o seu polegar. O homem brasileiro vai assinar seu nome clara e corretamente. O Brasil inteiro está aprendendo a ler e a escrever. Mais oportunidades para todos, em todo o País. Alfabetize-se hoje, para que no futuro não venham a repetir-se os erros do passado. Uma nação que sabe ler e escrever é uma nação que conhece os seus caminhos. Melhores empregos. Melhores oportunidades. Futuro garantido. O Brasil desperta para a alfabetização. E o MOBREAL, agora lançado, é o seu maior instrumento.

O BRADESCO, há muito tempo compreendeu isso e, ao criar o TOP CLUB, além de garantir a família com o melhor plano previdenciário brasileiro, resolveu destinar à alfabetização, os resultados integrais dessa iniciativa, oferecendo sua colaboração ao Governo do Brasil e, principalmente, ao futuro do País.




**TOP CLUB**  
UMA ORGANIZAÇÃO  
**BRADESCO**  
SEM FINS LUCRATIVOS.  
GARANTIA DOS GRUPOS SEGURADORES  
**SUL AMÉRICA E BOAVISTA**

O primeiro passo já foi dado. Em Conceição do Araguaia, Pará, o BRADESCO, com os recursos do TOP CLUB, já implantou a primeira escola. Outras estão em andamento.

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 109, 07/10/1970.

Texto: O QUE VIRÁ AMANHÃ? APRENDENDO A LER E ESCREVER, TODO HOMEM TEM FUTURO.

O brasileiro vai deixar de assinar seu nome com um "X" ou mesmo com seu polegar. O homem brasileiro vai assinar seu nome clara e corretamente. O Brasil inteiro está aprendendo a ler e a escrever. Mais oportunidades para todos, em todo o País. Alfabetizar-se hoje, para que no futuro não venham a repetir-se os erros do passado. Uma nação que sabe ler e escrever é uma nação que conhece os seus caminhos. Melhores empregos. Melhores oportunidades. Futuro garantido. O Brasil desperta para a alfabetização. E o MOBREAL, agora lançado, é o seu maior instrumento. O BRADESCO há muito tempo compreendeu isso e, ao criar o TOP CLUB, além de garantir a família com o melhor plano previdenciário brasileiro, resolveu destinar à alfabetização os resultados integrais dessa iniciativa, oferecendo sua colaboração ao Governo do Brasil e, principalmente, ao futuro do País.

Essa é a única propaganda que, junto com a Imagem 06, apresenta numa única edição dois anúncios do Mobral. Aqui se repetem elementos como o analfabetismo sendo sinônimo de atraso ou ignorância, sendo responsável pelos “erros do passado”. Cabe aqui a dúvida de que erros seriam esses, e porque motivo as ações do passado não seriam exitosas. Percebe-se aqui a repulsa que a ditadura tem dos governos populares, das experiências de educação popular que visavam à conscientização e à emancipação do povo.

O texto de chamada do anúncio destaca que somente através do domínio da leitura e da escrita é possível alcançar o desenvolvimento para o futuro, como se a continuidade do tempo histórico dependesse da condição do leitor, reiterando o analfabetismo como condição de estagnação no tempo e no espaço. A alfabetização nesse anúncio é tida como ferramenta de assistência à população, uma ação de desenvolvimento, de ampliação de oportunidades, de melhoria dos empregos. Segundo Freire (1979, p. 57), esse assistencialismo representava mais um perigo do que um benefício à população, pois:

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência, que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica.

Enquanto que para Freire (1979) a leitura é sinônimo de emancipação, de conscientização, de busca pela autonomia, para o Mobral, ler e escrever é ter conhecimento, saber onde vai, o caminho correto. O conhecimento aqui não se aproxima da condição de autonomia, mas de mantenedor das condições vigentes, submissão, pois o caminho correto é o caminho do civismo, da ordem.

A diferença neste anúncio é que tal iniciativa só é possível graças à parceria do grupo Bradesco. Desaparecem o civismo, o culto à pátria, a preocupação com o analfabetismo deixa de ser responsabilidade individual para ser uma consequência da parceria com a empresa. Visa promover “o despertar”, como se o país analfabeto estivesse apático, dormindo no escuro.

Embora o Mobral seja uma ação com o objetivo de alfabetizar adultos, a imagem que compõe o anúncio mostra uma mulher alfabetizando uma criança, o que abre possibilidade para a leitura de que um adulto analfabeto é tão desprovido de experiência como uma criança. Essa concepção de ensinar adulto como criança remete ao contexto da década de 1940, quando o material didático destinado à alfabetização de adultos não passava de uma cópia das cartilhas infantis.

Há de se considerar que, por serem públicos diferentes, adultos deveriam possuir textos específicos condizentes com sua experiência de vida, que respeitassem sua maturidade,

descartando-se, portanto, o uso de materiais infantilizados. Outra figura importante que aparece nessa imagem é a figura do professor, com destaque para uma ocupação do gênero feminino. Com uma roupa que inspira “respeito” – afinal, ela usa mangas longas e não usa decote –, longos cabelos, como símbolo de feminilidade, a professora ostenta uma expressão de satisfação ao ensinar seu aluno, como se esse trabalho não lhe exigisse esforço, apenas contemplação do aprendizado. Por fim, o anúncio encerra com destaque para o nome do banco e de seus projetos, reforçando que o foco aqui não é a participação nas ações do Mobral, mas a divulgação da marca da empresa como promotora de desenvolvimento e, portanto, elemento de tração para o futuro.



O segundo anúncio dessa categoria, publicado na edição nº 235, de 07/03/1973, dá destaque à celebração de convênio entre o Mobral e a Datamec.

Imagem 15: Datamec

**O MOBRAL - FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO  
E A DE ALFABETIZAÇÃO**

**DATAMEC S.A. - ENGENHARIA DE SISTEMAS  
E PROCESSAMENTO DE DADOS**

comunicam que  
assinaram contrato,  
em 1.º de março de  
1973, por força de  
concorrência pública,  
para a prestação de  
serviços de  
planejamento,  
análise, programação  
e execução de um  
sistema integrado  
de informações.

 **MOBRAL** /  **DATAMEC S. A.**

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 235, 07/03/1973.

Texto: O Mobral – Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – e a Datamec S.A – Engenharia de Sistemas e Processamento de Dados – comunicam que assinaram contrato em 1º de março de 1973, por força de concorrência pública, para a prestação de serviços de planejamento, análise, programação e execução de um sistema integrado de informações.

Evidencia que o propósito das propagandas da categoria de parcerias era promover a visibilidade das marcas envolvidas. Conforme aponta Randazzo (1996, p. 28-29), a promoção da marca:

“pode funcionar como portadora de projeções na qual o anunciante projeta os valores e as sensibilidades do consumidor, ou como um distintivo, um meio de expressar e reforçar nossas identidades pessoais e culturais.” Cada marca tem a sua própria mitologia de marca, com seu próprio e único inventário de imagens, símbolos, sensações e associações (RANDAZZO, 1996, p. 28-29).

Tal como o anúncio anterior, o objetivo aqui é promover a empresa parceira do Mobral, como se esta estivesse a contribuir gratuitamente, pois não são veiculados valores referentes ao contrato de prestação de serviços. O texto é simples, não faz uso de letras garrafais ou de formato diferenciado, não apresenta imagens, apenas informa a celebração de parceria entre a fundação Mobral e a empresa de dados. A evidência da marca fica por conta da logo desta, junto à do projeto, ao final da página. Não aparecem os elementos de convencimento, de responsabilização, muito menos de patriotismo e contribuição para com o desenvolvimento da nação.

A próxima propaganda, veiculada na edição nº 300, 05/06/1974, destaca a parceria da companhia de gás para a iluminação das classes noturnas do Mobral.

Imagem 16: Ultragaz

**Este senhor acima  
logo vai passar a assinar  
seu nome por extenso.**

E a Cia. Ultragaz se sente orgulhosa de estar contribuindo indiretamente para isso: iluminou a gás 500 salas de aula, possibilitando instrução noturna do Mobral onde não existe eletricidade.

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 300, 05/06/1974.

Texto: Este senhor acima logo vai passar a assinar seu nome por extenso. E a Cia. Ultragaz se sente orgulhosa de estar contribuindo indiretamente para isso: iluminou a gás 500 salas de aula, possibilitando instrução noturna do Mobral onde não existe eletricidade.

O foco da propaganda é a inexistência do analfabeto, que logo vai passar a assinar o próprio nome e deixar de existir. Nesse caso, a alfabetização se resume a isso, conforme demonstra o anúncio: a capacidade de se registrar motoramente e não mecanicamente, carimbando o dedo. O destaque fica por conta do orgulho que a empresa sente em contribuir para com a iniciativa. Não há elementos patrióticos, nem de promoção social. Não há

responsabilização pelo projeto, a empresa se coloca como uma parceira indireta e satisfeita em contribuir.

Nota-se um reforço na imagem do lampião, enquanto instrumento de representação do projeto. Burke (1994) destaca que na França do século XVII era comum o uso de objetos inanimados para representar a imagem do rei, ou seu nome. Um exemplo disso era o uso do sol como designação ao rei Luiz XIV. Nesse anúncio, não é utilizado o logotipo do projeto, de modo que o Mobral se faz presente na figura do lampião, objeto de uso nas classes de alfabetização nas localidades em que não havia energia elétrica. Se fosse possível eleger um objeto inanimado para designar o projeto, este seria o lampião.

Vale destacar que a Cia. Ultragaz S.A e a Esso Brasileira de Petróleo S.A. eram empresas do grupo americano explorador de petróleo Standard Oil Company (LARANGEIRA, 2014), o que demonstra a interferência norte-americana na educação brasileira no contexto da ditadura não só na perspectiva teórica, mas financeiramente.

As próximas três propagandas dessa categoria estão voltadas à promoção do grupo Abril. Em todas as três, ao lado da logo do Mobral aparece a marca do grupo, responsável pela produção do material didático utilizado no projeto. Esse conjunto de propagandas é o único que apresenta imagens coloridas. Observa-se no anúncio (Imagem 17), veiculado na edição nº 150, 21/07/1971, a ênfase no material didático publicado pela editora.

Imagem 17: Educação não se faz com discurso



**EDUCAÇÃO NÃO SE FAZ COM DISCURSO.**

Aliás, nada se faz com discurso.

E educação é investimento: exige talento, capital e muita vontade de trabalhar.

O Brasil já é, hoje, um dos cinco países que mais investem em educação.

Nos próximos três anos o Governo Federal vai gastar mais 24 milhões de cruzeiros, para que os

brasileiros saibam mais, produzam mais e vivam melhor.

Nós também já estamos fazendo a nossa parte.

Há dois anos as publicações da Divisão de Educação estão ajudando 4 milhões de brasileiros a sair de onde estão.

Editamos cartilhas de alfabetização, fascículos de madureza, livros e cartazes didáticos.

E nossas mangas vão

continuar arregaçadas: estamos cheios de projetos para levar educação a milhões de brasileiros, dentro e fora das escolas.





**Divisão de Educação**  
ABRIL S.A.  
CULTURAL E INDUSTRIAL

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 150, 21/07/1971.

Texto: EDUCAÇÃO NÃO SE FAZ COM DISCURSO

Aliás, nada se faz com discurso.

E educação é investimento: exige talento, capital e muita vontade de trabalhar.

O Brasil já é, hoje, um dos cinco países que mais investem em educação.

Nos próximos três anos, o Governo Federal vai gastar mais de 24 milhões de cruzeiros, para que os brasileiros saibam mais, produzam mais e vivam melhor.

Nós também já estamos fazendo a nossa parte.

Há dois anos as publicações da Divisão de Educação estão ajudando 4 milhões de brasileiros a sair de onde estão.

Editamos cartilhas de alfabetização, fascículos de madureza, livros e cartazes didáticos.

E nossas mangas vão continuar arregaçadas: estamos cheios de projetos para levar educação a milhões de brasileiros, dentro e fora das escolas.

O foco do texto está na qualidade do material elaborado pela editora, com destaque para a variedade de publicações: cartilhas de alfabetização, fascículos de madureza, livros e

cartazes didáticos. Embora não seja citado o nome do projeto no texto, este se faz presente no topo do anúncio, onde se observa um adulto, que demonstra em seu olhar a satisfação em ler seu material. O livro destaca que o material é do Mobral, por apresentar a insígnia da digital cortada e o bordão do projeto “Você também é responsável”.

Além disso, destaca que a responsabilidade pelo projeto é individual, não é do governo nem da editora, mas de quem financia, de quem indica alunos, ou até mesmo do próprio adulto que se compromete com sua educação. Aqui o Grupo Abril aparece como exemplo de conduta a ser seguido, pois cumpre com sua responsabilidade ajudando o projeto, dando a entender que isso é feito por doação, enquanto, na verdade, recebe pagamento para isso. A autorresponsabilização pelo sucesso do aprendizado é uma constante na maioria dos anúncios, tendo em vista que:

Associa-se o incentivo ao esforço individual para vencer na vida ao estímulo à adaptação a padrões de vida modernos. Observa-se a preocupação em propiciar a elevação das aspirações dos alfabetizados, levando até eles o conhecimento de novas possibilidades de consumo (PAIVA, 2003 p. 324).

O aprendizado neste caso, além de resultado do próprio esforço do alfabetizando, é apresentado no anúncio como algo prazeroso, a julgar pela expressão do homem que segura a cartilha. Diferente da Imagem 08, na qual o adulto analfabeto é triste por não saber ler, o homem que lê é mostrado como alguém feliz, que conquista seu objetivo. A figura da mão escrevendo também faz referência ao Mobral, são mãos de um adulto, não sendo possível referenciar gênero.

A presença das crianças na parte inferior do anúncio, bem como a da imagem da sala de aula, que parece ser de adolescentes, mostra a diversidade de atuação do Grupo Abril. O grupo é apresentado como uma iniciativa de pessoas esforçadas e trabalhadoras, cheias de ideias para promover a educação e, conseqüentemente, o desenvolvimento do País.

A próxima propaganda foi publicada na edição nº 209, 06/09/1972, associando as comemorações pelo Dia da Independência com o Dia Internacional da Alfabetização.

Imagem 18: A festa continua

**8 DE SETEMBRO. E A FESTA CONTINUA.**

8 de setembro não é mais um dia comum, igual aos outros.

Primeiro, porque nesta data se comemora o Dia Internacional da Alfabetização, nas principais nações do mundo.

Segundo, porque foi no dia 8 de setembro de 1970 que o Mobral começou a funcionar.

E se o Brasil conquistou o direito de participar dessas comemorações, é porque você ajudou de alguma forma.

Você ajudou pagando seu Imposto de Renda - do qual 1 a 2% foram para o Mobral.

Você ajudou ensinando alguém a ler e escrever.

E até mesmo jogando na Loteria Esportiva - pois 30% da renda líquida da L.E. também vão para o Mobral.

Hoje mais 2 milhões de brasileiros já sabem ler e escrever.

Por isso, 8 de setembro é uma data que você também deve comemorar.

Junto com o Mobral, junto com o Governo, junto com todos os brasileiros.

E junto com a Abril, que está muito feliz por também ter criado o material didático para o Mobral.

E por ter ajudado para que, nesta data, a Independência continue sendo comemorada.

**ABRIL CULTURAL** **8 DE SETEMBRO. DIA INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO**

26 aniversário do **MOBRAL** **ESTAMOS PRESENTES.**

Windows  
Acesse Configurações para ativar o Win

Fonte: Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 209, 06/09/1972.

Texto: 8 de setembro não é mais um dia comum, igual aos outros. Primeiro, porque nesta data se comemora o Dia Internacional da Alfabetização, nas principais nações do mundo. Segundo, porque foi no dia 8 de setembro de 1970 que o Mobral começou a funcionar. E se o Brasil conquistou o direito de participar dessas comemorações, é porque você ajudou de alguma forma. Você ajudou pagando seu Imposto de Renda - do qual 1% a 2% foram para o Mobral. Você ajudou ensinando alguém a ler e escrever. E até mesmo jogando na Loteria Esportiva -- pois 30% da renda líquida da L.E. também vão para o Mobral. Hoje, mais de 2 milhões de brasileiros já sabem ler e escrever. Por isso, 8 de setembro é uma data que você também deve comemorar. Junto com o Mobral, junto com o Governo, junto com os brasileiros. E junto com a Abril, que está muito feliz por também ter criado o material didático para o Mobral. E por ter ajudado para que, nesta data, a Independência continue sendo comemorada.

Além das datas comemorativas em destaque, este anúncio foi publicado numa edição que se aproxima do aniversário de lançamento do Mobral. O texto reforça a responsabilidade social de formas diferentes, desde o empresariado até o voluntário. A diminuição do número de analfabetos, conforme as taxas apresentadas pelo texto, é motivo de comemoração, tal qual a independência do Brasil, sendo assim uma festa.

Percebe-se por esse anúncio que a ditadura fez uso dos elementos nacionais o máximo possível, numa tentativa de propagar um sentimento de pertencimento na população, conforme Pederiva (2015, p. 137) aponta:

Os discursos patrióticos foram proferidos e disseminados no período ditatorial brasileiro por importantes instituições políticas: o exército, a escola, a Igreja e a mídia. A produção de uma cultura nacional, realizada pelas instituições citadas, baseia-se na construção de uma identidade para a pátria brasileira e no desenvolvimento de um sentimento de união. Pertencer a uma nação requer que o indivíduo, apesar de sua autonomia, identifique-se como parte integrante de um grupo: a nação, e que ele a reconheça como sua pátria (PEDERIVA, 2015, p. 137).

O nacionalismo patriótico propagado pela mídia no anúncio visa à construção de uma identidade nacional, o culto à bandeira, o compromisso com a nação, para inculcar no povo a unidade nacional e assim combater quaisquer movimentos contrários à manutenção do regime ditatorial. O pertencimento é um processo de reconhecimento e não se faz sozinho, conforme destaca Pesavento (2005, p. 51):

Para a elaboração identitária, que cria o sentimento partilhado de pertencer a um grupo dado, as identificações se dão a partir do defrontamento com o outro, identificações de reconhecimento estas que podem ou não guardar relações de proximidade com o real. As representações de identidade são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação à alteridade.

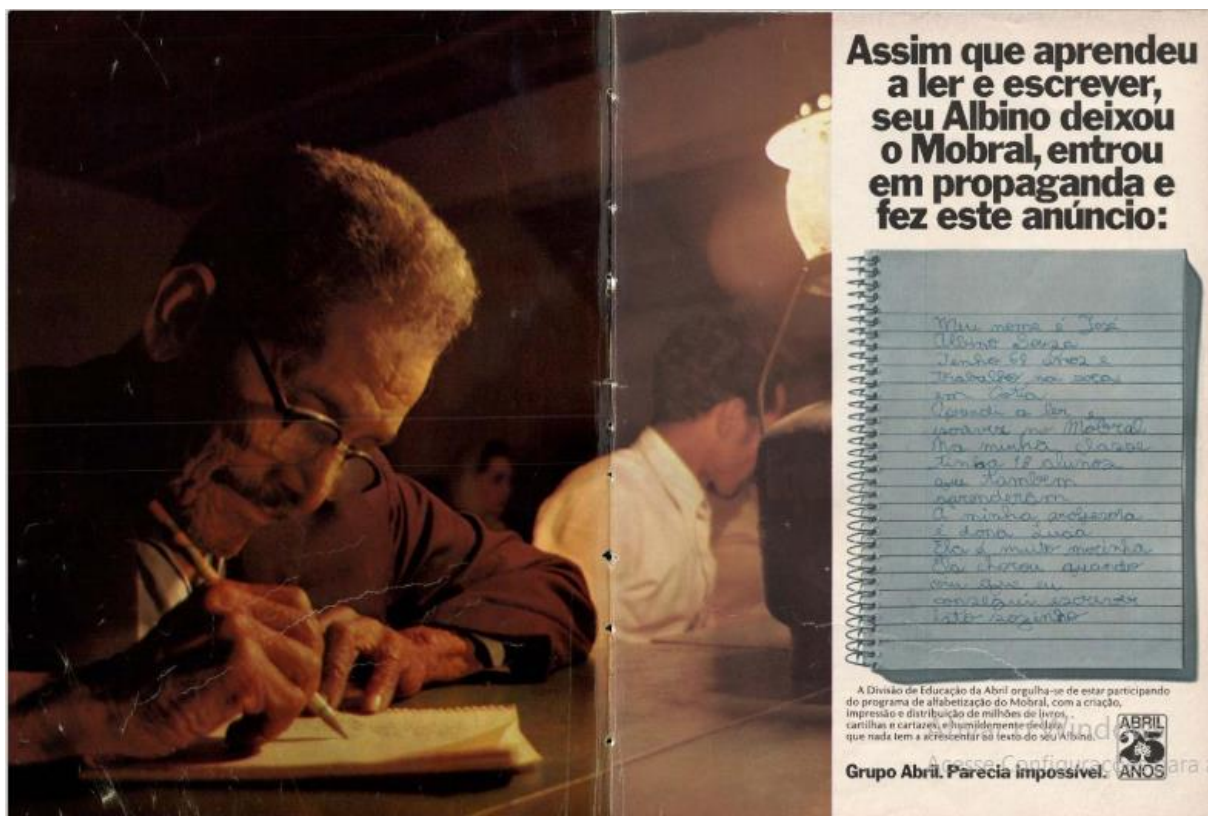
Dessa forma, o sentimento de pertencimento à nação é constituído através dos elementos patrióticos, o civismo, a unidade comunitária, que são os atributos e valores que compõem a identidade nacional. Nota-se ainda que o texto reforça a ideia do adulto analfabeto como alguém dependente, que somente através do conhecimento se tornará produtivo. O anúncio apresenta um jogo de luz que enfatiza a oposição luz e trevas como sinônimo de aprendizado e ignorância. De um lado, a mão do adulto, negro, numa tomada colorida e iluminada; do outro, uma imagem indefinida, mergulhada na escuridão.

A pintura do adulto em processo de alfabetização se assemelha com os traços descoordenados de uma criança, ainda que o trabalho na vida adulta em determinadas funções exija coordenação motora fina. Logo, o analfabeto não sabe pintar, os traços são malfeitos, como se fosse um projeto desleixado. A mão demonstra ser de um negro, aponta para a ideia de que estes comporiam o grupo de pessoas que não saberiam ler, portanto, o Mobral não parece se destinar a pessoas brancas.

Por fim, o sucesso do projeto é resultado de uma combinação de alianças do Governo com a sociedade e os empresários. A logo da Editora Abril aparece em igual proporção à do Mobral, associando a imagem de ambos no sentido de promover a fixação do sucesso do projeto com o sucesso da empresa.

O próximo anúncio é do ano em que se encerra o recorte da pesquisa a essa categoria, sendo veiculado na edição nº 341, de 19/03/1975.

Imagem 19: Seu Albino deixou o Mobral



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 341, 19/03/1975.

Texto: Assim que aprendeu a ler e escrever, seu Albino deixou o Mobral, entrou em propaganda e fez este anúncio.

Meu nome é José Albino Sousa, tenho 68 anos e trabalho na roça em Cotia. Aprendi a ler e escrever no Mobral. Na minha classe tinha 18 alunos que também aprenderam. A minha professorara é a dona Lucia. Ela é muito mocinha. Ela chorou quando viu que eu consegui escrever isto sozinho.

A Divisão de Educação da Abril orgulha-se de estar participando do programa de alfabetização do Mobral, com a criação, impressão e distribuição de milhões de livros, cartilhas e cartazes, e humildemente declara que nada tem a acrescentar ao texto do seu Albino.

O texto do suposto aluno destaca a importância do Mobral para sua vida. Embora o projeto tivesse foco em classes urbanas, vem de um contexto de educação rural. Ele destaca que não só ele, mas outros 18 colegas também aprenderam. A identificação da professora reforça a ideia de docência como responsabilidade e dom femininos, algo de aspecto maternal: ela se emocionou e é mocinha, ou seja, é uma mulher jovem e emotiva, frágil.

O Grupo Abril demonstra aqui duas posturas. Primeiro, depois de alfabetizado, o adulto recebe seu respeito, não há nada a acrescentar às suas ideias. Segundo, o grupo se mostra orgulhoso de cumprir uma tarefa que “parecia impossível”, ressaltando a

grandiosidade do Mobral. Vale destacar que a Editora Abril não ocupa um papel qualquer na execução do projeto, conforme aponta Pederiva (2015, p. 32):

Vale ressaltar que o material didático produzido não foi elaborado pela equipe técnica do MOBREAL, tampouco por educadores. A edição e impressão foram realizadas por três empresas privadas: a Abril Cultural S.A., a Bloch Editores S.A. e a Gráfica Editora Primor S.A. Todas as editoras produziam os livros para atender aos mesmos propósitos, a alfabetização de adultos advindos de estratos sociais menos abastados. Uma vez que significativa parte dos recursos financeiros do programa era destinada ao material didático, havia grande concorrência entre as editoras (PEDERIVA, 2015, p. 32).

A Abril, juntamente com outras duas empresas, concentrava o monopólio da produção didática do Mobral. Logo, essas propagandas demonstram o interesse da editora em se mostrar parte do progresso do País pela confecção dos livros utilizados nas classes de alfabetização. Ora, se nas propagandas encontram-se expressões que menosprezam a capacidade intelectual dos alfabetizandos, pode-se concluir que o mesmo imperava nos materiais didáticos.

O público-alvo do Mobral é caracterizado pela imagem como sendo homens, de aparência envelhecida. O autor do texto afirma ter 68 anos, não é possível identificar sua cor com clareza, mas ele não é branco, o que reforça a construção de um estereótipo de público do Mobral: homem, velho e provavelmente de cor negra ou parda. A mulher aqui aparece somente como professora, como se não houvesse mulheres analfabetas, ou, caso existissem, esse espaço de aprendizado não era dedicado a elas.

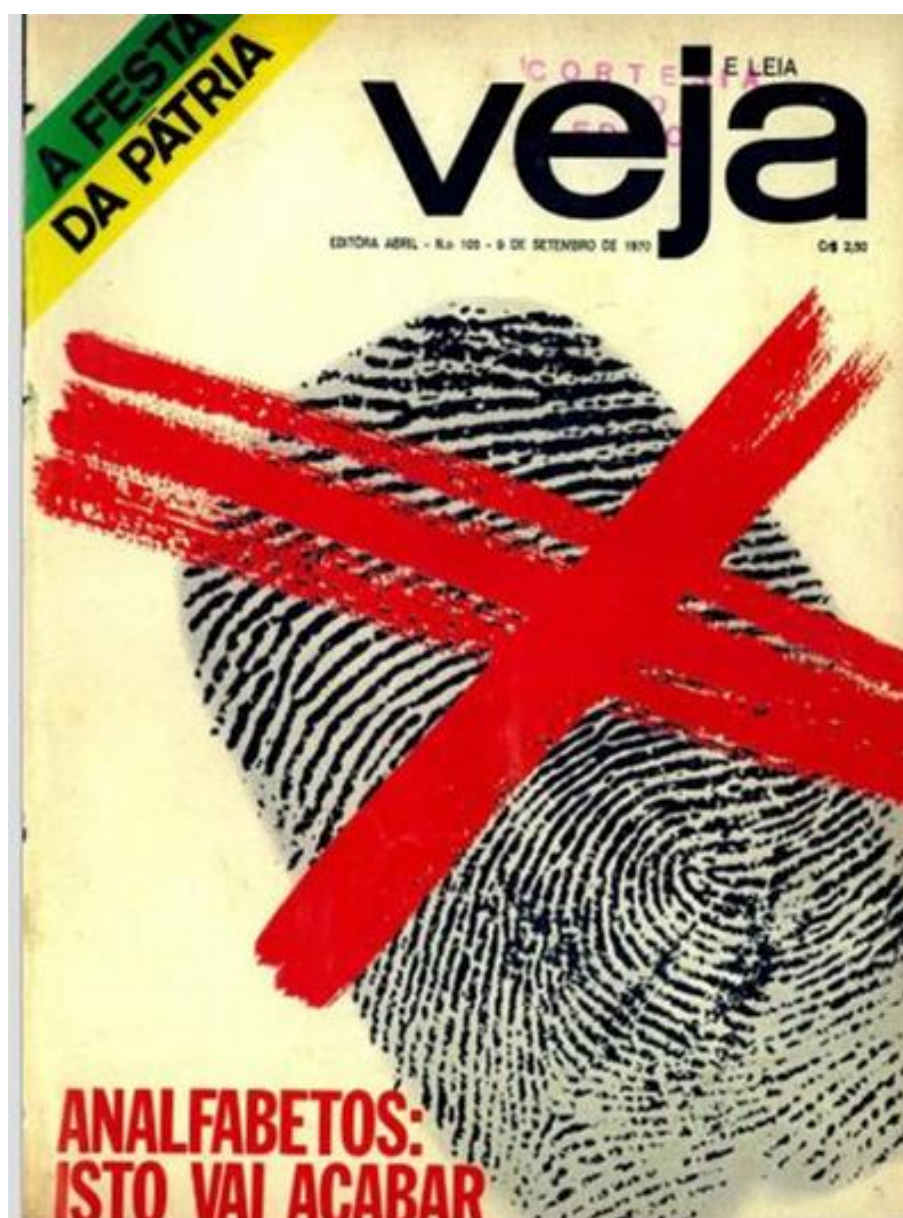
Por fim, podem ser percebidos neste anúncio outros elementos, presentes em outras propagandas, como a presença do lampião somada à ideia do adulto que lê e escreve como um ser iluminado pelo conhecimento.

### **3.4. “Analfabetos: isto vai acabar”: o Mobral nas capas da *Revista Veja***

Aqui se apresenta a categoria de anúncios compostos pelas capas da revista que demonstram uma representação do que seria o Mobral. As capas foram escolhidas por ser também um tipo de propaganda, pois, conforme já foi registrado sobre as relações da ditadura militar com esse meio de comunicação, foram criadas com as mesmas propriedades dos anúncios. Além disso, apresentam um papel de destaque nas bancas de revista, uma forma de divulgar o projeto, uma vez que se atribui à capa a responsabilidade de vender o produto, num contexto em que as assinaturas eram uma novidade.

A imagem 20 foi divulgada em setembro de 1970, na edição nº 109, 09/09/1970, ou seja, no primeiro ano do Mobral. A primeira capa destaca, por meio de uma extensa digital, um “X”, indicando o fim do registro do próprio nome em forma de carimbo do polegar usada por analfabetos. A capa traz ainda, no canto superior da esquerda, de forma harmônica, um anúncio em verde e amarelo anunciando a Festa da Pátria, data em que se comemora a Independência do Brasil. Um arranjo que parece comemorar, duplamente, a pátria da ordem e progresso e o fim do analfabetismo.

Imagem 20: Analfabetos: isto vai acabar



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 109, 09/09/1970

Durante a ditadura militar, a frase “Ou o Brasil acaba com as saúvas ou as saúvas acabam com o Brasil”<sup>29</sup> foi amplamente utilizada, dando enfoque aos insetos que cortavam as folhas das plantações de forma rápida e precisa. Como metáfora, essa chamada se referia aos considerados inimigos do governo, a juventude, políticos, artistas e outras ‘formigas’ que se rebelavam contra a ditadura militar. A chamada, anunciando o fim da condição de analfabetos, parece indicar que esse tipo de pessoa vai acabar, tal como é possível acabar com objetos, animais, pragas, doenças, ou mesmo com as famosas formigas saúvas. A metáfora das formigas também se alinha com o projeto de sociedade, no qual cada indivíduo reconhece sua função, trabalhando de forma harmônica e organizada.

Ao contrário da maioria das propagandas, que é em preto e branco, por ser uma capa, essa é colorida. Como a imagem da impressão digital é recorrente nos anúncios, a ênfase da cor vermelha demonstra uma tentativa de gravar essa imagem, como se toda vez que o símbolo do Mobral fosse visto seria lembrada essa cor. O “X” adquire um caráter de proibição, de eliminação, reforçando a negatividade em torno desse tipo de assinatura, remetendo à ideia de vergonha da nação, exatamente numa edição que celebra o nacionalismo do País posto na independência. No dia da “festa da pátria”, a proposta é livrar o País daquilo que atrapalha seu desenvolvimento.

Percebe-se aqui o prenúncio de vários elementos que estariam presentes em outras propagandas, tendo em vista que essa capa é da primeira edição. Além de uma reportagem especial destinada ao lançamento do Mobral. É a partir dessa edição que se passa a encontrar anúncios destinados à promoção do projeto. As propagandas e reportagens veiculadas na revista descrevem o Brasil da ditadura militar, o País do Mobral, conforme afirma Thompson (2009, p. 106)

A mídia não se preocupa apenas em descrever o mundo social que poderia, como pôde continuar o mesmo sem ela. A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos, que poderiam não ter existido em sua ausência.

A mídia impressa da *Veja* apresenta o imaginário da ditadura a respeito do analfabetismo, sendo esse o responsável pela situação problemática da economia brasileira. As propagandas reforçam elementos do discurso ditatorial, como o civismo, o culto à pátria, o

---

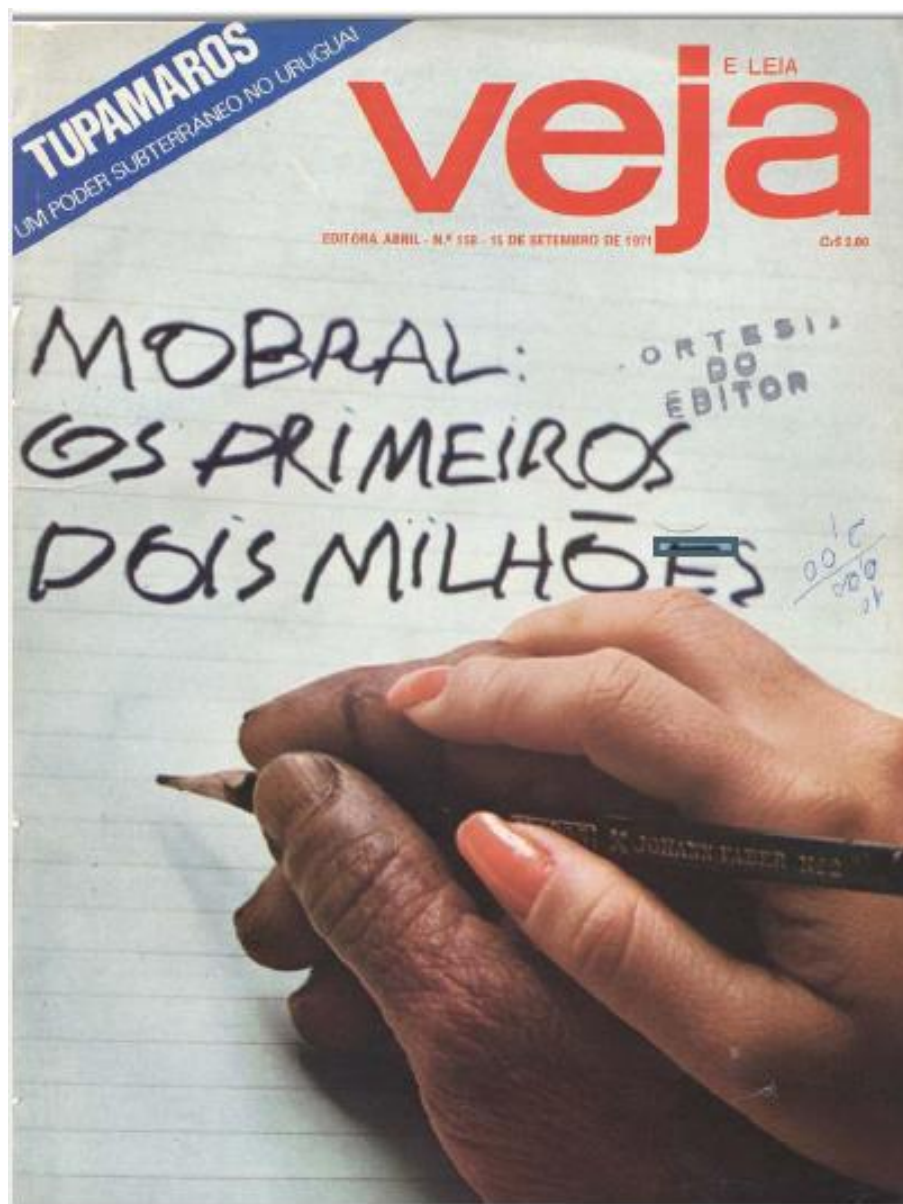
<sup>29</sup> Frase comumente atribuída ao botânico e naturalista francês Auguste de Sant-Hilaire que viveu no Brasil no início do século XIX e citada pelo personagem principal de Lima Barreto na obra “O triste fim de Policarpo Quaresma”.

caráter messiânico das ações humanas, a responsabilidade individual. Nesse sentido, os anúncios constituem elementos influenciadores da memória social.

Para Burke (2011), as memórias são constituídas a partir de elementos de organização social e pelos meios de comunicação utilizados. De modo que as propagandas contribuem para a fixação do Mobral enquanto proposta educacional destinada ao público adulto, um projeto grandioso. Embora a *Veja* seja uma revista destinada a um público específico, seu discurso se propaga pela extensão do conteúdo simbólico, reproduzido muitas vezes por alguém que sequer leu o anúncio, mas reproduziu a partir das relações sociais que estabelece com aqueles que consomem a publicação.

A segunda e última capa dedicada ao Mobral (Imagem 21), publicada na edição nº 158, em 15/09/1971, reforça dois estereótipos: o do aluno típico do projeto e do papel da mulher enquanto figura docente. O aluno do Mobral, de acordo com a imagem, seria o homem, de pele negra e com marcas de rugas, indicando velhice. Sua escrita seria descoordenada, de grafia malfeita, mesmo quando sob a supervisão e cuidado da professora.

Imagem 21: Os primeiros dois milhões



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 158, 15/09/1971.

A composição da capa é baseada na imagem da mão delicada e feminina, pintada com esmalte de cor leve, o que demonstra uma vaidade pueril, afinal, uma mulher de respeito nesse contexto não usaria cores vulgares. A mão da professora segura a do aluno com uma leveza maternal, reforçando a visão da carreira docente como algo destinado às mulheres, que seriam naturalmente amorosas, como mãe dos seus alunos.

Enquanto a primeira capa evidencia a vinda do Mobral, a segunda apresenta seus resultados, um milhão de alunos alfabetizados por ano. Assim, a venda da revista estaria pautada na venda do sucesso do Mobral enquanto projeto de nação. Tal imagem reforça o

preconceito contra o analfabeto, o qual também é associado à etnia de cor negra. O negro aqui já é estigmatizado pela escravidão. Ao ser comparado com os termos associados ao analfabetismo, decai ainda mais na sociedade, numa condição marginalizada: não lê, não se comunica, não compra e não trabalha.

### **3.5 A derrota da ignorância e a festa do ABC: as reportagens publicitárias**

Essa categoria se caracteriza por apresentar outra forma de publicidade do Mobral na *Revista Veja*. Entende-se as reportagens apresentadas aqui como outra forma de promover o programa: a própria Editora Abril e seus agentes, políticos e econômicos, destacando o papel redentor da educação no contexto da ditadura militar. Enquanto que nas propagandas as características são interpretadas a partir da leitura da imagem, de sua composição de cor ou não, do efeito de luz, a reportagem é avaliada pelo texto escrito, de modo direto, com uma objetividade maior do que os anúncios.

A primeira reportagem faz uma introdução do Movimento Brasileiro de Alfabetização, intitulada “A Derrota da Ignorância: O Brasil começa a vencer o inimigo”, na edição nº 105, em 09/09/1970, com sete páginas, sendo a mais extensa sobre a temática. Composta por fotos e elementos gráficos, o tema central da reportagem é a preocupação com o alto índice de analfabetismo e o caráter redentor do projeto, através do qual seria capaz de transformar o País num país próspero.

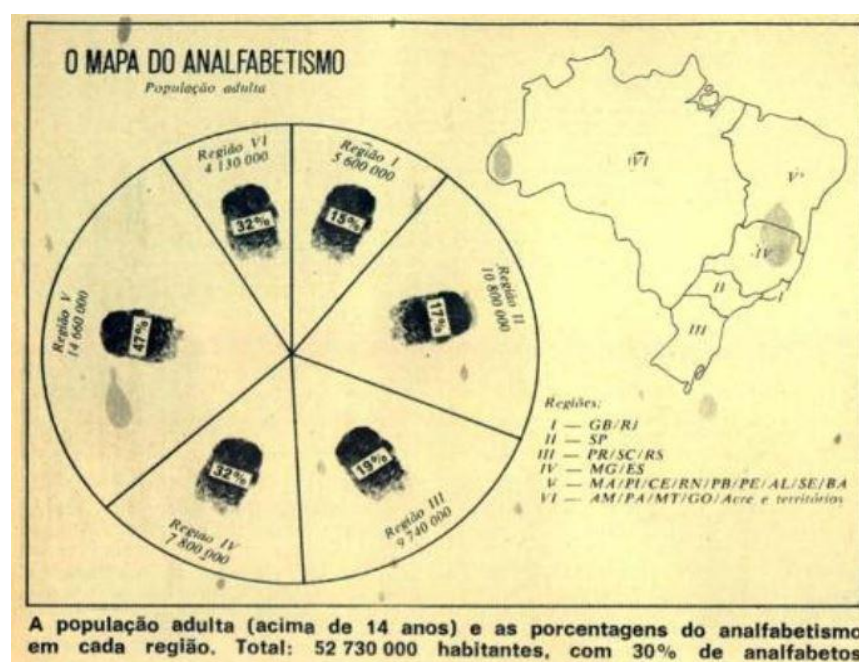
O texto da reportagem é entrecortado por muitas imagens, todas em preto e branco. Há depoimentos sobre a organização do projeto do Pe. Luiz Spotorno, Mário Henrique Simonsen, ministro Jarbas Passarinho, e outros servidores do Estado e colaboradores ligados à execução do projeto, incluindo um aluno das classes do Mobral. O militar Jarbas Passarinho foi governador do Estado do Pará, ministro da Educação, da Justiça, da Previdência Social e do Trabalho, além de presidente do Senado Federal. Segundo Paiva (2003), ele estava à frente do Ministério da Educação quando o Mobral foi instituído, e testemunhou na CPI instaurada em 1975, sendo o projeto criado num “ato de extrema ousadia” perante o problema do analfabetismo.

Mário Henrique Simonsen foi o primeiro presidente do Mobral, era engenheiro, economicista e professor, deixou a diretoria do projeto para assumir o cargo de ministro da Fazenda. Segundo Paiva (2003, p. 379), ele via no Mobral não o acolhimento aos velhinhos, mas um “princípio de economicidade e rentabilidade”. O Pe. Luiz Spotorno foi ex-funcionário do MEB e do Projeto Rondon, destinado ao trabalho com estudantes com a finalidade de

controle ideológico. Foi afastado do Mobral em 1972, por divergências com Simonsen, que, segundo Paiva (2003), estariam relacionadas à utilização de recursos do projeto.

Na reportagem, são apresentadas as dificuldades do início dos trabalhos, como a comunicação com os municípios parceiros, a captação de alunos, os recursos para execução do projeto, destacando que a alfabetização não seria uma responsabilidade única do governo. A reportagem gira em torno da expectativa de sucesso do Mobral, que libertaria as pessoas da sua ignorância e da sua situação de pobreza, conforme gráfico presente na Imagem 22.

Imagem 22: Mapa do analfabetismo



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 105, 09/09/1970.

Legenda: A população adulta (acima de 12 anos) e as porcentagens do analfabetismo em cada região. Total: 52 730 000 habitantes, com 30% de analfabetos.

O gráfico apresenta a situação do analfabetismo no Brasil, ressaltando a urgência do projeto. Observa-se que a divisão política do mapa, à direita, se difere da de uso convencional, isola o Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, sendo que este não é mais o distrito federal, pois a transferência da sede do governo aconteceu em 1961, com a inauguração de Brasília. O Centro-Oeste se junta à parte do Norte, e o Sudeste se divide em duas partes. Embora o Nordeste seja a menor região, é a que apresenta o maior índice de analfabetismo, de modo que há de se questionar se existe uma relação entre a região mais populosa e a de maior indicativo de analfabetos.

A entrevista com o aluno Arnaldo mostra sua trajetória: ele saiu do interior da Bahia para morar em São Paulo, onde constituiu família com quatro filhos. Ao ser questionado sobre

o que faria se soubesse ler, ele afirma ser pobre até de letras e diz: “Eu procurava um bom emprego, que me fizesse outro homem, com menores precisões. Mas não sei se eu compraria livros e jornais. Não sei se vou gostar de ler. Não sei qual a finalidade dessas coisas. Quem nunca leu não sabe dessas coisas” (VEJA, 1970, p. 45).

A figura de Arnaldo reforça o estereótipo do adulto analfabeto, migrante, que além de não saber ler e não se sentir participante desse mundo de leitura desconhece direitos sociais como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, não sabe conferir o próprio salário e nem entende as notícias que ouve no rádio. Coloca na alfabetização um aspecto redentor, pois, para ele, “a leitura vale em tudo e por tudo, quando a gente procura emprego. Que outro problema maior que esse para um homem como eu?” (VEJA, 1970, p. 45). Por fim, o entrevistado afirma que se soubesse ler seria outra pessoa, teria outro tipo de vida, pois transitaria no mundo da escrita, ao preencher fichas, escrever cartas e assinar o próprio nome.

Esses argumentos presentes na reportagem reforçam de forma literal o argumento de responsabilidade individual posto pelo projeto, conforme Paiva (2002, p. 324):

Quanto a orientação do material didático produzido para o movimento, ela é bem clara. Associa-se o incentivo ao esforço individual para vencer na vida ao estímulo à adaptação a padrões de vida modernos. Observa-se a preocupação em propiciar a elevação das aspirações dos alfabetizandos, levando até eles o conhecimento de novas possibilidades de consumo. (PAIVA, 2003 p. 324)

O esforço individual está presente também no encerramento da matéria, no depoimento da professora Nancy Puhmann de Girolano, diretora da instituição beneficente Nosso Lar, destinada ao acolhimento de migrantes favelados<sup>30</sup> em São Paulo. Desses, 90% eram nordestinos, para os quais a alfabetização seria imprescindível, não por questão de provar a inteligência, mas por libertar o analfabeto da angústia de não poder participar do mundo letrado, tirando-o da condição de frustração e marginalidade, fazendo-o inclusive abandonar a favela após aprender a ler.

A segunda reportagem, publicada em 28/10/1970, na edição de número 112, intitula-se “Primeiras vitórias” e apresenta uma imagem central e texto distribuído em pouco mais de duas colunas, dividindo a página com uma notícia sobre vestibulares. A reportagem se inicia destacando valores investidos para celebrar convênio com mais de 600 municípios e alfabetizar mais de 500 mil adultos e apresenta um panorama de como andam as atividades do projeto, desde sua sede no Estado da Guanabara, no Rio de Janeiro, passando por capitais do

---

<sup>30</sup>Termo utilizado na reportagem.

Nordeste, do Sul e Sudeste. Demonstra a necessidade que o governo militar tinha de mostrar o quanto seu projeto de sociedade estava a crescer e dar certo, tendo em vista que:

O Mobral foi montado como uma peça importante na estratégia de fortalecimento do regime, que buscou ampliar suas bases sociais de legitimidade junto às classes médias. Pelo seu caráter ostensivo de campanha de massa, o Mobral deve ser visto como um dos “programas de impacto do Governo Médici” (PAIVA, 2003 p. 337).

Percebe-se aqui a busca pela legitimidade não somente política, mas também moral, pois o encerramento do texto dá destaque à classe da freira Irmã Celina, que sai de seu lugar seguro até os “baixos meretrícios” da cidade satélite de Planaltina para ensinar 26 prostitutas, sendo escoltada para preservar sua segurança. Esse destaque, para o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, acabaria por santificar a população através das classes do Mobral.

Imagem 23: Primeiras vitórias



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 112, 28/10/1970.

Legenda: Irmã Celina e as respeitosas alunas de Planaltina: uma vitória do Mobral.

Observa-se na imagem que há mulheres jovens e de aparência envelhecida. Embora o a legenda da foto afirme que as alunas eram oriundas de uma casa de prostituição, elas são destacadas como “respeitosas”, um valor ambíguo com o predominante no contexto, uma vez que os militares pregavam o culto à pátria, à moral e à religião.

A terceira reportagem, publicada em 02/12/1970, na edição de número 117, tem por título “Os convocados”. O assunto central é o lançamento da campanha de captação de recursos para o projeto, em um jantar promovido pela Editora Abril Cultural, no qual, o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, conseguiu conquistar a simpatia dos empresários convidados para o evento. O ministro destacou que a alfabetização não poderia ser apenas problema do governo, repetindo argumentos presentes na primeira reportagem sobre o Mobral.

A reportagem destaca que o apoio financeiro do empresariado é fundamental para a execução das atividades do projeto, sendo um investimento no futuro da nação e não um sacrifício oneroso. Essa reportagem, que aparece entre edições em que as propagandas das categorias convocatórias e parcerias são publicadas, reforça a necessidade do investimento do empresariado. Essas doações seriam uma ajuda complementada pelas contribuições da Loteria Esportiva a partir do ano de 1971. É uma reportagem curta, de duas colunas, que se encerra com uma foto do evento.

Imagem 24: Os convocados



Legenda: Delfim Netto (à esquerda), Victor Civita, Velloso e Simonsen ouvem Passarinho

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 117, 02/12/1970.

Na imagem acima observa-se na composição da mesa que Victor Civita está entre os responsáveis pelo Mobral, junto com o ministro da Fazenda, Delfim Netto. Tal imagem leva a questionar que tipo de relação tinha o diretor e fundador do Grupo Abril com os

representantes da ditadura. Se nos anúncios percebemos a autopromoção do Grupo via logotipo, tem-se aqui uma expressão das relações políticas implicadas nessa trajetória.

A reportagem deixa claro que a reunião registrada acima foi promovida pelo grupo, que recebia valores para publicação de material didático. Larangeira (2014) destaca que o governo despendia 36% de sua receita para publicidade, logo, Civita se beneficiava duplamente com relação ao Mobral.

A quarta reportagem é da edição número 120, publicada em 23/12/1970, com o título de “Formando 9.000”. A reportagem destaca a participação do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, na primeira turma de formandos do Mobral, que celebrava a marca alcançada de nove mil alfabetizados. Como exemplo de abertura, traz o senhor Raimundo Nonato, que passaria a assinar o próprio nome nas folhas de contracheque ao invés do polegar carimbado.

Após 100 dias de campanha, o Mobral estava celebrando sua primeira turma, que possibilitou pessoas a aprenderem o próprio nome após um curso de quatro meses de duração. Para os que frequentavam as turmas, seria distribuído um novo livro de leitura, com o título Viva Melhor, com o objetivo de despertar os novos leitores para as possibilidades que estavam se abrindo a suas vidas a partir da leitura. A reportagem é sucinta, apenas uma coluna, sem imagens, e se encerra destacando que o índice de permanência dos estudantes do Mobral supera os da educação de crianças, totalizando 78% de alunos concluintes.

A quinta reportagem, “A festa popular do ABC”, publicada em 23/06/1971, na edição de número 146, dá ênfase à entrega de certificados aos concluintes do Mobral no município de Andradina, São Paulo, uma ocasião comparada a festa pelo prefeito. A reportagem tem três páginas, é composta por fotos e uma entrevista.

Imagem 25: A festa popular do ABC



Em Andradina, SP: professores discutem a segunda fase da alfabetização — madureza do primário — que dará a Marily Lopes (à dir., entre as filhas), um dos 300 000 alfabetizados, algo mais que um diploma

Legenda: Em Andradina, SP: professores discutem a segunda fase da alfabetização – madureza do primário – que dará a Marily Lopes (à dir., entre as filhas), um dos 300.000 alfabetizados, algo mais que um diploma

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 146, 23/06/1971.

Na introdução da reportagem, o sucesso do Mobral é um destaque de como esse estaria adiantado com relação a suas metas, porém, não seria um “remédio suficiente forte para expurgar o mal por completo” (VEJA, 1971, p. 42), o mal do analfabetismo nesse caso. O termo expurgar é destinado à limpeza de sentido médico, destinado a doenças e processos infecciosos. Além disso, o termo tem sentido também de promover a purificação de erros, de doutrinas perniciosas, em conveniência com os princípios da Igreja Católica ou, neste caso, ao governo militar, reforçando a ideia de analfabetismo como praga, doença e que precisa ser eliminado do País.

A reportagem dá espaço à preocupação da continuidade da formação desses sujeitos recém-alfabetizados, que deveriam ser encaminhados para cursos de qualificação profissional. O coordenador do Mobral em São Paulo, Tibiriçá Botelho Filho, destaca que o projeto educativo se integrava diretamente ao desenvolvimento global da sociedade, ressaltando que o País carecia de mão de obra qualificada e produtiva a fim de atender os setores agropecuários e industriais.

A reportagem ainda destaca o uso de jornais e revistas nas classes de alfabetização, para atender os educandos de forma contextualizada com os acontecimentos, além de chamar atenção ao problema da evasão, que, segundo o texto, seria por questões econômicas, ou porque as empresas não liberavam os alunos, ou porque esses se viam tentados a fazer mais horas extras e deixavam as classes.

A matéria também apresenta casos de sucesso como Severino e Joaquim. O primeiro arrumou um emprego melhor, com direito ao Fundo de Garantia e INPS, passou a ter folga nos finais de semana e a receber um salário mínimo. O segundo, apesar de afirmar que o dinheiro continua o mesmo, sente-se melhor só por não assinar mais carimbando o dedo e ambiciona ter um serviço melhor, “mais leve”, a partir da leitura.

A reportagem de três páginas se encerra reforçando como o Mobral é uma festa, que se as pessoas tivessem dimensão disso, não seria preciso que o prefeito de Andradina ameaçasse demitir os servidores municipais analfabetos que não aderissem ao Mobral e passassem a ler em três meses. Por fim, são mencionadas as músicas que são compostas e tocadas nas rádios, a fim de chamar mais pessoas a participarem do projeto.

Percebe-se aqui que a adesão ao projeto era feita não só pela empatia, mas, na falta desta, pela coerção, pelo medo. Tal como em Andradina, pode ser que em muitas outras localidades adultos e voluntários tenham sido coagidos a aderir ao projeto. Cabe questionar se essa não seria mais uma face autoritária do projeto, conforme Monteiro (2014, p. 114) aponta:

Em outras palavras, pode-se argumentar, diante da compreensão ora apresentada nesta pesquisa, que o MOBREAL não deu certo em Santos porque a população da cidade não precisava dele, tendo executado por obrigação e imposição da época concernente ao regime militar.

Evidenciando que a adesão ao projeto era autoritária tanto do ponto de vista do Estado, na figura do gestor, quanto no convencimento dos alunos.

A sexta reportagem, publicada na edição de número 150, em 21/07/1971, com o título “O fim do Mobral”, apresenta um texto pequeno, uma coluna e meia, e uma imagem. O conteúdo desta destaca o debate promovido pela Editora Abril, em parceria com a direção do projeto, com vistas a articular as atividades do Mobral com as prefeituras e secretarias de Educação.

O grande problema seria conter a evasão de jovens e crianças do sistema formal de ensino e diminuir a idade de atendimento do Mobral de 14 para oito anos. Assim, combateria o analfabetismo direto da fonte, e atendendo um público que mais tarde faria parte do projeto. Os secretários das regiões Norte e Nordeste do País se mostraram adeptos da proposta, pois tinha piores condições de custear a formação de suas crianças.

Por fim, a reportagem se encerra afirmando que todos concordavam que um novo plano seria necessário para atuar sobre a “raiz do analfabetismo”, tendo em vista que o Mobral não se perpetuaria no País. Percebe-se que o termo raiz compara a situação dos analfabetos a uma erva-daninha, uma árvore ou arbusto defeituoso que precisa ser eliminado em sua fonte. Imagem

26: Reunião de secretários na sede da Editora Abril



**Secretários reunidos com o Mobral na sede da Abril: acabar com o mal na raiz**

Legenda: Secretários reunidos com o Mobral na sede da Abril: acabar com o mal na raiz

Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 150, 21/07/1970.

Destaca-se que a atividade acontece na sede da Abril, mais uma vez colocando em evidência o grupo enquanto colaborador, quase um braço do governo militar, promovendo eventos, anúncios, sendo subsidiado para autopromover-se.

A sétima reportagem que compõe essa categoria foi publicada em 19/07/1972, na edição número 202, intitulada “Os Práticos”. O centro da reportagem é a reunião turbulenta realizada em Curitiba para discutir a reforma do ensino. O Mobral aparece enquanto sistema de educação permanente, que além de atender adultos atenderia também crianças e adolescentes, sendo citado em apenas um parágrafo.

A oitava reportagem, da edição número 204, datada em 02/08/1972, “O Mobral, épico e técnico”, trata da troca da secretaria executiva do projeto, antes comandada pelo Pe. Luiz Spotorno, que seria substituído por Arlindo Lopes Corrêa. Apesar das reprovações e deserções, a avaliação do projeto é satisfatória, com o objetivo de promover a formação profissional através de convênios com o SENAI e o SENAC.

A reportagem é composta por fotos e uma entrevista com Lopes Corrêa, que afirma que o Mobral continuará sendo um grande instrumento de educação supletiva, combatendo a evasão e ampliando a capacidade de matrícula e aproveitamento qualitativo. O curso, antes com apenas cinco meses, teria mais um mês acrescido, para diminuir os índices de reprovação.

Imagem 27: O Mobral, épico e técnico: Arlindo Corrêa



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 204, 02/08/1972.

A figura de Arlindo Lopes Corrêa é central na história do Mobral. Desde o início do programa, ele ocupou cargos de gestão no processo de consolidação do projeto, chegando a se tornar diretor da Fundação, segundo Paiva (2003, p. 352):

O engenheiro Arlindo Lopes Corrêa era a pessoa indicada para cumprir essa tarefa política. Tratava-se de provar de alguma maneira que o governo militar, ao criar o Mobral e lançar no programa enorme quantidade de recursos, não havia agido de maneira irresponsável ou improvisada. Que, ao contrário, o Mobral era produto de uma visão articulada do problema educacional e que seus objetivos não eram meramente político-ideológicos. Havia que justificar “tecnicamente” o desacerto técnico do programa, porque a falta dessa justificação terminava por atingi-lo politicamente.

Por isso, não é de se estranhar que em entrevistas, declarações e em outras, esse era o rosto político do Mobral, um de seus maiores defensores. Ao ser questionado quanto à sobrevivência do Mobral após o ano de 1980, Lopes Correa afirma que a meta para esse prazo era reduzir o analfabetismo ao índice de 5%, um limite ao qual nenhum país conseguiria transpor, porém o tempo de atuação do projeto seria indefinido, tendo em vista o objetivo de sempre elevar a escolarização do País, pautado no conceito de educação permanente e funcional.

Por fim, a reportagem encerra-se com Lopes Corrêa solicitando que todos façam o possível para ajudar o Mobral, pois esta precisa de todos os tipos de especialistas para planejar e executar as suas ações e assim resgatar o “homem brasileiro, esquecido e imerso no analfabetismo”. Nas palavras dele, é como se nunca houvesse nenhum tipo de assistência aos adultos não escolarizados, e que o Mobral fosse o único capaz de preparar essa sociedade do futuro.

A nona reportagem, publicada em 13/09/1972, na edição número 210, com o título “Quase 4 milhões”, é sucinta, tem apenas uma coluna com seis parágrafos. Seu conteúdo dá destaque ao segundo aniversário do Mobral, comemorado na cidade de Santo André – São Paulo. Na ocasião, 15 alfabetizados foram escolhidos para receber o diploma das mãos do ministro Jarbas Passarinho, dentre eles uma médica italiana que aprendeu português através do Mobral.

No mesmo dia, Mário Henrique Simonsen, presidente da Fundação Mobral, recebia da UNESCO, em Paris, menção honrosa do Prêmio Reza Pahlavi<sup>31</sup>, reconhecendo as ações do Mobral, um fato que, segundo Passarinho, invalidava todas as críticas ao projeto.

A décima reportagem sobre o Mobral, que foi publicada em 13/06/1973, na edição número 249, sob o título “Mobral Cultural”, apresenta uma coluna e meia dedicada ao projeto, com foco a oferecer material de leitura aos alunos e egressos do programa. A reportagem é ilustrada por uma foto do secretário executivo Arlindo Lopes Correa, e destaca a celebração de convênios para lançar um concurso nacional de obras literárias.

Segundo o texto, a iniciativa partiu da escuta dos “mobralenses” acerca dos temas de interesse desses. O concurso pretendia custear a tiragem de 100 mil exemplares, número expressivo alcançado apenas por grandes escritores, como Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos. Os exemplares seriam entregues aos formandos concluintes do Mobral.

A décima primeira reportagem, publicada em 07/11/1973, na edição de número 270, sob o título de “O Prêmio Mobral”, traz um feedback da reportagem anterior, em duas colunas de meia página, de forma objetiva. Ela apresenta o resultado do concurso de livros, como candidatos foram desclassificados por não atingir a meta de páginas e que critérios foram utilizados na premiação dos cinco finalistas. O resultado foi considerado pequeno diante do alto investimento da promoção, de modo que outros concursos do mesmo tipo foram descartados dos planos.

---

<sup>31</sup> A reportagem não cita o nome do prêmio, essa informação foi encontrada na pesquisa de Silva (2012).

A próxima reportagem aparece quase dois anos depois da última publicação, em 09/04/1975, na edição de número 344, com o título “Mobral vitorioso”, e retrata a luta do programa contra os sistemas regulares de ensino na tentativa de “erradicar de uma vez o analfabetismo entre a população adulta do País” (VEJA, 1975). Técnicos da UNESCO e das Nações Unidas argumentaram quanto às deficiências do método de ensino do Mobral.

A reportagem afirma que, em cinco anos, o Mobral ensinou seis milhões e meio de pessoas a ler, além de distribuir pelo País milhões de materiais didáticos de qualidade. Diante dessa projeção, os técnicos do projeto afirmam que não haveria mais analfabetos em 1980, data prevista para encerrar as atividades. A reportagem se encerra justificando a existência do programa Mobral Juvenil, como estratégia de atender aqueles que evadiam do sistema regular de ensino, usando argumentos de Arlindo Lopes Corrêa.

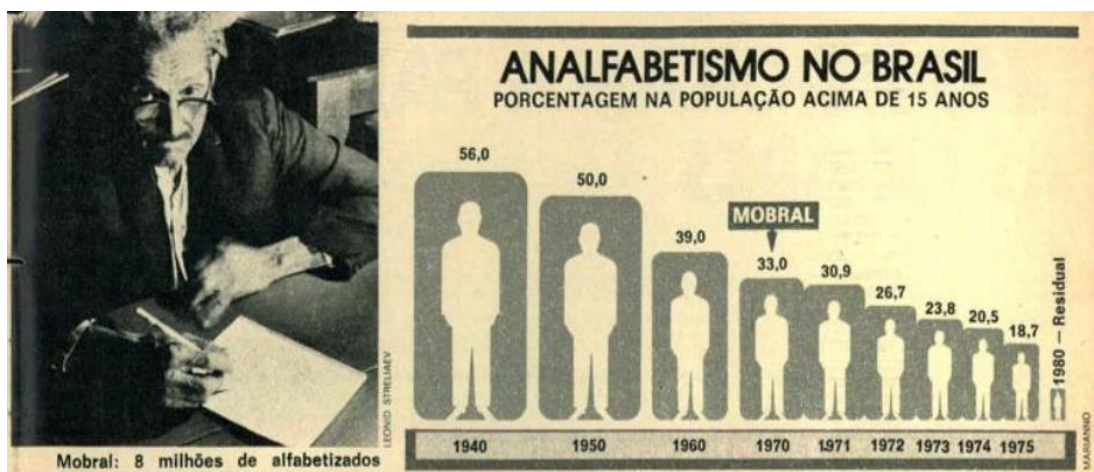
A penúltima reportagem que compõe essa categoria foi publicada na edição número 368, de 24/09/1975, sob o título “Mobral no Senado”, e apresenta os desafios que o projeto enfrentou nos seus cinco anos de existência, como a dificuldade em recrutar alunos, professores, captar recursos, críticas quanto ao método, e, por último, o atendimento de crianças por conta da ampliação da faixa etária de atuação.

Diante disso, foi criada a CPI do Mobral, para investigar a celebração de convênios destinados ao atendimento dos excedentes da escola primária. Porém, a direção do programa, principalmente na pessoa do ministro da Educação, Ney Braga, e o presidente do programa, Arlindo Lopes Corrêa, mostravam-se tranquilos quanto às investigações, alegando que tal feito serviria apenas para aperfeiçoar o projeto. O texto apresentado é curto, aparece entre duas outras reportagens, sem imagens ou qualquer outro elemento de destaque.

Por fim, a décima terceira e última reportagem do período analisado, publicada em 26/11/1975, na edição de número 377, intitulada “Sob fogo cruzado”. A matéria coloca o Mobral como vítima, que teria enfrentado muitos opositores por lutar contra um problema nacional: a educação de crianças com idade entre sete e 14 anos.

Durante a CPI, foi solicitado por seu presidente a dissolução do projeto e o direcionamento de seus recursos para o ensino regular. A reportagem é ilustrada por um aluno do Mobral escrevendo e um gráfico que acentua a queda da taxa de analfabetismo no País.

Imagem 28: Sob fogo cruzado



Fonte: *Revista Veja*, São Paulo: Editora Abril, nº 377, 26/11/1975.

O aluno do Mobral direciona a reportagem às representações feitas nos anúncios, como o analfabeto de olhar sofrido que necessita do projeto para melhorar suas condições de sobrevivência. E o gráfico se apresenta como estratégia de convencimento. O declínio representado na imagem era de teor questionável, pois o percentual não considera o crescimento populacional, de modo que o número absoluto na verdade não expressou queda.

O discurso central se sustenta sob o argumento de que o projeto era alvo de falsas acusações e injustiças, e que, ao contrário de outras campanhas de caráter transitório, apresentava ações consistentes e com resultados comprovados de acordo com o censo entregue em setembro daquele ano.

Segundo Paiva (2003, p. 357), os motivos para a existência do programa se sustentavam no seguinte propósito: “A educação permanente pretendida pelo Mobral é, fundamentalmente, inculcação ideológica. Esta sim era, desde a criação do movimento, a sua tarefa principal e por isso ele não podia acabar.” Por fim, os defensores do Mobral encerram argumentando que o projeto não é livre de imperfeições e que seria melhor corrigi-las e salvá-lo do que dissolvê-lo, uma vez que ele foi criado para solucionar problemas de alfabetização que o ensino regular há muito tempo não conseguia resolver.

Observa-se nessa categoria que as figuras femininas e masculinas continuam sendo exploradas, de forma muito próxima à das propagandas, conforme demonstram as imagens 24, 25, 26 e 27. Segundo Randazzo (1996), a figura feminina associada à mãe nas mensagens publicitárias se direciona às características da mulher mãe, com ênfase aos sentimentos de abrigo, calor, alimentação e segurança. Tais elementos são visíveis na representação da cozinheira, da dona de casa, da jardineira, da criada, da enfermeira, da mãe natureza e da

professora. De acordo com o mesmo autor, a figura masculina do empresário ou do homem de negócios – e acrescento aqui, o político – está voltada à representação do conceito homem pai/guerreiro, destacando as habilidades de razão, proteção, ordem, lei, independência, força e coragem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor considerações finais em uma pesquisa sempre é difícil, não somente por ser a última etapa de um longo e trabalhoso caminho de estudos, confrontos, dúvidas e outros sentimentos comuns a essa caminhada, como também pela complexa responsabilidade de fazer conclusões, sem determinismos, com a incumbência de fechar este momento da escrita. Proponho aqui apresentar alguns elementos que, ao longo desse processo, indicam respostas ou provocações na ciência de que toda pesquisa é inconclusa e que é sempre possível ir além das considerações registradas.

Vale registrar uma primeira conclusão que me toca de forma considerável: pesquisar sobre o Mobral foi uma vontade presente desde a conclusão da graduação, em diferentes momentos em que considerei a possibilidade de adentrar num curso de pós-graduação *strictu sensu*, pois a temática da Educação de Jovens e Adultos conquistou-me ainda durante o curso de Pedagogia. Associado à atração pela História e alimentado pelo encontro com a História da Educação, o tema foi uma escolha que tem trajetória, não me foi imposto, foi uma grata e segura escolha, o que certamente fez a diferença durante a pesquisa.

A construção da escolha do tema certamente não garante a qualidade na produção de uma pesquisa, mas, sem dúvida, ajuda a desenvolver o trabalho, motivando a continuidade pelo desejo de saber, descobrir e conhecer mais o objeto de estudo. No entanto, como qualquer outra pesquisa, requer muito cuidado, pois a qualidade desta está justamente em se distanciar, em olhar cientificamente a fonte e seu contexto a fim de compreender os movimentos políticos, sociais e culturais, inerentes ao tema investigado.

No levantamento das pesquisas sobre o Mobral, me senti confrontada com a ausência de método nos trabalhos, conforme evidenciado no primeiro capítulo. Senti-me na responsabilidade de preencher o que me parecia uma lacuna no meu processo formativo. A participação no projeto de extensão do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação foi fundamental nesse processo, pois na leitura dos autores indicados tive a possibilidade de ver meu tema nas páginas dos livros estudados e nos debates proporcionados pelo grupo.

A história cultural possibilitou-me compreender como as memórias são influenciadas multiplamente pelas organizações sociais, políticas e culturais, como, neste caso, no uso dos meios de comunicação utilizados. Percebi a memória do Mobral enquanto proposta educacional da ditadura militar (1970-1985) destinada ao público adulto, o que ser analfabeto

representava numa sociedade letrada, registrada na memória coletiva. O quanto esse tipo de memória é seletiva e complexa, de modo que a todo tempo me via com o questionamento: o que torna algo memorável?

Ao estudar o contexto da ditadura militar, percebi que essa temática carece de ser discutida em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, pois a memória construída deste período é frágil, o que leva muitos a conclamar a volta dos militares, sem perceber o que esse período significou àqueles que foram torturados, perseguidos e tiveram suas vidas destruídas em nome da ordem. Divulga-se a ditadura como um tempo de não corrupção, de ordem, disciplina, ignorando os acordos espúrios feitos com grandes empresários (como os Civita, da Editora Abril), assim como o desvio de verba pública destinada a um programa educativo.

Parafraseando Chartier (2017), arrisco a afirmar que recordar não significa dizer que a história se repete, mas permitir elaborar uma compreensão crítica do momento presente, o que produz inquietações e muitas vezes pode até ser sedutor, exigindo vigilância e atenção. Faz-se necessário compreender o objeto de estudo no contexto de seu tempo, no interior de um impresso semanal, distanciar o olhar de qualquer ingenuidade sobre a imprensa e seus lugares de poder, em especial o impresso estudado, que mantém o objetivo iniciado nos anos 60. As páginas da *revista* escolhida, ou a família proprietária, anunciaram seu lugar ideológico durante a ditadura militar e, como foi possível constatar, não foi na defesa de um Estado democrático.

O interesse pelas propagandas, que surgiu no aprofundamento e definição do objeto, encontrou uma possibilidade de trabalho pouco utilizada, sobretudo em pesquisas da história da educação e da abordagem da história cultural. Trabalhar com a leitura dessas imagens e representações não foi uma tarefa fácil, pois a fonte não é neutra. Analisando o contexto do período, ditadura militar, é possível compreender que a campanha publicitária presente na *Revista Veja* se sustentava na ditadura militar, enfatizando os objetivos da Fundação Mobral, com o apoio comercial imensurável da Editora Abril.

No material analisado constatam-se características do ideário militar, pautado na ordem, progresso, religião e moralidade, sem abrir mão da autoridade, que impunha um projeto educacional capaz e eficiente para combater a ameaça do analfabetismo. Uma proposta que parecia começar do nada, ignorando projetos anteriores, sobretudo as iniciativas que se baseavam na democracia e na organização popular, para ensinar adultos a ler e escrever. Um projeto criado de forma impositiva, sem a participação popular, mas que exigia

que fosse assumido e tomado por todas as pessoas convocadas, como nos feitos militares, na qual parece não haver outra possibilidade a não ser acatar a imposição.

Ao apelar para a responsabilidade individual e compromisso com a nação, a Fundação Mobral, produto da ditadura militar, sustentava-se sob as ordens de um modelo educacional redentor, que libertaria e salvaria o País da sujeira do analfabetismo. A vergonha seria redimida quando todas as pessoas, movidas pela moral e culpa, dessem uma chance para quem nunca teria tido nenhuma. Uma postura que ignorava, e isso não era uma coincidência, todas as ações anteriores, como as campanhas de alfabetização na década de 1940, o trabalho dos movimentos eclesiais de base, dos círculos de cultura, e tantos outros projetos realizados. Não se tratava para o Mobral de assegurar os direitos de ler e escrever, mas, sim, de cumprir com o papel estabelecido pelo Estado, em um ritmo de ordem convocatória.

A figura da Editora Abril, representada pela *Revista Veja*, beneficia-se do papel comercial e social, pois, além de promover a circulação do periódico, projetando-se na extensão de seu papel ideológico, se coloca, de forma explícita, na defesa de uma proposta de educação sob os moldes do projeto de Estado da ditadura. Os acordos fundados entre os militares e a empresa incluíam, além da divulgação da Fundação Mobral em capas e elogiosas longas matérias da *revista*, uma série de propagandas que ocupavam páginas inteiras com a logomarca da editora, indicando apoio promocional ao projeto educacional da ditadura militar.

Victor Civita, representante desta imprensa editorial, transitava, sem qualquer constrangimento, no alto escalão da ditadura, como se fosse um ministro. Os registros fotográficos mostram a presença do empresário em reuniões decisivas, além de encontros e reuniões de formação nos espaços da editora, apontando uma extensão dos gabinetes militares para o espaço privado e empresarial. Certamente, isso movimentava as relações estabelecidas entre o empresário da comunicação e os militares, rendendo frutos para ambas as partes.

As propagandas do Mobral que circulavam na *Revista* semanal incluíam representações em contextos estereotipados. A pátria, ou nação, a despeito de ser harmoniosa, apresentava o problema do analfabetismo, que, com a ajuda de todos, seria solucionado prontamente. A solução viria de forma radical. Daí os argumentos de erradicar, extinguir, eliminar, extirpar o mal do analfabetismo em tempo estipulado, como se combatesse algo semelhante a uma epidemia, uma doença, insetos e outros que não permitiam o bom andamento da pátria brasileira. Se o Brasil ia bem, conforme propagavam os militares, os brasileiros deveriam acompanhar, em consonância, o ritmo de ordem e progresso.

A imagem do aluno pobre, sem futuro, de pouco poder aquisitivo, néscio quanto aos seus direitos, necessitado de luz e de conhecimento moldou o perfil do aluno do Mobral como alguém que precisa ser acolhido pela comunidade escolar, pela pátria e alimentado pelo empresário. Percebe-se que as campanhas em prol desse público são pautadas no assistencialismo, no aligeiramento, de modo a não promover mudança, mas sim integrar esses sujeitos à ordem do desenvolvimento pretendido.

O papel do empresariado, representado pela figura do homem astuto, guerreiro, vencedor por si próprio, que buscava sempre o lucro e o sucesso, estava definido neste projeto nacional. Estes representantes da iniciativa privada precisavam comprovar responsabilidade para com a nação por meio de atos caridosos, tal como se vê no *slogan* “amigos da escola”, no qual, em vez de cumprir com seu dever de pagar impostos, o empresariado passa a ser parceiro do Estado.

Por fim, ainda que em número inexpressivo, já que qualquer pessoa poderia alfabetizar, bastava se prontificar, tem-se a figura da professora. Esta, de aparência jovem, porém maternal e terna, parece exercer seu dever de forma harmoniosa. Cria-se um perfil de docência sustentado pelo amor e pelo dom, não de uma profissão reconhecida e remunerada. Reforça valores voltados à vida doméstica, de puro voluntariado, como se ser docente não exigisse formação, compromisso e ética.

O Mobral era um projeto proposto e, supostamente, financiado pelo Estado militar, mas de execução descentralizada. Ao mesmo tempo em que as turmas seguiam um direcionamento nacional, a execução das ações era de responsabilidade da comunidade. Os voluntários poderiam exercer função docente e dedicar seu tempo ensinando, ou ainda serem parceiros, oferecendo espaço físico e recursos, como quadro, cadernos, lapiões e outros materiais didáticos para o funcionamento dessas ações, além de serem financiadores, contribuindo com somas financeiras para execução do programa.

A respeito da necessidade de o projeto se provar constantemente, através de extensa campanha publicitária que convocava a população para cumprir seu papel, nota-se mais contradições na execução do mesmo. Tanto a legislação como a bibliografia sobre o tema ressaltam, além da alta receita, o caráter independente e de autonomia perante o Ministério da Educação. No entanto, a chamada convocatória da população, seja como voluntariado, ação benemérita, dever empresarial, papel religioso e outras ações, indicava dependência no lugar de autonomia.

A todo o momento, em seus primeiros anos de atividade, o Mobral parece buscar convencer de sua eficiência e necessidade da consolidação do projeto. Ao mostrar resultados

quantitativos de sua ação ao longo de sua trajetória e no seu momento de crise, busca comprovar sua capacidade de sobrevivência. Recorre a argumentos capazes de persuadir os governantes a mantê-lo em prática, tendo em vista que sua imposição no âmbito do Ministério da Educação não desconsiderou o apoio que os especialistas da área poderiam oferecer.

Na análise dessa campanha publicitária, questionei-me por diversas vezes quem seria o público-alvo a que se destinava o material da campanha. Este poderia ser o empresário que se convence a participar do Mobral enquanto financiador, ou a dona de casa, que se sente compelida a cumprir para com seu dever cristão encaminhando seus subordinados, e também pode ser aquele que nem compra a *Revista Veja*, mas que convive com quem a lê, e absorve seu discurso. Daí o caráter ambivalente, contraditório, subordinado e rebelde simultaneamente desse leitor das propagandas, pois ainda que discorde não pode fugir dessas ideias.

Esse caráter ambivalente também se aplica às características do programa. Pode-se dizer que há consonância entre o Mobral apresentado em sua legislação, nos documentos orientadores do programa, e o Mobral representado na campanha publicitária. Ambos apontam para um projeto eficaz, grandioso, capaz de executar o que se propõe. A legislação do Mobral prevê ainda a assistência a crianças e adolescentes com idade entre nove e 14 anos, informação que não consta nas propagandas e é citada nas reportagens somente por força da CPI, demonstrando contradição entre o proposto e o divulgado.

A campanha publicitária do Mobral cria uma imagem semelhante à felicidade da família representada num comercial de margarina, tudo é perfeito, tudo se encaixa harmonicamente. O prazer em contribuir para com o futuro da nação reforça a ideia da ditadura, na qual, a despeito da censura, prisões, perseguições e ações autoritárias, todos trabalham satisfeitos, cientes de seu papel e função para fazer do Brasil um lugar melhor.

As metas do projeto eram ambiciosas, os recursos anunciados em sua campanha publicitária eram elevados, e deveriam ser capazes de suprir as necessidades do mesmo. No entanto, foi um projeto que procurou se provar desde sua criação até seu momento de maior crise, que foi a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1975, que propunha investigar o uso de recursos do Mobral em contratos destinados à alfabetização de crianças e adolescentes em idade escolar regular, o chamado Programa de Excedentes.

Percebe-se na instauração da CPI uma luta política pelos recursos destinados à educação, pois de um lado havia um precário ensino regular, que ao longo de oito anos buscou alfabetizar crianças e conduzi-las ao ensino secundário. De outro lado, um projeto aligeirador, destinado, exclusivamente, para adultos, que se propunha a fazer tudo isso em seis meses. Criou-se uma disputa por recursos, reconhecimento no cenário nacional, além de

suscitar atenção à realidade política e econômica brasileira, pois diante de tanto recurso havia desvio e corrupção. Daí a investigação dos recursos destinados à educação de excedentes.

A campanha publicitária do projeto demonstra que uma proposta educacional que se queira fazer aceita precisa estar aliançada com um projeto de nação, precisa promover identificação entre a população e seus objetivos, e necessita de recurso financeiro para se manter. No Brasil, percebe-se que as propostas educacionais se caracterizam como ações de governo, oscilando com a troca de representantes. Assim, um projeto educacional que pretendia se sustentar durante mais de dez anos, como o Mobral, precisava de uma base política sólida para se constituir, onde o interesse da iniciativa privada, como no caso do Grupo Abril, esteja unido com os propósitos do Estado.

A coalizão política entre representantes da ditadura e empresários, como Civita, foi presencial na manutenção da proposta do Mobral, do contrário este não teria continuado em andamento por mais de dez anos após a CPI. Supõe-se que outros grupos para além da Editora Abril se beneficiavam desse cenário e contribuíram para a manutenção do projeto ao longo do tempo.

A memória social construída sobre o Mobral é fruto do poder da propaganda aliada ao governo autoritário da ditadura. A campanha publicitária é um instrumento de sedução e tem um poder criador de combinar elementos que, embora representem o real, não traduzem a realidade em si. A fim de manter a sociedade sob controle e disseminar as denúncias daqueles que se opunham a esse modelo de governo, a ditadura combinou força com ilusão, mostrando uma sociedade harmônica, promovendo seus governantes como guerreiros, procurando a todo o momento conquistar e manter aliados.

Conclui-se que a campanha publicitária do Mobral buscou eliminar a memória do que havia sido feito antes do projeto, a fim de engrandecê-lo e potencializar sua adesão. Seu conteúdo procurou reforçar os padrões de identificação para com o voluntariado, que era sua força de trabalho, e para com o empresariado, que era seu banco financiador. Para isso, sua estratégia de convencimento era autoritária, tal qual era a ditadura. O discurso “Você também é responsável” apontava para um governo leviano com relação ao problema do analfabetismo, pois aquele grupo político não teria colocado o País naquela situação. Essa postura implica em não tomar para si a responsabilidade do Estado, negligenciando seu papel e destinando à sociedade civil, além da culpa, o encargo em solucionar essa problemática. Um discurso histórico, no qual semelhanças não são meras coincidências.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leila de Souza. “*Recebi um Diploma, Realizei Um Sonho...*”: *A presença feminina na Educação de Adultos em Januária (Minas Gerais – 1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros: MG, 2014.
- ANDRADE, Paula Deporte de. *A formação da infância do consumo - um estudo sobre crianças nos anúncios publicitários da revista Veja*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Luterana do Brasil, 2011.
- BITES, Rosilene de Souza Carvalho. *Profissionalidade e profissionalização docentes: O olhar da revista Veja*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BURKE, Peter. *Varieties de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHOMSKY, Noam. *MÍDIA: Propaganda política e manipulação*. São Paulo, Martins Fontes, 2013, e-PUB.
- COELHO, Leni Rodrigues. *Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBREAL no município de Patos de Minas-MG (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia, 2007.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL. 1979.
- CRUZ, Adélia Maria Leal da. *Discursos que educam: representações das cotas raciais na revista VEJA*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana Do Brasil, Canoas, 2009.
- CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, de Moacir. *O Golpe Na Educação*. 7ª Edição. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1991.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1985.
- FAVERO, Osmar; MOTTA, Elisa. (Org.). *Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos*, Volumes 1, 2 e 3. 1. ed. Editora De Petrus et Alii. Petrópolis - RJ: FAPERJ, 2015.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 9.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GASPARI, Elio. (2014a) *A ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. (2014b) *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GERMANO, J.W. *Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2011.

GERZSON, Vera Serezer. *A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal – os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Isto é*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU, Porto Alegre, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. *Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAF em Fortaleza*. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza. Disponível em: <[www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/3577/1/2012\\_Dis\\_LKSGomes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/3577/1/2012_Dis_LKSGomes.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

GRAMSCI, A. (2001). *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2015a). *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2015b). *Cadernos do cárcere*. Volume 4. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

HADDAD, S. *Estado e educação de adultos (1964-1985)*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1991.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLEIN, Rejane. *Os discursos da alfabetização de adultos e as representações do sujeito analfabeto*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, SC. 2000.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. *Jornal de Políticas Educacionais*, 2013.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina. 2014.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre – Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996

LEMES, Ercília Alves. *Educação do campo e direitos humanos: uma proposta contra - hegemonia para os sujeitos do Campo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. João Pessoa, 2016.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. Tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Calastri e Silvia de Bernardinis; Revisão Técnica: Marco Aurélio Nogueira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACCARI, Érika Cristina Celestino Pascoal. *Revista Veja: a propaganda e a sustentabilidade ambiental*. Dissertação (Mestrado) Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Mestrado em Educação. Joaçaba, 2010.

MARION, Ursulina Rozete Antunes. *Plano Nacional de Educação: os discursos sobre as metas educacionais nas revistas Veja e Época*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Cruz do Sul, 2012.

MELO, Joaquim José. *Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais*. In: *Fontes e métodos em história da educação*. COSTA, Célio Juvenal Costa; MELO, Joaquim José Pereira, FABIANO, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010

MONTEIRO, Thalita Di Bella Costa. *O movimento brasileiro de alfabetização no cenário santista da educação de jovens e adultos -1970-1984*. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação. Santos, 2014.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *Análise documental como método e como técnica*. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio. (Org.) *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, R.P.S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (VER OUTRAS REFERÊNCIAS)

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

- OLIVEIRA, Letícia Borges de. *Educação no campo: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 2003.
- PEDERIVA, A. C. *O MOBREAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2015.
- PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005
- RANDAZZO, Sal. *A criação de mitos na publicidade: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- ROSA, Sônia Maria Oliveira da. *Ensino fundamental de nove anos: as armadilhas civilizatórias nas revistas Veja, Isto É, Educação e Nova Escola*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, Canoas/RS, 2008.
- RODRIGUES, M. E. C. *“Enraizamento de Esperança”: as bases teóricas do movimento de educação de base em Goiás*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2008.
- RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: O trabalho com fontes documentais. In: *Fontes e métodos em história da educação*. COSTA, Célio Juvenal Costa; MELO, Joaquim José Pereira, FABIANO, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.
- SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z*. São Paulo: Campus, 1999.
- SEVERINO, A. J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, L. M. W. (org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO\\_8.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_8.pdf)> Acesso em 10 de julho de 2014.
- SILVA, Veronice Mastella da. *De anônimos a heróis: discursos sobre o câncer de 1973 a 2013 no gênero reportagem de popularização da ciência na revista VEJA*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2015.
- SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. *Alfabetização e legitimidade: a trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

VALDEZ, Diane e BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da Educação em Goiás: estado da arte. *Revista de Educação Pública (UFMT)*, v. 46, p. 56-70, 2012.

VIEIRA, Maria Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. São Paulo, Ática, 1995.

## FONTES

BRASIL, 1967a. *Lei nº 5.379*, de 15 de dezembro de 1967. Lei de criação do Mobral. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_, 1967b. *Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada*. Anexo da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Lei de criação do Mobral. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_, Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. *Alfabetização: um projeto Brasileiro.*, Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Mobral: sua origem e evolução*. Rio de Janeiro, 1973.

Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 109, 09/09/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 110, 17/09/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº109, 07/10/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 112, 28/10/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 113, 04/11/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 114, 11/11/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 115, 18/11/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 117, 02/12/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 121, 30/12/1970.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 146, 23/06/1971.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 150, 21/07/1971.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 202, 19/07/1972.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 204, 02/08/1972.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 209, 06/09/1972.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 210, 13/09/1972.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 235, 07/03/1973.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 238, 28/03/1973.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 261, 05/09/1973.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 270, 07/11/1973.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 289, 20/03/1974.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 291, 03/04/1974.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 299, 29/05/1974.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 300, 05/06/1074.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 313, 04/09/1974.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 341, 19/03/1975.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 344, 09/04/1975.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 346, 23/04/1975.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 368, 24/09/1975.  
Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, nº 377, 26/11/1975.

<https://acervo.veja.abril.com.br/#>

<https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/06/propaganda-antiga-mobral.html> Acesso em 20/11/2018

## ANEXOS

Quadro nº 1 – Foco de análise das pesquisas / Mobral

<b>Temas</b>	<b>%</b>
Políticas Educacionais	24,25%
O Mobral: desenvolvimento e implantação	21,21%
Programas e Projetos específicos	15,15%
Memória de Professores / Atuação docente / Prática Pedagógica	12,12%
Áreas Diversas: Saúde, Educação Infantil, Ensino em Áreas Específicas, Gênero	12,12%
Alfabetização/ Analfabetismo	6,06%
Educação no Campo	6,06%
História / o Papel do Mobral na História	3,03%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.

Quadro nº 2 – Foco de análise das pesquisas / Mobral – Autores

<b>Temas</b>	<b>Trabalhos</b>
Políticas Educacionais	Borges (2009), Souza Júnior (2012), Aguiar (2001), Haddad (1991), Carvalho (2006), Sabino (2008), Boeing (2016), Ventura (2001),
História / História da Educação	Souza (2016)
Alfabetização/ Analfabetismo	Alves (2015), Klein (2000),
Programas e Projetos específicos	Rocha (2014), Escobar (2007), Lima (2010), Braga (1996), Gomes (2009),
Memória de Professores / Atuação docente / Prática Pedagógica	Santos (2015), Gomes (2012), Carvalho (2013), Cunha (2005)
Áreas Diversas: Saúde, Educação Infantil, Ensino em Áreas Específicas, Gênero	Leitão (2012), Melo (2013), Silva (2012), Almeida (2014),
O Mobral: desenvolvimento e implantação	Barbosa (2014), Coelho (2007), Almeida (2017), Venerando (2014), Pederiva (2015), Monteiro (2014), Turezo (2008)
Educação no Campo	Lemes (2016), Oliveira (2011)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.

Quadro nº 3 – Fontes mais utilizadas

<b>Fontes</b>	<b>Múltiplas fontes</b>	<b>Fonte Predominante</b>
Documentos Oficiais: Leis, decretos, pareceres, dados estatísticos, publicações e relatórios	87,88%	36,25%
Depoimentos/Entrevistas, História Oral	51,52%	21,25%
Livros, Folhetos e Materiais Didáticos	48,48%	20,00%
Jornais, Periódicos em Geral, propagandas	18,18%	7,50%
Questionário	12,12%	5,00%
Fotografias	9,09%	3,75%
Dados de fluxo educacional	6,06%	2,50%
Programas de Rádio (Gravações)	6,06%	2,50%
Cartas	3,03%	1,25%
<b>Total</b>	<b>242,42%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.

Quadro nº 4 – Fontes mais utilizadas – Autores

<b>Tipo de Fonte</b>	<b>Trabalhos</b>
Depoimentos/Entrevistas, História Oral	Borges (2009), Souza Júnior (2012), Rocha (2014), Sabino (2008), Lima (2010), Santos (2015), Coelho (2007), Oliveira (2011), Gomes (2012), Almeida (2017), Venerando (2014), Carvalho (2013), Monteiro (2014), Silva (2012), Gomes (2009), Almeida (2014), Turezo (2008)
Documentos Oficiais Leis, decretos, pareceres, dados estatísticos, publicações e relatórios	Borges (2009), Souza Júnior (2012), Souza (2016), Aguiar (2001), Haddad (1991), Carvalho (2006), Escobar (2007), Sabino (2008), Boeing (2016), Lima (2010), Santos (2015), Braga (1996), Barbosa (2014), Coelho (2007), Lemes (2016), Oliveira (2011), Alves (2015), Gomes (2012), Almeida (2017), Venerando (2014), Carvalho (2013), Monteiro (2014), Ventura (2001), Melo (2013), Klein (2000), Silva (2012), Gomes (2009), Almeida (2014), Turezo (2008)
Livros, folhetos e Materiais didáticos	Souza (2016), Rocha (2014), Carvalho (2006), Escobar (2007), Braga (1996), Barbosa (2014), Coelho (2007), Oliveira (2011), Alves (2015), Gomes (2012), Almeida (2017), Venerando (2014), Pederiva (2015), Klein (2000), Silva (2012), Turezo (2008)
Cartas	Rocha (2014),
Jornais, Periódicos em Geral, propagandas	Rocha (2014), Carvalho (2006), Barbosa (2014), Coelho (2007), Pederiva (2015), Klein (2000),
Dados de fluxo educacional	Haddad (1991), Braga (1996)
Questionário	Leitão (2012), Venerando (2014), Gomes (2009), Cunha (2005)
Fotografias	Alves (2015), Almeida (2017), Pederiva (2015),
Programas de Rádio (Gravações)	Alves (2015), Melo (2013),

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.

Quadro nº 05 – Palavras-chave

<b>Palavras-Chave</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Mobral/MOBRAL	13	12,87%
Educação de Jovens e Adultos	9	8,91%
Alfabetização/Alfabetização Funcional / Alfabetizadores	7	6,93%
Não apresenta	6	5,94%
Analfabetismo / Analfabeto	5	4,95%
Memória	5	4,95%
Educação de Adultos	3	2,97%
Ditadura Militar	3	2,97%
Direitos Humanos	3	2,97%
Políticas Públicas / Políticas Educacionais	3	2,97%
Programas de Alfabetização	2	1,98%
Educação do Campo	2	1,98%
Livros Didáticos	2	1,98%
História	2	1,98%
História da Educação	2	1,98%
Professora / Professores	2	1,98%
Práticas Pedagógicas	2	1,98%
Educação	2	1,98%
Mulheres / Gênero	2	1,98%
Educação Popular	2	1,98%
Fundação Mobral / Fundação Educar	1	0,99%
Ensino Religioso	1	0,99%
Educação Cidadã	1	0,99%
Sociedade Contemporânea	1	0,99%
Roteiro de Alfabetização	1	0,99%
Pedagogia Freireana	1	0,99%
Hegemonia e Contra hegemonia	1	0,99%
Rupturas e Permanências	1	0,99%
Atendimento Individual	1	0,99%
Biopolítica	1	0,99%
Discurso	1	0,99%
Foucault	1	0,99%
Igreja	1	0,99%
Saber Médico	1	0,99%
Rádio	1	0,99%
Dengue	1	0,99%
Prevenção	1	0,99%
Ensino de Matemática	1	0,99%
Cultura	1	0,99%
Representação / Representações Sociais	1	0,99%
Formação	1	0,99%
Exclusão	1	0,99%

Mova	1	0,99%
Criança / Educação Infantil	1	0,99%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.

Quadro nº 6 – Opção Metodológica

<b>Tipo de Método</b>	<b>Autores</b>	<b>%</b>
Método Não Evidenciado – abordagem metodológica	Escobar (2007), Sabino (2008), Boeing (2016), Lima (2010), Leitão (2012), Santos (2015), Braga (1996), Coelho (2007), Lemes (2016), Oliveira (2011), Alves (2015), Gomes (2012), Almeida (2017), Venerando (2014), Carvalho (2013), Pederiva (2015), Monteiro (2014), Melo (2013), Klein (2000), Gomes (2009), Almeida (2014), Cunha (2005), Turezo (2008), Souza Junior (2012), Souza (2016), Rocha (2004), Haddad (1991), Aguiar (2001), Carvalho (2006)	87,88 %
Método Evidenciado	Barbosa (2014), Ventura (2001), Silva (2012), Borges (2009)	12,12 %

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.

Quadro nº 7 – Hipóteses metodológicas / Metodologia de Pesquisa

<b>Hipótese Metodológica / Metodologia de Pesquisa</b>	<b>AUTORES</b>	<b>%</b>
Pesquisa Qualitativa (Exploratória, Bibliográfica, História Oral, interpretativista, etnográfica)	Boeing (2016), Leitão (2012), Braga (1996), Lemes (2016), Almeida (2017), Venerando (2014), Carvalho (2013), Gomes (2009), Souza Junior (2012)	27,27 %
Viés histórico Documental, história oral	Oliveira (2011), Gomes (2012), Almeida (2014), Aguiar (2001)	12,12 %
Análise pelo Viés Econômico	Escobar (2007), Sabino (2008), Haddad (1991)	9,09 %
História Cultural explícita	Alves (2015), Silva (2012), Souza (2016)	9,09 %
Análise do Discurso	Santos (2015), Klein (2000)	6,06 %
História Cultural implícita	Monteiro (2014) Turezo (2008)	6,06 %
Não identificado	Melo (2013), Carvalho (2006)	6,06 %
Método indiciário	Barbosa (2014)	3,03 %
Pesquisa Bibliográfica	Coelho (2007)	3,03 %
Micro história	Pederiva (2015)	3,03 %
Dialética materialista histórica	Ventura (2001)	3,03 %
Representação social na perspectiva psicossociológica	Cunha (2005)	3,03 %
Método Estudos Comparados	Borges (2009)	3,03 %
Análise de Conteúdo	Rocha (2004)	3,03 %

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do levantamento das pesquisas sobre o Mobral.